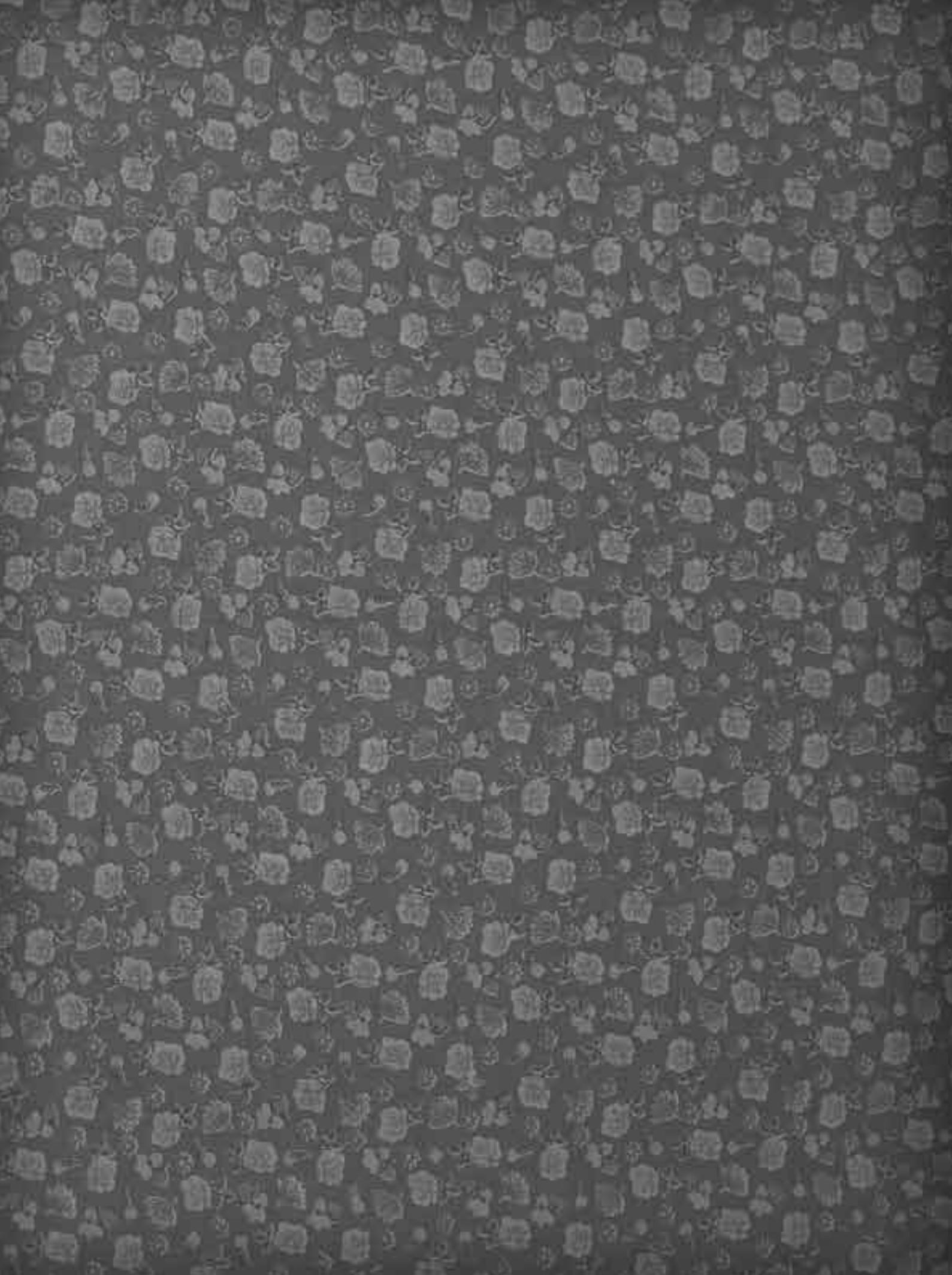


CIRANDAS DO PRONAF PARA MULHERES







Cirandas do Pronaf para mulheres

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

MIGUEL SOLDATELLI ROSSETTO
Ministro de Estado do
Desenvolvimento Agrário

GUILHERME CASSEL
Secretário-executivo do Ministério
do Desenvolvimento Agrário

ROLF HACKBART
Presidente do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária

VALTER BIANCHINI
Secretário de Agricultura Familiar

EUGÊNIO PEIXOTO
Secretário de Reordenamento Agrário

JOSÉ HUMBERTO OLIVEIRA
Secretário de Desenvolvimento Territorial

CAIO GALVÃO DE FRANÇA
Coordenador-geral do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural

ANDREA BUTTO
Coordenadora-geral do Programa de Promoção
da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

NEAD DEBATE 6

Copyright © 2005 by MDA

PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Márcio Duarte – M10 Design Gráfico

REVISÃO

Francisco de Paula e Denise Oliveira

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

www.mda.gov.br

Núcleo de Estudos Agrários e

Desenvolvimento Rural (NEAD)

SCN, Quadra 1, Bloco C, Ed. Trade Center,

5º andar, sala 506

CEP 70711-902 Brasília/DF

Telefone: (61) 3328 8661

www.nead.org.br

PCT MDA/IICA – Apoio às Políticas e à Participação

Social no Desenvolvimento Rural Sustentável

B823c Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural.

Cirandas do Pronaf para mulheres. -- Brasília : Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.

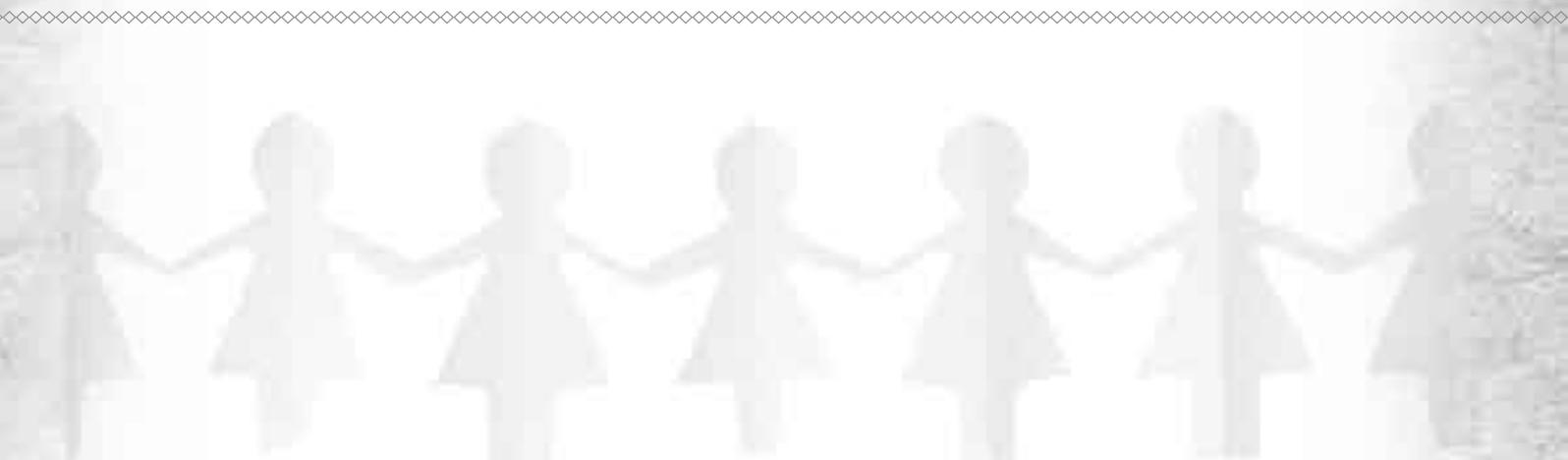
180 p.; 21 x 28 cm. -- (Nead Debate ; 6).

1. Mulher – meio rural - Brasil 2. Política pública - Brasil 3. Programa
Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) 4. Cultura popular - Brasil I.
Título II. Série.

CDD 331.481734

Gostaríamos de agradecer a contribuição de Bruno Catroli da Silva, da equipe do Incra/Brasília, pela elaboração de alguns gráficos apresentados. Também a Leticia Mendonça, da SAF, a Tatiana Daudt, Laura Vargas e a Renata Leite, da equipe do PPIGRE, e ao NEAD, pelo trabalho de Caio Galvão de França de leitura e revisão do texto.

Sumário

- 
1. Objetivos, temas e metodologia **8**
 2. A situação das mulheres no campo e as políticas públicas de gênero do MDA **11**
 3. O Pronaf e as mulheres **17**
 4. Participação das mulheres nos Planos de Safra 2001-2005 **21**
 5. Resultados das discussões e da pesquisa das Cirandas do Pronaf para Mulheres **29**
 6. Considerações finais **39**
 7. Anexos **41**
 1. *Programação das Cirandas* **42**
 2. *Questionário Levantamento da Operacionalização da DAP Conjunta, Pronaf e Pronaf Mulher* **44**
 3. *Resultados obtidos na sistematização dos questionários do levantamento de dados sobre a Operacionalização da DAP Conjunta, Pronaf e Pronaf Mulher* **53**
 4. *Guia de Uniformização de Procedimentos para a Operacionalização do Pronaf Mulher Safra 2005/06* **77**
 5. *Contatos das/os participantes das Cirandas* **83**
 6. *Agendas estaduais* **106**
 8. Siglas citadas nesta publicação **174**

Música



ADAPTAÇÃO DE MÚSICA PARA A CIRANDA PRONAF PARA AS MULHERES EM FORTALEZA, CEARÁ

Vou fazer uma farinhada muita gente eu vou chamar
Vou fazer uma farinhada muita gente eu vou chamar
Vou fazer uma farinhada muita gente eu vou chamar

Quem entende de farinha venha peneirar mais eu
Quem entende de farinha venha peneirar mais eu
Quem entende de farinha venha peneirar mais eu

Vou chamar você para peneirar mais eu
Penera, penera, penera, penera, penera, penera mais eu
Penera, penera, penera, penera, penera, penera mais eu
Penera, penera, penera, penera, penera, penera mais eu

Vou fazer um *Pronaf Mulher* muita gente eu vou chamar
Vou fazer um *Pronaf Mulher* muita gente eu vou chamar
Vou fazer um *Pronaf Mulher* muita gente eu vou chamar

Quem entende de *projetos* venha planejar mais eu
Quem entende de *projetos* venha planejar mais eu
Quem entende de *projetos* venha planejar mais eu

Vou chamar os *bancos* para acreditar mais eu
Pronaf, Pronaf, Pronaf, Pronaf, Pronaf, Pronaf *Mulher*
Pronaf, Pronaf, Pronaf, Pronaf, Pronaf, Pronaf *Mulher*
Pronaf, Pronaf, Pronaf, Pronaf, Pronaf, Pronaf *Mulher*

1. Objetivos, temas e metodologia

AS CIRANDAS SÃO MANIFESTAÇÕES DA CULTURA popular presentes na região do Nordeste do Brasil. Consistem em dança circular com passos ritmados e cantos. A ciranda ocorre com seus integrantes de mãos dadas e tem forte significado de união e solidariedade.

Foi com este sentido que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) promoveu as Cirandas do Pronaf para as Mulheres, eventos de capacitação, discussão e construção de compromissos coletivos, para que, em colaboração entre distintos atores e atrizes envolvidos com o crédito, possamos promover, ampliar e qualificar o acesso das mulheres ao Pronaf.

Optou-se pela realização destas oficinas, porque interessava superar distâncias, promover intercâmbio entre os movimentos sociais de mulheres e construir um conhecimento comum entre governo, extensionistas, agentes financeiros, organizações não-governamentais e movimentos sociais sobre o tema do crédito e as mulheres.

A intenção também foi articular os/as distintos/as personagens envolvidos/as para difundir e intercambiar conhecimentos sobre as políticas de gênero do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com foco especial no crédito e suas interfaces com as demais políticas públicas do Pronaf.

As Cirandas foram realizadas em cinco oficinas regionais ocorridas entre o mês de fevereiro e o de abril de 2005, com o principal objetivo de discutir especificamente a relação das mulheres trabalhadoras rurais com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e em especial com a linha de crédito Pronaf Mulher.

Foram realizadas duas oficinas na região Nordeste, uma na região Sudeste, uma na região Sul e uma unindo as regiões Centro-Oeste e Norte. Antes das oficinas, foi repassado, aos movimentos de representação das mulheres trabalhadoras rurais, um questionário para entrevistas (anexo 2) contendo um conjunto de perguntas com relação às características de acesso das mulheres ao crédito Pronaf e Pronaf Mulher analisadas neste texto. Além de identificar tais características, o questionário ajudou as representações das mulheres a tomar maior conhecimento do tema, funcionando como uma preparação das participantes para a discussão nas Cirandas.

As oficinas tiveram duração de dois dias (anexo 1). O primeiro dia teve um caráter informativo, com apresentação das políticas de gênero do Ministério e das diversas ações que acompanham e fortalecem o acesso ao crédito Pronaf: a assistência técnica e a capacitação para agregação de valor e a renda.

Essa opção teve como motivação o entendimento de que, embora fosse esse o fator mobilizador, a participação das mulheres no Pronaf não deveria se limitar ao acesso ao crédito e dentro desse somente ao Pronaf Mulher. Em outras palavras, buscava-se trazer ao conhecimento das mulheres todas as possibilidades oferecidas pelas políticas públicas do MDA.

No segundo dia, partiu-se para apresentação dos resultados dos questionários coletados em campo, bem como divisão de todos/as participantes em grupos segundo estados de origem, para a construção de uma agenda de trabalho objetivando a solução dos principais entraves identificados ao acesso das mulheres ao Pronaf Mulher. Sobre três temas, a saber, acesso à declaração de aptidão para o crédito, elaboração de projeto de crédito e acesso ao financiamento, cada grupo deveria identificar os problemas, apontar as soluções, os responsáveis e um cronograma de desenvolvimento das atividades. A escolha destes temas buscou considerar a situação das mulheres nos aspectos que condicionam a procura e o acesso ao crédito.

Em grupos definidos conforme o estado de origem, foram realizadas essas avaliações e construídas as agendas de compromissos.

Esta dirige-se às mulheres trabalhadoras rurais, gestores públicos, agentes financeiros e demais parceiros que participaram das cinco Cirandas do Pronaf para as Mulheres (anexo 3), bem como para pesquisadores/as e demais pessoas interessadas no tema.

Esta publicação foi elaborada pelo Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE) e contou com a contribuição da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) e do pesquisador Nilson Weisheimer. Vem a público graças ao apoio do Núcleo de Estudos Agrários (NEAD), na *Série Debates*. Contém um capítulo que apresenta breve descrição da situação das mulheres rurais e das políticas públicas que o Ministério do Desenvolvimento Agrário vem desenvolvendo para enfrentar as desigualdades existentes entre homens e mulheres no campo.

Em seguida, apresentam-se os dados sobre a participação das mulheres no Pronaf, organizados por modalidade e por região, com cruzamento por sexo dos/as beneficiários/as. A apresentação destes dados supre uma lacuna histórica e representa um instrumento importante para novas proposições e reflexões sobre o tema. Também

1. As cirandas foram fruto de um trabalho do Programa de Gênero, Raça e Etnia e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), ambos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, tendo contado para tanto com a participação de Andréa Butto, Fabiana Agle e Melissa Scolari, do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, e de Francisca Rocicleide, Letícia Mendonça e Patrícia Mendes, por parte da Secretaria de Agricultura Familiar (Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, Departamento de Crédito Rural, Pronaf e Coordenação de Agregação de Valor, respectivamente). A sistematização dos questionários foi coordenada por Nilson Weisheimer e sua equipe.

são trazidos a conhecimento os dados sobre o Pronaf Mulher, já na forma de linha especial, por região, agente financeiro, contratos e volumes operados.

Descrivem-se, a seguir, os principais resultados das cirandas, destacando-se os subsídios que fornecem para avaliar a participação das mulheres no Pronaf e qualificar reflexões sobre os desafios que persistem para promover a autonomia econômica das mulheres rurais.

Algumas perguntas e dúvidas freqüentes quanto à operacionalização do crédito foram organizadas e discutidas com os agentes financeiros e resultaram em um roteiro cuja função é uniformizar o entendimento entre os operadores do crédito no novo Plano de Safra 2005-2006, servindo como orientações para o sistema financeiro em relação ao Pronaf Mulher (anexo 4). As matrizes dos trabalhos em grupos serão enviadas aos participantes e em especial às Delegacias do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que acompanharão o desdobramento das agendas estaduais firmadas (anexo 6)¹.

ANDREA BUTTO
Coordenadora-geral do Programa de Promoção
da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

2. A situação das mulheres no campo e as políticas públicas de gênero do MDA

AS DESIGUALDADES ENTRE HOMENS E MULHERES estruturam as relações de poder e de produção no campo e informam a relação que as trabalhadoras rurais têm com as políticas públicas de desenvolvimento rural.

MULHERES, AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA

As mulheres trabalhadoras rurais ainda não são suficientemente reconhecidas pelo Estado e pela sociedade como agricultoras familiares e assentadas pela reforma agrária. Historicamente, os gestores públicos e as famílias reproduzem preconceitos e reforçam os vínculos das mulheres trabalhadoras rurais com o espaço privado. Só muito recentemente, a partir dos anos 80, com a nova Constituição Federal, o Estado brasileiro passou reconhecer os direitos das mulheres e a implementar políticas públicas orientadas para a promoção da igualdade. Apesar de importantes transformações nas famílias, permanecem relações desiguais de poder que se expressam no campo afetivo, econômico e político. Os avanços registrados só foram possíveis pela mobilização e organização das mulheres trabalhadoras rurais.

A expressão dessas desigualdades pode ser verificadas na análises baseadas em estatísticas oficiais. Apesar de as mulheres rurais não serem maioria, são parte muito significativa da população rural. Segundo o Censo Demográfico 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elas representam mais de 45% dessa população. Apresentam maior tendência ao envelhecimento, ou seja, vivem mais anos, e com o passar dos anos assumem maiores responsabilidades na manutenção econômica de seus dependentes (Andrade Silva, 2000). As mulheres predominam nos movimentos migratórios campo-cidade, quando jovens, e continuam menos instruídas do que os homens – diferente do que ocorreu nas áreas urbanas (Melo, 2004).

A inserção econômica das mulheres rurais é marcada pela pobreza e pela invisibilidade das suas atividades produtivas. Significativa parcela do seu tempo de

trabalho é considerada trabalho doméstico, ou apenas uma ajuda ao trabalho do “chefe da família”, mesmo que esta seja decisiva para a manutenção do grupo familiar. O impacto dessa situação na obtenção de renda é muito grande. Uma pequena proporção de mulheres tem alguma renda, e nestes casos a renda é bem menor do que aquela obtida pelos homens.

Os dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) de 1998, do IBGE, mostram o predomínio do trabalho sem remuneração entre as mulheres. Um aspecto que constitui uma forte expressão da falta de reconhecimento acima mencionada. No setor agropecuário, elas representam 80,76% das ocupações não remuneradas. Maior número de mulheres (91,3%) do que de homens (82,5%) no campo dedica-se à produção para o autoconsumo. Na lavoura, as mulheres exercem 77,3% do trabalho não remunerado e 72,8% do trabalho na mesma condição na pecuária.

Apenas 5,5% de mulheres no campo realizam atividades remuneradas na agropecuária, em atividades de extração vegetal, pesca e aqüicultura e silvicultura (Melo, 2004).

A dita invisibilidade tem forte expressão na jornada de trabalho destas mulheres. A auto-representação do trabalho por parte das trabalhadoras rurais influencia diretamente na quantificação da jornada de trabalho, que aparece como sendo bem menor do que a jornada dos homens. As atividades desenvolvidas no quintal e na horta, centrais na reprodução familiar, não são consideradas como horas de trabalho. As atividades voltadas para criação de aves e pequenos animais (86,1%), seguidas das atividades da horticultura e floricultura (48,3%), são aquelas que mais concentram as mulheres do campo ocupadas (Melo, 2004).

As desigualdades das mulheres no campo também têm forte expressão na reforma agrária. A luta pela reforma agrária no Brasil já mobilizou milhões de trabalhadores/as rurais, e as mulheres sempre estiveram presentes nessas lutas. O acesso delas à terra sempre foi restrito, apesar das transformações das relações sociais no processo da luta pela terra, em especial no convívio nos acampamentos. Na implantação dos assentamentos rurais, várias acomodações nas relações de gênero acabam por reproduzir a tradicional divisão sexual do trabalho e relações desiguais de poder (Butto; Honório, 2005).

Esta situação pode ser problematizada a partir dos marcos legais existentes ao longo da história brasileira, da sua implementação na prática, das relações de poder no interior da família, da ação do Estado e do nível de organização das mulheres trabalhadoras rurais.

A legislação brasileira promoveu importantes avanços para permitir às mulheres rurais terem acesso à terra. Nos anos 60, segundo Carmem Deere (2004), “o Estatuto

da Terra de 1964 dava prioridade a chefes de família maiores que quisessem dedicar-se às atividades agrícolas”. A autora destaca que padrões culturais do país atribuem a chefia familiar aos homens. Diante das conseqüências desta legislação, a partir dos anos 80, as mulheres trabalhadoras rurais empreenderam lutas em todo o país para reivindicar acesso igualitário à terra no processo de reforma agrária.

A demanda desde então foi a titulação conjunta da posse da terra. Ampliação da receptividade desta reivindicação entre os movimentos sociais de mulheres contribuiu para a inclusão do artigo 189 da Constituição Federal. Este artigo afirma que “o título de domínio ou concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos independente do seu estado civil”.

Apesar deste direito constitucional, a sua implementação ocorreu precariamente. Pouco mais de oito anos após a promulgação da nova Constituição, o Censo da Reforma Agrária, realizado em 1996, indicou uma presença das mulheres como titulares da terra equivalente a 12%. Este índice pode ser considerado baixo, se consideramos outros países da América Latina, por exemplo a Colômbia, em que este índice chega a 45%.

Pesquisa realizada pela FAO/Unicamp no ano de 2002 revelou que 87% dos títulos da terra emitidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) destinavam-se aos homens, o que indica a manutenção da situação dos anos 90. O acesso das mulheres rurais à terra é ainda menor, quando se trata do Programa Cédula da Terra. Neste programa, 93% dos títulos emitidos tinham os homens como beneficiários diretos.

Além da frágil aplicação das leis, a família representa decisivo papel no acesso à terra. O acesso das mulheres aos lotes da reforma agrária se deu predominantemente entre mulheres casadas, mas com índices inferiores aos homens nesta condição civil e com um percentual muito maior de mulheres viúvas e solteiras do que de homens na mesma condição civil (Deere, 2002).

Outra influência direta da família no acesso a esse recurso econômico é a ocorrência de separação conjugal. A prática mais comum adotada no meio rural prescreve nesta situação a permanência dos homens na terra e a titularidade da terra predominantemente em nome do “chefe da família”. A saída da mulher do lote de assentamento, a qual na maioria dos casos vai acompanhada pelas crianças, faz com que a única alternativa para ela seja voltar a acampar. Estes fatos demonstram que a convivência conjugal também determina padrões desiguais de acesso à terra.

Além do escasso acesso às políticas públicas, as mulheres rurais têm baixa participação nas decisões sobre as políticas públicas e no exercício do controle social

do Estado. Um exemplo disso é o nível e o tipo de participação nos Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável. Elas são minoritárias na participação dos referidos conselhos e ocupam os lugares de menor importância. As mulheres que participam destes espaços também não têm vinculação com os movimentos sociais de mulheres. Assim, a agenda de trabalho destes conselhos ainda permanece muito pouco permeada pelas suas demandas.

Um levantamento realizado para o ano de 2003 indica que elas são 13,41% do total dos/as conselheiros/as, e sua distribuição nos cargos concentra-se na suplência. Elas constituem (16%) do total desses/as membros e um percentual bem menor em cargos de maior destaque: presidência com um percentual de 12,5%, e secretaria executiva, com um percentual de 4% (www.condraf.org.br).

Além do acesso aos recursos econômicos, as mulheres trabalhadoras rurais enfrentam invisibilidade como cidadãs perante o Estado e a sociedade. Sequer o direito à documentação civil e trabalhista promovido pelo Estado lhe garantiu a cidadania plenamente. Dados do IBGE (2000) mostram que 40% da população rural estão na condição de sub-registro e, desse total, 60% são mulheres.

AS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO NO CAMPO

Diante dessa situação, o governo federal vem formando um conjunto de ações para promover o reconhecimento econômico das mulheres no campo. Está implementando políticas públicas para as mulheres trabalhadoras rurais que favoreçam sua inserção positiva na economia. Estas ações fazem parte do I Plano de Políticas para as Mulheres, resultante da I Conferência de Políticas para as Mulheres realizada em julho de 2004.

Uma ação fundamental para o desenvolvimento de estratégias de inclusão das trabalhadoras rurais, seja na reforma agrária ou na agricultura familiar, é a garantia do direito à documentação civil e trabalhista. O Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, criado no ano de 2004, já emitiu mais 80 mil documentos civis e trabalhistas para mulheres acampadas, assentadas e agricultoras familiares. A ação integra o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e as estratégias de desenvolvimento rural e de inclusão social do governo federal. O referido programa integra oito organismos do governo federal e 23 governos estaduais pelas Secretarias de Segurança Pública. São emitidos os seguintes documentos: Registro de Nascimento, o CPF, a Carteira de Identidade, a Carteira do Trabalho, registro junto

ao INSS. As beneficiárias também têm contas bancárias constituídas e orientações sobre direitos previdenciários.

A documentação civil básica é condição para o acesso a um conjunto de outras políticas públicas, como é o caso do Bolsa Família e os benefícios previdenciários (aposentadoria rural e auxílio maternidade).

NA REFORMA AGRÁRIA

De forma inédita, o II Plano Nacional de Reforma Agrária incluiu uma política de gênero.

Como parte de suas ações, foi implantada a titularidade conjunta e obrigatória da terra, reivindicação histórica dos movimentos sociais. Apesar de prevista na Constituição Federal desde 1988, não havia o instrumento legal que a tornasse obrigatória. Assim, sua implementação vinha ocorrendo precariamente, como indicamos anteriormente. Com a Portaria nº 981/2003 do Incra, a titulação conjunta da terra para áreas constituídas por um casal passa a ser obrigatória.

Além dessa medida, a normatização da assistência técnica para os assentamentos da reforma agrária passou a recomendar a inclusão produtiva das mulheres e a prever ações específicas de capacitação dos extensionistas.

Com o Plano Safra 2005/2006, as mulheres assentadas passam a ter direito de realizar, por intermédio do Pronaf Mulher, uma operação de microcrédito rural para o desenvolvimento de uma atividade produtiva desenvolvida pela mulher.

NA AGRICULTURA FAMILIAR

A política e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater) também incorporaram a dimensão de gênero. Conteúdos, critérios de seleção de projetos a serem financiados e orientações metodológicas passaram a levar em consideração as necessidades das mulheres trabalhadoras rurais. Dos 45 projetos do Pronaf Capacitação que foram apoiados no ano de 2004, 10 foram destinados a projetos protagonizados por mulheres trabalhadoras rurais, o que equivale a mais de R\$ 1,3 milhão.

No apoio à organização da produção e à comercialização de produtos, encontra-se em constituição uma rede de mulheres produtoras rurais para focalizar ações junto aos grupos produtivos de mulheres.

NA PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Para ampliar a participação e o controle social das mulheres nas políticas pública, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) ampliou o número de representantes mulheres, incluiu maior número de organizações de mulheres na sua composição e criou o Comitê Permanente de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia. Deu início também à capacitação dos conselheiros/as estaduais de desenvolvimento rural sustentável em gênero.

3. O Pronaf e as mulheres



NESTE CAPÍTULO, DESCREVE-SE BREVE HISTÓRICO da relação existente entre as mulheres e o crédito do Pronaf, das primeiras iniciativas para ampliar o acesso das mulheres até os dias atuais, assim como as novidades que apresenta o novo plano safra 2005/2006. Finalmente, indica-se o potencial que o crédito tem na promoção da autonomia econômica das mulheres, base para a superação das desigualdades entre homens e mulheres.

UMA HISTÓRIA MUITO RECENTE

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi criado em 1996 como conquista dos movimentos sociais no campo. Ao longo dos anos, tem sido reconstruído pela demanda organizada dos movimentos sociais, incluindo o de mulheres, o que tem resultado em constantes adequações e aperfeiçoamento dos instrumentos dos bancos e instituições públicas, assim como das normas que regem a operacionalização do Programa.

Em 2001, o recém-criado Programa de Ações Afirmativas do MDA reconheceu como problema o fato de que os créditos destinados às mulheres não ultrapassavam 10% do total concedido, como consta na publicação *É a vez das mulheres* do Pronaf, MDA, de maio de 2002.

A Portaria nº 121 de 22 de maio de 2001 estabeleceu que um mínimo de 30% do Pronaf deveria ser destinado preferencialmente às mulheres agricultoras. Esta Portaria, contudo, não alterou a realidade do acesso das agricultoras ao crédito, uma vez que não foi acompanhada de nenhuma estratégia para garantir a sua efetivação.

Na prática, a cota de 30% caiu no vazio e não teve maior impacto, porque não foi acompanhada de efetivo enfrentamento dos problemas de acesso das mulheres ao crédito.

No governo Lula, foram inauguradas novas medidas para assegurar o direito das mulheres ao crédito. Para isso, várias transformações foram ocorrendo no Pronaf, a fim de atender a este objetivo.

No Plano Safra 2003-2004, foi criado o Pronaf Mulher. Na ocasião, tratava-se não de uma linha de crédito específica, mas sim da instituição de um sobreteto, um valor adicional de 50% ao montante de recursos já disponibilizado às famílias nas linhas de investimento C e D. Para ter direito ao sobreteto intitulado Pronaf Mulher, o projeto produtivo deveria contemplar demanda de recursos para investimento em alguma atividade a ser desenvolvida pela mulher.

Ainda naquele período, foi editado um *folder* para fazer divulgação do sobreteto Pronaf Mulher. Considerando que esta medida deveria estar acompanhada de um processo de debate, avaliação da experiência e de um processo de formação dos movimentos sociais de mulheres sobre o tema, além da sensibilização de gestores públicos e operadores do crédito, constituiu-se um grupo de trabalho interministerial que contou com a participação da sociedade civil para avaliar a presença das mulheres no Pronaf – o chamado GT Gênero e Crédito.

Após rico processo de debate e avaliação sobre o tema, o grupo de trabalho concluiu suas atividades identificando as principais dificuldades que envolviam o acesso das mulheres ao crédito, especialmente ao então sobreteto Pronaf Mulher.

Sobre o tema das relações de gênero e seu impacto sobre o crédito, o grupo de trabalho concluiu que as mulheres têm ainda pouca autonomia econômica e possibilidade de gerenciamento dos recursos que são fruto de seu trabalho, uma vez que não dominam os espaços de gestão e comercialização da sua produção. Falta de documentação pessoal básica e de título de propriedade da terra influenciam nas possibilidades de oferta de garantias como contrapartidas ao crédito. O endividamento do marido muitas vezes é desconhecido pelas mulheres e impossibilita o acesso delas ao crédito, uma vez que, dentro do Pronaf, o crédito é para a unidade familiar. Além disso, instrumentos de operacionalização do próprio crédito Pronaf, tal como a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), constituíam barreira poderosa ao acesso ao crédito pelas mulheres, pois apenas um titular representa a família na contratação da operação de crédito. Em contexto de desigualdades de gênero, essa medida acaba resultando na representação das famílias somente pelos homens.

O GT debateu também as mudanças propostas pelo MDA para intensificar e qualificar a participação das mulheres trabalhadoras rurais no Plano Safra 2004/2005.

Já no Plano Safra 2004/2005, foram implementadas importantes mudanças na Declaração de Aptidão ao Pronaf. A DAP é um formulário obtido por intermédio de sindicatos, empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural e outros órgãos credenciados para poder obter crédito junto ao sistema financeiro. Esta

passou a ser feita obrigatoriamente em nome do casal, estimulando, desta forma, maior inclusão das mulheres no programa.

O Pronaf Mulher se tornou específica linha de investimento disponível exclusivamente para as mulheres que se enquadravam nos grupos C, D e E do Pronaf. Tratava-se de uma linha especial que teve seu acesso facilitado mediante garantia de uma operação a mais por família, independentemente do crédito que tenha sido contratado pelo grupo familiar. Com esse crédito poderiam ser financiadas atividades agrícolas e não-agrícolas, tais como manejo de pequenos animais, produção de hortaliças, artesanato, doces e queijos, além de atividades agropecuárias em geral. O valor destinado para a linha especial Pronaf Mulher equivaleu a 110 milhões de reais naquele plano safra.

O MDA, por intermédio do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, também apoiou a realização de oficinas e encontros dos movimentos sociais das trabalhadoras rurais sobre o tema.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário, por indicação das resoluções do grupo de trabalho, implementou uma estratégia de monitoramento da participação das mulheres no Plano Safra com as Cirandas do Pronaf para as Mulheres. As cirandas foram responsáveis pela divulgação do Pronaf Mulher do Plano Safra 2004/2005 e pela obrigatoriedade da DAP conjunta. Para isso, foi confeccionado *folder* específico intitulado “Pronaf: crédito para as trabalhadoras rurais”.

Foram promovidas pesquisas quantitativas sobre a presença das mulheres no Pronaf, em especial sobre a caracterização das mulheres no Pronaf a partir da base de dados do Cadastro da Agricultura e do banco de dados da Declaração de Aptidão para o Crédito.

Por ocasião das comemorações do Dia Internacional da Mulher, que teve a participação da Presidência da República, da ministra da Secretaria de Política para as Mulheres e do ministro do Desenvolvimento Agrário, de agentes financeiros que operam o Pronaf e de representantes dos movimentos sociais de mulheres – Fetraf, MMTR/NE, Contag e MIQCB – foi lançada a campanha Crédito para a Igualdade das Mulheres Rurais, com o Termo de Cooperação publicado no *Diário Oficial* no dia 30 de março de 2005.

Essa campanha é composta por um conjunto de ações voltadas para estimular, facilitar, ampliar e qualificar o acesso ao crédito, tais como difusão de informações, atividades de capacitação, documentação civil das mulheres rurais, titulação conjunta obrigatória da terra, alterações nos procedimentos dos agentes financeiros, criação de espaços de participação e controle social.

Mais do que uma ação de governo, trata-se de uma mobilização social para ampliar e qualificar o acesso ao crédito, para fazer do Pronaf significativo instrumento de promoção da igualdade e da autonomia das mulheres.

COMPROMISSOS ASSUMIDOS NO TERMO DE COOPERAÇÃO

- Consolidação da linha de crédito específica para as mulheres – Pronaf Mulher;
- Declaração de Aptidão do Produtor com titularidade conjunta (homem e mulher) obrigatória para famílias constituídas por um casal;
- Inclusão do quesito sexo nas planilhas de execução do Pronaf;
- Incentivo à participação das mulheres trabalhadora rural no Pronaf mediante conselhos dos direitos da mulher e de órgãos municipais e estaduais de promoção de políticas de gênero;
- Divulgação e formação dirigidas às mulheres trabalhadoras rurais e aos agentes financeiros sobre gênero e crédito;
- Realização das Cirandas do Pronaf, espaço de controle social e monitoramento com a participação dos movimentos sociais de mulheres trabalhadoras rurais, agentes financeiros e de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater);
- Divulgação da titulação conjunta obrigatória nos assentamentos da reforma agrária;
- Divulgação do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural.

Após a conclusão das Cirandas do Pronaf para as trabalhadoras rurais, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia e da Secretaria da Agricultura Familiar, apresentou suas conclusões para os/as dirigentes dos ministérios encarregados das negociações e definições do Plano Safra 2005/2006, e, a partir dos debates e proposições realizadas pelos movimentos sociais, foram acordadas as seguintes alterações para o Plano Safra:

1. ampliação de uma operação do microcrédito rural Pronaf B no valor de até R\$ 1.000,00 (mil reais) por família, especificamente para as mulheres;
2. definição de uma operação também de microcrédito rural Pronaf B no valor de até R\$ 1.000,00 (mil reais) para as mulheres assentadas da reforma agrária ou beneficiárias do crédito fundiário, além dos recursos emprestados pelo Pronaf A.

4. Participação das mulheres nos Planos de Safra 2001-2005



O ACESSO A INFORMAÇÕES PARA ELABORAR, EXECUTAR e avaliar políticas públicas é essencial. Os movimentos sociais têm apresentado suas demandas na área, incluindo informações sobre a participação das mulheres no Pronaf. Por estes motivos, o MDA vem cada vez mais qualificando sistemas de dados disponíveis e abrindo novas possibilidades junto a outros organismos governamentais responsáveis pela geração de dados.

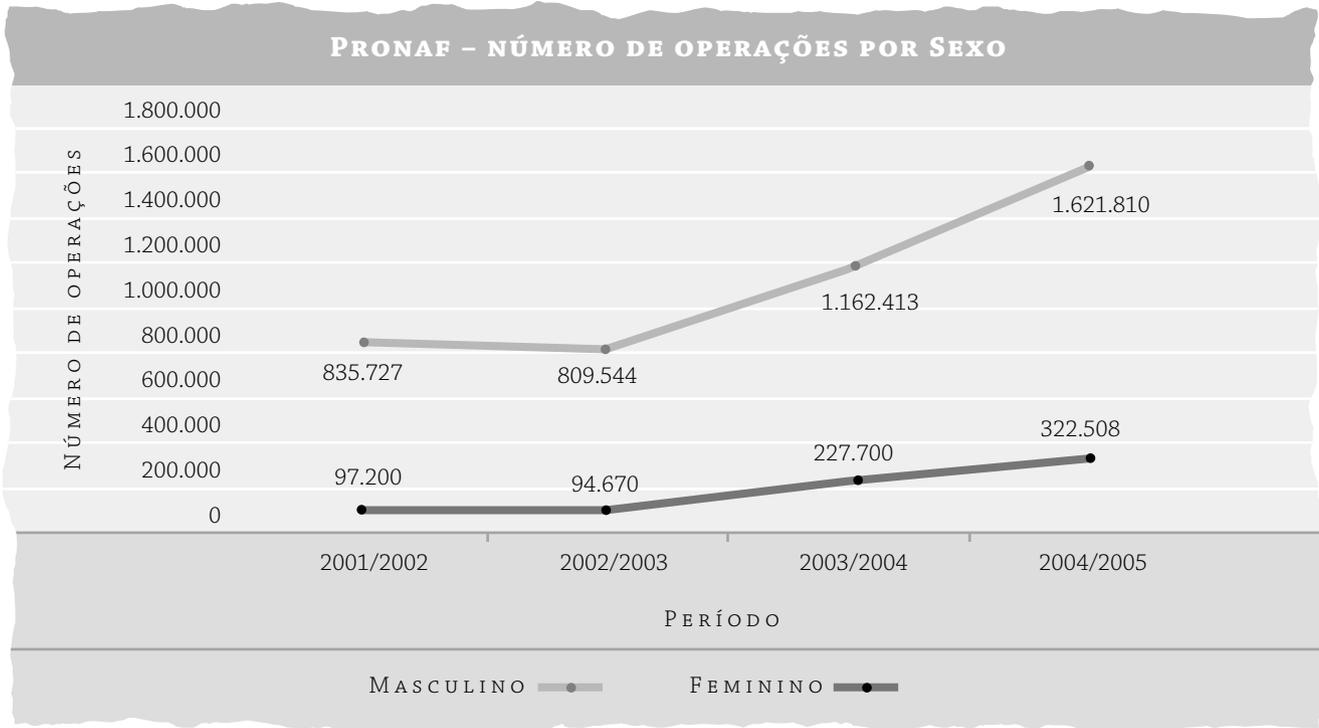
PESQUISAS E DADOS DISPONÍVEIS

As pesquisas sobre o acesso das mulheres ao Pronaf são, além de escassas, caracterizadas por levantamentos parciais, que se constituem em estudos de caso sobre o tema, a exemplo do estudo realizado recentemente por Izaura Rufino (2003) no município de Afogados da Ingazeira, em Pernambuco. Estas pesquisas são muito importantes para avançar nestas reflexões, mas insuficientes para pensar uma política pública de porte nacional.

Os dados de abrangência nacional são aqueles referentes à pesquisa realizada em 1999 por Grzybowski, que indicava que, dentre os/as beneficiários/as do crédito, 93% equivaliam a homens e 7% a mulheres.

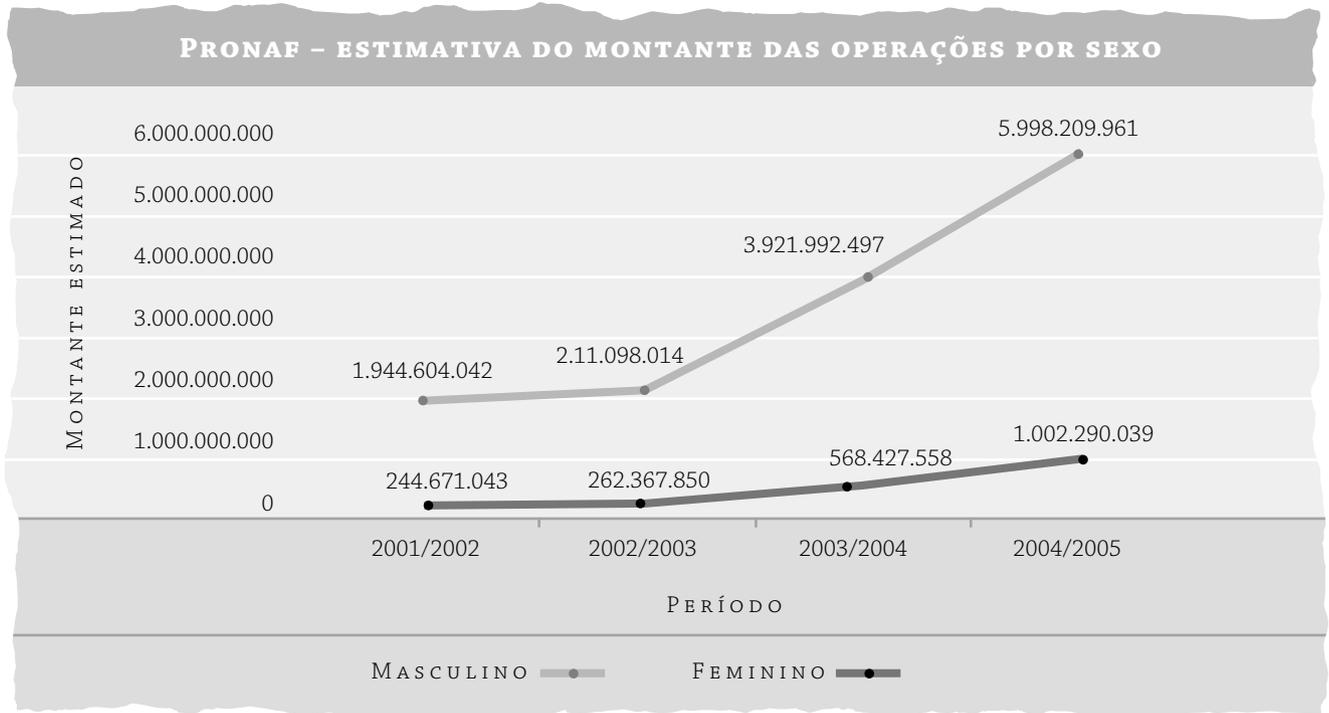
Também existem dados de estimativas calculadas com base no banco de dados do Cadastro da Agricultura Familiar e da Declaração de Aptidão para o Crédito, disponíveis na Secretaria da Agricultura Familiar.

Por solicitação do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do MDA, foram levantadas informações sobre a participação das mulheres da safra 2001/2002 até a última safra, 2004/2005, no referido banco de dados da Secretaria de Agricultura Familiar, apresentadas a seguir:



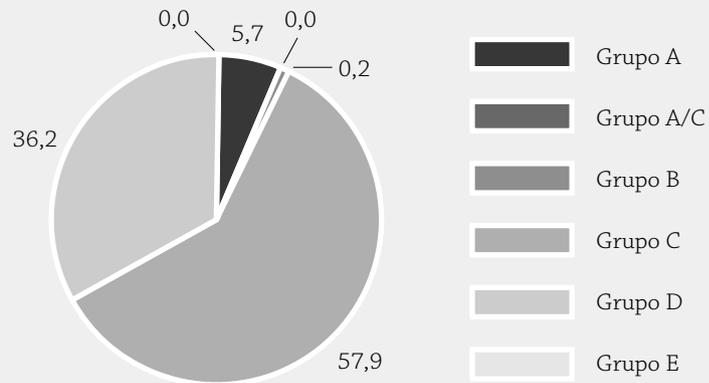
O gráfico acima indica a evolução de contratos de crédito por sexo nos planos de safra 2001/2002 até o Plano Safra 2004/2005. Além de indicar crescimento muito importante de operações de forma geral, mostra maior aumento em termos percentuais de contratos concedidos a mulheres. Mesmo assim, a distância dos contratos entre homens e mulheres ainda é grande, mas claro que necessita ser observada, levando-se em consideração os níveis de participação de homens e mulheres na população ocupada em atividades agropecuárias, que, segundo o Censo Agropecuário 1995/1996, equivale a 67% de homens e 33% de mulheres.

A análise comparativa do montante das operações nos mostram uma tendência de crescimento ainda maior das mulheres, se comparada com a dos homens.

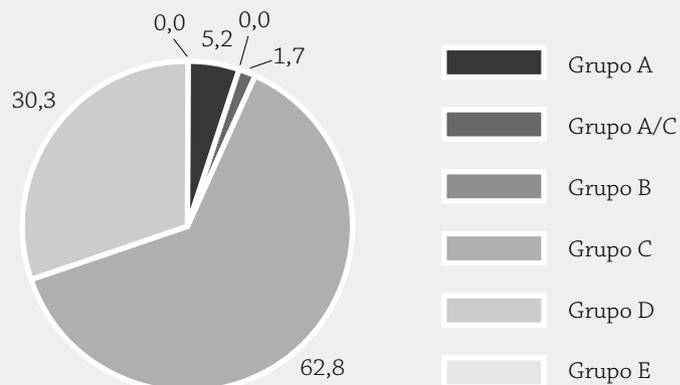


O acesso das mulheres ao Pronaf foi se diversificando durante os últimos três planos de safra. Assim como mostram as tabelas a seguir, no período 2001/2002 a maioria das mulheres acessava o grupo C, e essa tendência até se aprofundou na safra 2002/2003, perdendo um pouco de força o acesso das mulheres ao grupo D. Finalmente, é importante destacar que o acesso das mulheres assentadas ao Pronaf A representava apenas 5,7% do total de beneficiários/as, e esse percentual até cai na safra 2002/2003 naquela modalidade de crédito, mas, mesmo assim, no Grupo A/C ocorre um aumento de participação das mulheres.

**PERCENTUAL DE OPERAÇÕES POR GRUPO – SEXO FEMININO
2001/2002**

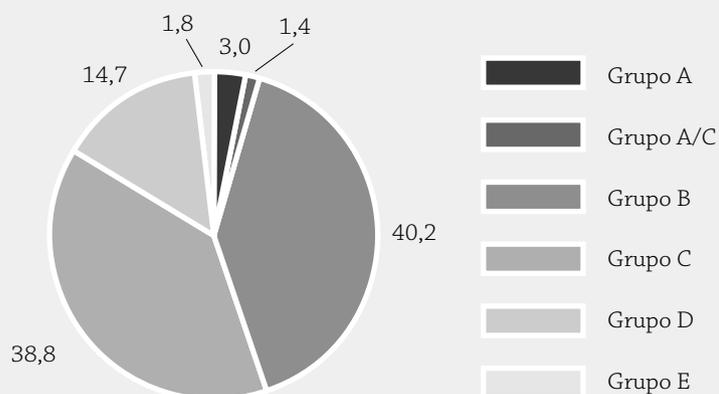


**PERCENTUAL DE OPERAÇÕES POR GRUPO – SEXO FEMININO
2002/2003**



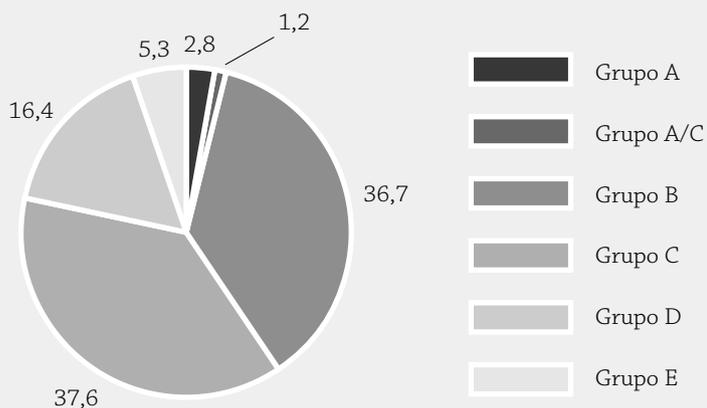
Os dados disponíveis indicam que, na safra seguinte (2003/2004), a maioria das operações de mulheres passou a se concentrar no Pronaf B, linha que ainda não existia no crédito do Pronaf e foi se diversificando ainda mais no último Plano Safra (2004/2005). Caiu muito a presença das mulheres no grupo C e D, o que indica maior acesso das mulheres pobres ao crédito. Para as assentadas, observa-se uma queda no Pronaf A e uma manutenção nos percentuais de acesso ao crédito A/C.

**PERCENTUAL DE OPERAÇÕES POR GRUPO - SEXO FEMININO
2003/2004**



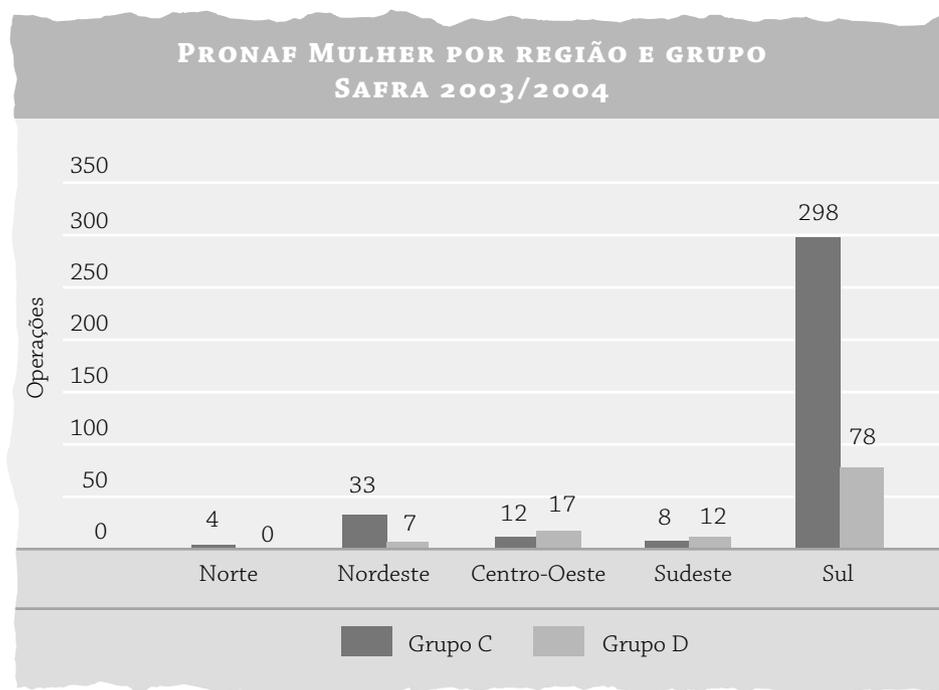
Na safra 2004/2005, os percentuais para os grupos B, C, A e A/C permanecem quase inalterados, mas ocorre pequena ampliação no grupo D e significativa ampliação no grupo E, o que indica que, se na safra 2003/2004 foram as mulheres mais pobres as mais beneficiadas com o crédito, na última safra a ampliação também se estendeu para as de maior poder aquisitivo.

**PERCENTUAL DE OPERAÇÕES POR GRUPO - SEXO FEMININO
2004/2005**



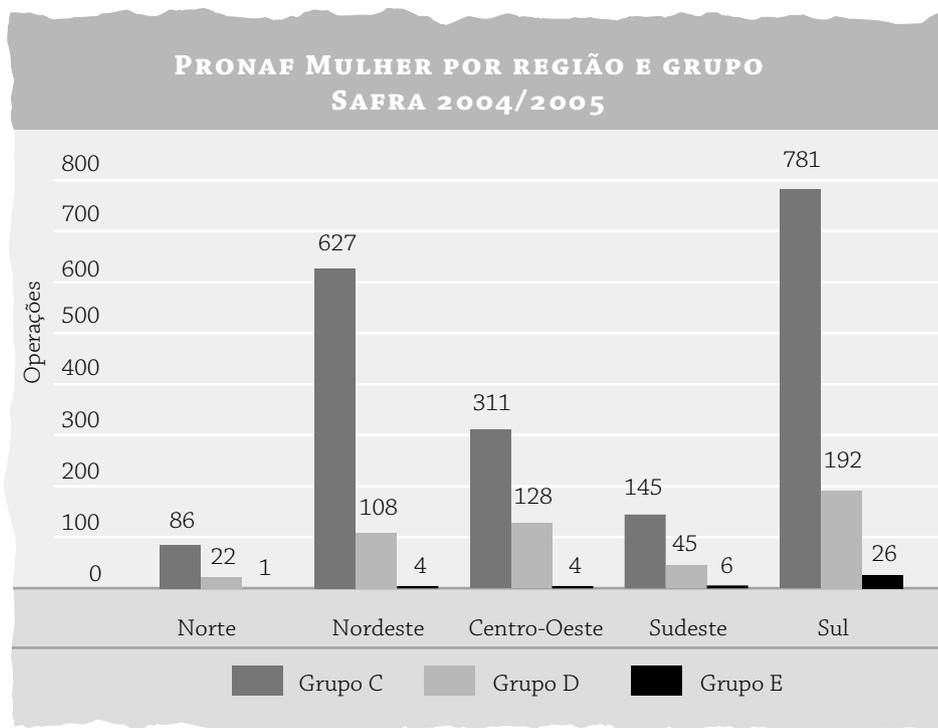
PRONAF MULHER

O Pronaf Mulher nasceu no Plano de Safra 2003/2004 como um sobreteto, ou seja, recursos a mais de crédito Pronaf para projetos de investimento da família que contemplassem atividades a serem desenvolvidas pelas mulheres. Circunscrito às mulheres de famílias enquadráveis nos Grupos C e D, o sobreteto Pronaf Mulher foi operacionalizado apenas pelo Banco do Brasil, o qual emprestou R\$ 2.540.609,00 em 469 operações, sendo 80% dessas concentradas na região Sul do país.

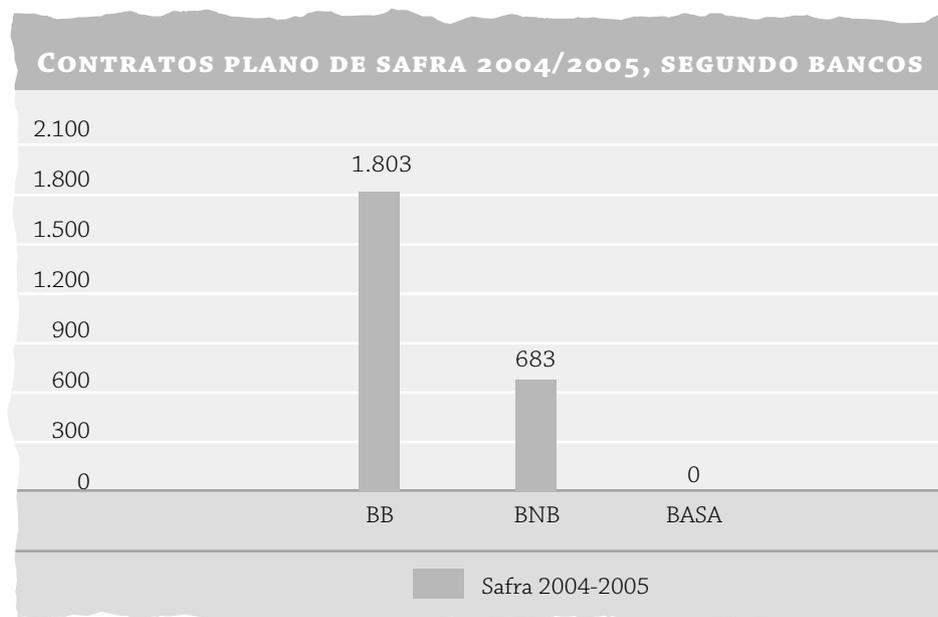


No Plano de Safra 2004/2005, quando o Pronaf Mulher se transformou em uma linha específica, foram realizados 2486 contratos, totalizando um montante de R\$ 21.585.505,00 emprestados. Com a criação do Pronaf Mulher como linha específica, houve melhor distribuição regional dos contratos: o Sul passou a responder por 50,9% das operações, seguido pela região Nordeste (21,4%) e o Centro-Oeste com 17%.

A maior parte das mulheres que acessaram ao Pronaf Mulher pertencem ao Grupo C (78,4% das operações). O grupo D responde por 19,9% dos contratos, o o Grupo E por 1,6%.



A tabela a seguir nos indica o comportamento dos agentes financeiros ante a operacionalização do Pronaf Mulher na safra 2004/2005.



Ao que se observa pelos dados, a criação do Pronaf Mulher como linha específica apresentou facilidades na operacionalização do crédito por parte dos agentes financeiros. Vale destacar ainda a necessidade de maior envolvimento do Banco da Amazônia, que encerrou a safra 2004/2005 sem ter realizado sequer uma operação. As demandas do Pronaf Mulher na região existem e têm sido operadas apenas pelo Banco do Brasil.

OS DADOS E O NOSSO FUTURO

Os dados apresentados não só nos indicam importantes avanços, mas também grandes desafios, já que os percentuais apresentados estão muito aquém da participação das mulheres na população economicamente ativa. O que sugere é uma busca de maiores avanços do acesso ao crédito para as mulheres trabalhadoras rurais.

Um estudo sobre a caracterização das mulheres que hoje tem a DAP e que representam o público potencial que acessa o crédito está em fase de finalização e pode trazer importantes subsídios para análise aprofundada sobre o público de mulheres que consegue ter acesso ao Pronaf. Mas outros tantos estudos, incluindo os de caráter qualitativo, são necessários para atender a este objetivo.

5. Resultados das discussões e da pesquisa das Cirandas do Pronaf para as Mulheres



A SEGUIR, SÃO APRESENTADOS OS RESULTADOS OBTIDOS dos debates e informações coletadas durante as cirandas. Na primeira parte, foram sistematizados o debate e as principais conclusões que resultaram das oficinas propriamente ditas. Em segundo momento, a partir de relatório realizado pela equipe de sistematização da pesquisa e das conclusões elaboradas pelo Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, descreveram-se e comentaram-se os dados da pesquisa sobre a participação das mulheres no Pronaf realizada a partir de levantamento de informações por questionários preenchidos pelos movimentos sociais de mulheres no momento prévio às Cirandas.

Finalmente, são apresentadas algumas conclusões que puderam ser abstraídas a partir dessas duas fontes de dados.

O DEBATE COM OS/AS PARTICIPANTES DAS CIRANDAS

Esta seção está estruturada a partir da organização dos três temas que foram privilegiados para a avaliação, proposição e compromissos assumidos.

Importante destacar que o debate não ficou centrado apenas na avaliação dos/as participantes sobre a presença das mulheres no Pronaf, mas também sobre o Pronaf como um todo, o que revela uma qualificação que as mulheres foram obtendo ao logo do tempo de construção do Programa nos últimos anos.

SOBRE A EMISSÃO DA DECLARAÇÃO DE APTIDÃO PARA O PRONAF (DAP)

As discussões que as delegações estaduais trouxeram para as cirandas são diferenciadas: encontramos problemas relativos à emissão da DAP principalmente pelos seguintes motivos: 1) cobertura existente; 2) falta de informação; 2) normatização; 3) operacionalização; 4) habilitação para obter DAP; 5) características institucionais das entidades credenciadas.

As cirandas detectaram insuficiente cobertura de instituições que atuam na emissão da DAP, além de restrição de área de abrangência das mesmas, problema que é visivelmente maior na região Nordeste.

Existem também problemas relacionados à ausência de informação, seja porque não há conhecimento difundido suficientemente sobre a DAP, seja porque as informações disponíveis não são atuais, o que inclui a definição do novo modelo de titularidade conjunta da DAP. As participantes apresentam pouco conhecimento sobre a possibilidade de bloqueio da DAP em caso de identificação de irregularidades comprovadas. Estes problemas não só foram identificados principalmente na região Norte e Nordeste, mas também de forma secundária nas demais regiões.

Sobre os aspectos normativos da DAP, os relatos registrados nos indicam dificuldades que advêm de uma freqüente alteração nos modelos desse documento. Também, considera-se que a existência de cinco modelos da DAP implica burocratização (Minas Gerais) e que existe uma dificuldade: proibição de DAP para os/as agricultores/as que exercem outras atividades (este caso se registrou no Maranhão, e a ocupação foi a de profissionais da área de educação). Finalmente, também foi destacado que a validade da DAP de seis anos faz com que muitas famílias permaneçam com o modelo antigo de DAP, em que constava apenas um titular.

Sobre a operacionalização da emissão da DAP, várias dificuldades apareceram. Os problemas são relativos à demora na atualização da emissão da DAP no caso do público de assentados por parte do Incra e à ausência de disponibilidade de emissão eletrônica a todas as instituições credenciadas para a emissão da DAP (Tocantins). A dificuldade de preenchimento da DAP por parte dos órgãos emissores e pouca informação disponibilizada pelo Ministério ao sistema responsável pela emissão são as dificuldades percebidas na região Norte.

No Sudeste, há maior queixa de ausência de formulários em bloco para atender a emergências. Há impossibilidade de enviar as DAP diretamente para o MDA. No Nordeste, aparecem problemas de irregularidades. No Maranhão, existem denúncias de emissão de DAP para público que não se configura como beneficiário do Pronaf, além da prática de cobrança para realizar a emissão.

Ainda sobre a operacionalização da DAP, foram debatidas a caracterização institucional das entidades credenciadas e a falta de capacitação técnica dos profissionais que realizam a emissão da DAP, assim como a deficiente estrutura material para que a emissão seja garantida (equipamentos, acesso a Internet etc.).

Finalmente, aparece o tema das condições básicas para obter a DAP, principalmente a ausência de documentação civil, dificuldade de acesso aos municípios que

contam com operadores do crédito, além do analfabetismo. Todos estes elementos restringem seu acesso.

Importante destacar que a titularidade conjunta da DAP, uma conquista importante das mulheres no Pronaf, necessita ser implementada com maior intensidade. Para isso, recomenda-se promover maior estímulo à emissão da DAP no novo modelo. Sem a obtenção da mesma, os demais passos para obter o crédito ficam inviabilizados.

A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE CRÉDITO

Sobre a elaboração do projeto de crédito, apareceram problemas relacionados à cobertura, à informação, à formação e à qualificação profissional e institucional relativa aos bancos propriamente ditos, às condições básicas de habilitação para o crédito, à demanda e a sua qualificação, bem como às interfaces de todos estes temas com as relações de gênero.

O primeiro problema apontado se refere à baixa cobertura dos serviços de assistência técnica e extensão rural que demonstra ser realidade em todas as regiões. Também a informação disponível por parte das mulheres sobre como proceder e ter apoio na elaboração e acompanhamento de projetos foi discutida.

Existe uma percepção de que os profissionais que trabalham na área não detêm conhecimento sobre a realidade e buscam intervir, e o pior é que promovem uma atuação que não considera as potencialidades locais. São também profissionais que detêm pouca informação sobre o Pronaf e não atuam com maior integração junto aos agentes financeiros e aos movimentos sociais no campo. O tipo de conhecimento que oferecem se concentra nas atividades primárias da agricultura familiar, com pouca experiência na área rural não-agrícola, que são áreas de muito interesse para muitos grupos de mulheres: artesanato, gestão de projetos, agroindústrias e comercialização de produtos. Além destes aspectos, consideram que os projetos elaborados têm a função de mero cumprimento de exigência para aprovação de crédito e não constituem real oportunidade de interação de conhecimentos, acompanhamento e avaliação. Finalmente, sobre a caracterização da assistência técnica oferecida, houve generalizada queixa de que a rede de Ater disponível promove imposição do tipo de projeto a ser desenvolvido.

A relação existente entre a elaboração do projeto e os agentes financeiros é muito forte no diagnóstico sobre as dificuldades que as trabalhadoras rurais enfrentam. Os agentes financeiros detêm pouca informação sobre a linha especial de crédito –

o Pronaf Mulher e as planilhas dos bancos (Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste do Brasil) não contemplam projetos de atividades rurais não agrícolas.

Sobre o tema da relação do projeto com a comercialização, surge o problema da ausência da titularidade conjunta no talão de nota do produtor, somado à pouca comercialização que é realizada.

Além dos aspectos gerais que foram elencados de maneira muito incisiva, foi destacado que a rede de assistência disponível no momento não tem formação nem experiência para realização de trabalhos para a inclusão positiva das mulheres nos projetos de assistência técnica. Isto porque, apesar da incorporação da política de gênero no Pronater, os/as extensionistas não estão informados, não internalizaram as recomendações do MDA em sua prática cotidiana e não priorizam os projetos voltados às atividades produtivas propostos pelas mulheres. Na sua maioria, excluem as mulheres nas suas visitas às propriedades, ou chegam mesmo a recusar os projetos demandados pelas mulheres.

Finalmente sobre a elaboração do projeto, foi destaca a relação entre a agroindústria e a previdência social, já que mulheres que se dedicam a estas atividades produtivas perdem a condição de aposentadas especiais junto ao Ministério da Previdência Social.

O ACESSO AO FINANCIAMENTO DO PRONAF

O terceiro aspecto abordado com centralidade nas cirandas se refere ao acesso ao financiamento propriamente dito. Aqui aparece grande diversidade de temas em relação às condições prévias de acesso ao crédito: a terra, a infra-estrutura, a ausência de documentação, as relações familiares e o endividamento das famílias agricultoras; do crédito em si como a sua normatização, as garantias exigidas, a disponibilidade dos recursos; das relações institucionais entre agentes financeiros, sindicatos rurais, bancos, empresas de assistência técnica e sua relação com as mulheres trabalhadoras rurais, bem como do nível de informação disponível sobre o Pronaf.

Sobre as condições que poderíamos qualificar como sendo prévias, mas intimamente relacionadas ao financiamento, foram tematizados o escasso acesso à terra e à infra-estrutura, principalmente pela região Norte, onde se encontram sérios problemas de regularização fundiária, como a ausência de documentação sobre a posse a terra. Na mesma região, também foi apresentada a questão da falta de estradas para ir até a sede dos municípios que contam com rede bancária credenciada para

o Pronaf. A ausência de documentação civil foi importante restrição para aceder ao crédito por parte das mulheres em todas as regiões, com exceção do Sul.

A família também aparece como um impedimento das trabalhadoras rurais para o crédito. A relação dominante dos homens na família de maneira geral e mais especificamente a discriminação do marido em relação ao trabalho em que as mulheres estão envolvidas foram mencionadas.

É importante destacar que a discriminação contra as trabalhadoras rurais não é denunciada apenas na relação familiar, mas também a empresas de assistência técnica e a sindicatos de trabalhadores rurais.

Anterior ao crédito, mas vinculado a transações financeiras, aparece o endividamento familiar. A legislação brasileira que rege a condição civil entende que as dívidas em família constituídas por um casal são de responsabilidade compartilhada, mesmo que algum membro não esteja ciente da mesma. Muitas mulheres trabalhadoras rurais reclamam de desinformação sobre as dívidas contraídas e os impedimentos que passam a enfrentar nesta condição para acessar o Pronaf. Sobre o tema das dívidas, também há outros aspectos muito relevantes, que são o medo de contraí-las e, por último, o esgotamento da capacidade de endividamento da família quando da solicitação de um projeto de crédito apresentado pelas trabalhadoras rurais.

Existem problemas sobre normatização que se referem à ausência da definição do que pode ser financiado e também sobre o impedimento de acesso ao crédito por parte de trabalhadoras rurais que exercem outras atividades, por exemplo, as professoras.

Aqui é importante ressaltar que o primeiro problema elencado refere-se ao esclarecimento ainda escasso da normatização existente, já que o Manual de Crédito Rural (MCR) e todo o material informativo indicam quais são as atividades financiáveis.

Sobre os impedimentos de exercício de outras atividades, o que cabe aqui esclarecer é que, pela normatização existente, o público que se enquadra no Pronaf depende também do montante da renda proveniente da agricultura familiar, e ela varia em cada grupo do Pronaf. Para as mulheres e o público em geral beneficiário do Pronaf que se enquadram no grupo B, a renda proveniente da agricultura familiar tem de ser de no mínimo 30%; para o grupo C, esse tipo de renda tem de ser equivalente a um mínimo de 60%. No grupo A/C, o mínimo se eleva para 70%, assim como ocorre no grupo D. Finalmente, no Grupo E, a renda que tem essa origem deve ser no mínimo 80%.

Quanto às garantias exigidas, dois problemas apresentam-se: a ausência de padronização nas garantias solicitadas pelos agentes financeiros e a exigência de aval e de seguro de vida. Aqui é importante destacar que a exigência de aval se relaciona diretamente com a figura do marido/companheiro, pois muitas vezes as mulheres

precisam recorrer aos mesmos para avaliar o pedido de crédito e, assim como já mencionado anteriormente, as relações de poder no interior da família costumam dificultar o acesso ao financiamento.

A respeito dos recursos disponíveis, dois temas aparecem: a insuficiência em função do volume repassado aos estados (destaque para a região Sul do país) e o enfrentamento de justificativa de ausência de recursos para o Pronaf Mulher.

As relações entre os sindicatos rurais, os agentes financeiros e as empresas de assistência técnica foram apontadas também como um elemento dificultador de acesso das mulheres ao crédito. Mudam-se as normatizações, por exemplo, e não ocorre homogeneização de informações entre as agências.

Estes elementos são gerais, impactam as mulheres e se agudizam com a discriminação que existe nesta rede ou circuito que permite o acesso ao crédito.

Sobre os agentes financeiros, podemos constatar que várias insatisfações existem. De um lado, a qualificação insuficiente deste setor na lida com a agricultura familiar e, por outro, a restrita disponibilidade de recursos humanos para atender ao público do Pronaf.

Aqui, por exemplo, encontramos uma queixa sobre a demora na avaliação do projeto por parte dos bancos.

Existe uma queixa sobre preferências no atendimento que este segmento realiza. As mulheres presentes reclamaram da preferência de atendimento dirigido às instituições/entidades em detrimento das famílias demandantes.

Ocorreram denúncias, tais como da venda de produtos do banco sem prévio esclarecimento por parte dos beneficiários/as do Pronaf, ou ainda sobre acordos dos bancos com lojas de máquinas agrícolas que favorecem a aprovação rápida de recursos.

Sobre as atividades financiáveis, também foram mencionadas algumas dificuldades, tais como as enfrentadas pelo artesanato, que não têm uma cadeia produtiva completa.

Aparecem problemas como o descompasso entre disponibilidade de recurso em épocas adequadas para liberação do financiamento e disponibilidade do setor para realizar as operações do Pronaf. Por exemplo, ocorreu a denúncia de intensificação do crédito por parte do banco nos últimos meses do ano, a fim de garantir o cumprimento das metas estabelecidas.

Segundo as trabalhadoras rurais, também há pouca credibilidade dos agentes financeiros na capacidade de pagamento dos projetos analisados.

Além destes problemas mais amplos, surgiram especificidades da relação dos agentes financeiros com as trabalhadoras rurais: discriminação dos agentes financeiros

que se expressam em exigência maior nas garantias solicitadas para a aprovação do projeto, desconhecimento sobre a participação das mulheres na agricultura familiar e, finalmente, sobre as resistências deste setor em abordar as relações de gênero em seu cotidiano na condição de profissionais de um importante instrumento público de oferta de crédito produtivo para construção de autonomia para as trabalhadoras rurais.

Finalmente, a ausência ou insuficiência de informações sobre o Pronaf e mais especificamente sobre as estratégias adotadas no Pronaf para estimular e ampliar a participação das mulheres constitui também um problema a ser enfrentado.

Esta desinformação sobre o Pronaf Mulher não ocorre apenas entre as mulheres trabalhadoras rurais, mas também com a rede que propicia a tomada do crédito: sindicato, Ater e finalmente os próprios bancos.

AS PRINCIPAIS PROPOSIÇÕES DAS MULHERES NO ACESSO AO PRONAF E À LINHA PRONAF MULHER

O que se espera aqui é apresentar de forma sucinta as principais necessidades e ações que o Ministério já vem desempenhando ou possa vir a desempenhar para ajudar na solução do problema:

1. necessidade de intensificação de ações em meios de comunicação (*rádio, folders*), maior divulgação do *folder* Pronaf para as mulheres trabalhadoras rurais e circulação de material específico nos bancos tal como prevê o Termo de Cooperação Técnica Firmado;
2. necessidade de campanha junto aos emitentes da DAP para adoção do novo modelo;
3. intensificação da Campanha de Documentação, assim como maior divulgação e focalização nas regiões do Nordeste e Norte;
4. implantação da Titularidade Conjunta obrigatória da Terra em nome do casal no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA);
5. elaboração de cursos sobre o tema junto à Política Nacional de Ater;
6. execução do termo de cooperação técnica junto aos agentes financeiros;
7. divulgação do guia de operacionalização da linha especial Pronaf Mulher junto aos bancos e demais setores envolvidos;
8. promover aproximação entre agentes financeiros e elaboradores de projetos e movimentos sociais de mulheres;
9. acompanhar o tema da aposentadoria especial da previdência rural junto aos ministérios competentes em função das suas interfaces com as ocupações agrícolas;

10. estimular oficinas estaduais sobre crédito para difundir o programa, ampliar o acesso e minimizar o medo da dívida;
11. discutir formas alternativas de garantias do crédito para as mulheres trabalhadoras rurais.

Resultados dos dados coletados pelos movimentos sociais sobre acesso da DAP conjunta, Pronaf e Pronaf Mulher

O QUE OS DADOS NOS INDICAM?

No processo de preparação das Cirandas do Pronaf para as Mulheres, elaboramos um questionário para levantar informações sobre o perfil das mulheres pesquisadas, considerando-se o acesso à Declaração de Aptidão para o crédito e ao Pronaf, com especial atenção para o Pronaf Mulher.

É importante destacar que estes questionários foram aplicados pelos movimentos sociais de mulheres, principalmente no momento anterior à realização das cirandas. A nossa idéia foi trazer informações concretas para subsidiar as avaliações durante o evento.

Este trabalho só foi possível pelo empenho que as militantes dos distintos movimentos sociais realizaram para levantar os dados.

Ao total foram 612 questionários aplicados, predominantemente na região Nordeste. O Sudeste e o Sul também tiveram participação significativa neste universo, o Centro-Oeste e o Norte foram as regiões com menor proporção de informações coletadas.

Há importante observação para a análise dos dados: o percentual de casos não validados foi elevado principalmente nas respostas sobre o acesso à DAP, aos serviços de assistência técnica e extensão rural, bem como ao crédito.

Finalmente, é necessário destacar que estas informações se referem a um levantamento realizado junto aos movimentos sociais sem haver um padrão para sua aplicação. Por isso, não podemos falar deste trabalho como uma pesquisa.

A descrição em termos percentuais que subsidiaram a análise que apresentamos a seguir se encontra em anexo.

QUEM SÃO AS MULHERES PESQUISADAS?

Sobre a caracterização das mulheres pesquisadas, percebemos que a idade predominante é constituída por faixas mais jovens no Norte e Nordeste, e nas demais regiões predominam mulheres acima de 35 anos (principalmente no Sudeste e no Sul).

Em todas as regiões, predominam as mulheres casadas, mas nas regiões Norte e Nordeste há percentual significativo (entre 30% a 35%) de mulheres solteiras, fato que está diretamente relacionado com a informação sobre o predomínio da faixa etária por região acima mencionada.

O número de filhos nas famílias das entrevistadas é, em sua maioria, de três a cinco nas regiões Centro-Oeste, Norte e Sudeste. Em segundo lugar, aparecem as famílias que têm até dois filhos. A exceção fica por conta do Nordeste, região na qual predomina a situação de até dois filhos, e no Sul a proporção é equilibrada.

Em todas as regiões, a família tem a posse da terra em que trabalha, mas é importante destacar que, se em todas as regiões esse percentual varia de 80% a 85%, no Nordeste essa proporção é bem inferior (51%). Nessa região, diferente das demais, 40% das mulheres entrevistadas arrendam a terra em que trabalham.

O ACESSO À DAP

A condição de conhecedoras ou desconhecedoras das DAP é bem equilibrada, apenas excetuando-se a situação do Sul, em que mais 75% das mulheres conhecem a DAP.

Para a maioria das mulheres que participaram como entrevistadas e que possuem DAP em sua família, o documento é emitido em seu nome. Mesmo assim, na região Norte, Sudeste e Sul predominam os homens como titulares da DAP.

A aquisição da DAP se deu principalmente nos sindicatos, de modo concentrado na região Nordeste, Sudeste e Sul, mas um percentual também elevado obteve a DAP na Emater (situação que se registra no Centro-Oeste e no Norte).

A principal dificuldade para obter a DAP é a recusa ou falta de informação das entidades que emitem, principalmente no Norte, Nordeste, e Sudeste.

O ACESSO AO PRONAF

Sobre o acesso a informação sobre o Pronaf, conclui-se que a principal fonte de informação é o sindicato, seguida dos meios de comunicação, tais como rádio, TV e jornal. O que chama a atenção é que a informação pelos meios de comunicação é forte apenas no Sul. Importante destacar também que as empresas de Ater e os movimentos sociais de mulheres aparecem com iguais percentuais de informação sobre o Pronaf (principalmente no Centro-Oeste e no Norte do país).

Sobre a tentativa de obter crédito pelo Pronaf no próprio nome, predomina a situação daquelas que não tentaram, com uma diferença muito pequena para

aquelas que tentaram. Mas é importante destacar que, apesar de esta diferença ser pequena em todas as regiões, no Nordeste as mulheres não tentaram, e no Sul há quase equivalência entre essas duas situações.

A maioria não tentou porque tem medo da dívida, e essa situação predomina em todas as regiões do país, embora os percentuais mais elevados se concentrem no Nordeste, Norte e Sudeste. No Norte, a falta de assistência técnica para elaborar o projeto foi muito significativa (34%).

O principal motivo alegado pelo banco para não aceitar financiar o projeto de crédito, segundo as informantes, foi a falta de recursos, e essa situação predominou principalmente no Centro-Oeste e também foi majoritário no Nordeste e no Sul. No Norte e principalmente no Sudeste, a situação de inadimplência de alguém da família também impediu o acesso ao crédito. No Sul, em proporção bem mais reduzida no Norte, o crédito disponibilizado para a família em nome do marido dificultou o acesso das mulheres ao crédito.

Sobre o atendimento na assistência técnica, detectamos que a maioria considera de boa qualidade os serviços disponíveis, nas duas regiões em que esse percentual de aprovação é um pouco inferior (Centro-Oeste e Sudeste), o pouco tempo e a falta de diálogo com as mulheres na elaboração do projeto respectivamente aparecem como motivos para menor aprovação do atendimento.

A maioria considera que foi fácil pagar o crédito concedido, mas quase um terço qualificou com sendo difícil. As maiores facilidades estão no Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Sul. A região que apresentou maiores dificuldades foi a Sudeste.

Um dado que chama a atenção é que a maioria não conhece o Pronaf Mulher (59%). Isto ocorre principalmente no Centro-Oeste, Nordeste e Sul. As regiões onde o conhecimento do Pronaf Mulher supera o seu desconhecimento se concentram no Norte e no Sudeste.

A maioria soube do Pronaf Mulher pelo sindicato, sendo que, no Sul e no Norte, o movimento de mulheres rurais apareceu com um percentual significativo de entrevistadas, e a ele foi atribuído o papel de difusão de informações sobre o crédito.

A tentativa de obter o Pronaf Mulher é muito mais reduzida do que a tentativa nas demais linhas do Pronaf. Foram nas regiões do Nordeste, Sudeste e Sul que se registram as maiores tentativas de obtenção deste crédito. A ausência de tentativas se deve primeiramente ao medo da dívida (especialmente nas regiões Norte e Sudeste) e à falta de quem elaborasse o projeto (especialmente no Centro-Oeste e no Norte do país).

6. Considerações finais

AO TRATAR DA PRESENÇA DAS MULHERES NA produção e no financiamento e da relação com as políticas públicas de apoio à agricultura familiar, não se pode deixar de considerar as limitações ainda existentes para sua autonomia econômica. Ainda são reduzidas as suas possibilidades de gerar renda monetária, gerenciar a produção, decidir sobre os investimentos que pretende realizar, apropriar-se de conhecimentos complementares e necessários para produzir e comercializar. Seu trabalho é predominantemente voltado para o autoconsumo, e apenas um percentual muito limitado de mulheres obtém renda monetária, em decorrência da fusão entre trabalho reprodutivo e produtivo.

Embora sem o devido reconhecimento econômico e social, inclusive pelas próprias trabalhadoras rurais, este trabalho não contabilizado garante a reprodução das famílias camponesas e permite a diversificação produtiva na unidade familiar.

De forma mais intensa a partir dos anos 80, os movimentos sociais de trabalhadoras rurais reivindicam políticas públicas de apoio à produção e implementam novas experiências produtivas. Isso repercutiu sobre a família, o Estado e os movimentos sociais mistos. Surgem organizações econômicas de mulheres. Movimentos mistos passam a reconhecer e abordar o tema da autonomia econômica das mulheres, e as políticas públicas começam a responder a um conjunto de novas demandas.

Mas muitos avanços ainda precisam ser conquistados pelas mulheres e seus movimentos, pois elas ainda não são consideradas, de modo satisfatório, protagonistas da economia rural. Ainda desconhecem decisões tomadas pelos homens em nome de todo o grupo familiar, têm baixa participação em processos de construção de conhecimentos produtivos, embora sejam guardiãs de todo um conhecimento tradicional e ocupem lugar de destaque na preservação da biodiversidade. Dessas condições de desigualdade, decorre o fato de que as mulheres são minoria na população rural que busca e consegue acessar financiamentos do crédito rural.

Ilustrativo desta situação é o que se observa na análise e nos dados apresentados por esta publicação sobre o Pronaf. Somente cinco anos após o início das operações do Pronaf é que o Estado passa a dialogar com as demandas das trabalhadoras rurais pelo direito de acesso ao crédito produtivo. O início deste diálogo foi marcado por formalismo, e a ação do Estado restringiu-se a decretos que buscavam a ampliação do

acesso das mulheres, sem que os limites concretos a este acesso fossem devidamente considerados. Desta forma, o compromisso anunciado não se concretizava e, só recentemente, proposições mais concretas foram formuladas para efetivar este direito.

No decorrer destes dois anos e meio da atual gestão do governo federal, a partir da compreensão dos limites existentes ao acesso das mulheres ao crédito, foram implementadas ações visando a adequar o Pronaf e promover políticas associadas como resultado de um exercício democrático de avaliação e de participação social.

A criação e os ajustes no Pronaf Mulher, a DAP conjunta, uma política setorial de assistência técnica, o programa de documentação e as ações de apoio a grupos produtivos de mulheres expressam o compromisso com a real garantia do direito de acesso ao crédito e com a ampliação da autonomia econômica das mulheres

Os resultados já começam a aparecer, como demonstra o aumento crescente da participação das mulheres, em um ambiente de ampliação do debate e das iniciativas de organização para acessar ao crédito.

Mas muito ainda precisa ser feito para que o esforço conjunto do poder público e da sociedade civil consiga promover a igualdade pretendida. As mulheres rurais ainda têm pouco conhecimento sobre as políticas públicas em geral e, em particular, sobre o Pronaf e sobre a forma mais adequada para alcançar uma inclusão favorável.

A superação da escassa aptidão formal para o crédito, o estabelecimento de contínua e positiva relação por parte das entidades de assistência técnica e extensão rural, a intensificação da organização coletiva das mulheres para a geração de renda por parte dos movimentos sociais e a ampliação dos investimentos públicos na formação e capacitação das trabalhadoras rurais permanecem como desafios.

O conhecimento produzido pelas Cirandas é fundamental, não apenas para a melhor formatação de linhas de crédito e adequação de suas normas, mas sobretudo para ampliar e fortalecer as iniciativas de difusão de informações e de organização das trabalhadoras rurais.

A promoção da igualdade das mulheres e a ampliação de sua autonomia econômica não pode ser considerada apenas uma pauta das mulheres; precisa ser assumida como parte importante da própria agenda de desenvolvimento rural sustentável com democracia de gênero. ▾

7. Anexos



Anexo 1 – Programação das Cirandas



PRIMEIRO DIA

08h00	<p>ENTREGA DE MATERIAL</p> <p><i>Chegada e sistematização de informações</i></p> <p>Após a chegada das participantes, serão recolhidos os roteiros/questionários previamente preenchidos pelos movimentos sociais sobre os principais problemas de acesso ao crédito Pronaf e, em especial, ao Pronaf Mulher (Esse material será sistematizado para servir de base para os trabalhos em grupo do segundo dia).</p>
08h30	<p>ABERTURA</p> <p>Participantes da mesa: Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, Secretaria da Agricultura Familiar e representantes dos movimentos sociais nacionais.</p>
09h00	<p>MESA-REDONDA:</p> <p><i>Política de Gênero no MDA, Plano Safra 2004/2005 e sua execução</i></p> <p>Objetivo: apresentação dos programas e ações da política de gênero do MDA e das diferentes medidas adotadas para a inclusão das mulheres trabalhadoras rurais no Pronaf. Apresentação do Plano Safra 2004/2005.</p>
10h00	<p>ABERTURA PARA ESCLARECIMENTOS</p>
10h30	<p>INTERVALO</p>
11h00	<p>MESA-REDONDA:</p> <p><i>A preparação para o crédito: os desafios antes de ir ao banco</i></p> <p>Participantes: SAF/Departamento de Agregação de Valor e Renda e Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural.</p> <p>Objetivo: escolha da atividade econômica e passos para a elaboração dos projetos e instrumentos de apoio do MDA.</p> <p>Apresentação do processo de construção do projeto de crédito (mercado, viabilidade econômica, potencialidades locais, papel da assistência técnica, parceiros).</p>

12h30	DEBATE
13h00	ALMOÇO
14h30	MESA-REDONDA: <i>Pronaf: condições para acesso ao crédito</i> Participantes: bancos Objetivo: apresentação da operacionalização do Pronaf e, especialmente, do Pronaf Mulher pelos agentes financeiros: documentação exigida e condições para aprovação do crédito.
16h00	INTERVALO
17h00	DEBATE

SEGUNDO DIA

08h30	Apresentação do levantamento de dados sobre o acesso das mulheres ao Pronaf.
09h00	TRABALHO NOS GRUPOS ESTADUAIS Objetivo: com base nos principais entraves identificados no crédito para o acesso e sucesso do crédito pelas mulheres, construir uma agenda estadual de encaminhamentos, compromissos e metas de acesso ao crédito, identificando as ações necessárias e a responsabilidade de cada parceiro.
10h30	INTERVALO
11h00	CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE GRUPO
12h00	ALMOÇO
13h30	APRESENTAÇÃO DOS ACORDOS ESTADUAIS FIRMADOS E SEUS RESPONSÁVEIS
16h30	ENCERRAMENTO

Anexo 2 - Questionário Levantamento da Operacionalização da DAP Conjunta, Pronaf e Pronaf Mulher



A) IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

DATA	LOCALIDADE	ENTREVISTADOR/A	NÚMERO

B) IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTADA

1. Nome:	2. Idade:
3. Estado civil:	4. Escolaridade:
5. Estado:	6. Município:
7. Ocupação:	8. Numero de filhos:

9. Assinale quais destes documentos você possui (pode marcar mais de uma resposta)

1. Carteira de Identidade
2. CPF
3. Carteira de Trabalho
4. Certidão de Nascimento
5. Certidão de Casamento
6. Outro.....
7. Todos
8. Não possui documentos

C) CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS DA UNIDADE PRODUTIVA

10. Sua família é a proprietária da terra em que trabalha?

1. Sim
2. Não

11. *Caso não seja proprietária, qual a forma de uso?*

1. () Arrendamento
2. () Assalariamento
3. () Chacreiro ou inquilino
4. () Meeiro
5. () Parceria
6. () Posse
7. () Outra

12. *No último ano foi contratado algum trabalhador além dos membros da família?*

1. () Sim
2. () Não

13. *Indique a origem e o volume da renda (a partir de uma média anual) de sua família.*

ORIGEM	REAIS (R\$)
1. Renda agrícola	
2. Salários ou rendas de atividades não-agrícolas	
3. Transferências e benefícios sociais	
4. Beneficiamento ou manufatura de produtos na propriedade	
5. Aposentadoria	
6. Outras rendas	
7. Rendas eventuais ou sazonais	

D) IDENTIFICANDO PROBLEMAS NA EMISSÃO DA DAP

14. *Você sabe o que é a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)?*

1. () Sim
2. () Não (se assinalou essa, vá direto para o Bloco E, questão 19)

15. *Quem de sua família preencheu a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)?*

1. () Homem
2. () Mulher
3. () Casal
4. () Filho
5. () Filha
6. () Todos
8. () Outra combinação

16. *Onde você fez a DAP?*

1. Sindicato
2. Empresa de Assistência Técnica
3. Incra
4. Banco
5. Outro:

17. *Teve alguma dificuldade para fazer a DAP?*

1. Sim 2. Não (se assinalou essa, vá direto para o Bloco E, questão 19)

18. *Qual principal dificuldade que a Sr^a. enfrentou para fazer a DAP?*

1. Falta dos documentos civis para preenchimento da DAP (CPF)
2. Falta de bloco de DAP
3. Recusa ou falta de informação das entidades que dão a DAP
4. Marido ou companheiro apresentou dificuldades
5. Outros:

E) PRONAF – IDENTIFICANDO POSSÍVEIS

ENTRAVES NA OPERACIONALIZAÇÃO:

19. *Como você ficou sabendo do Pronaf?*

1. Pelos meios de comunicação (rádio, TV, jornal)
2. Pelo banco
3. Pela empresa de assistência técnica
4. Pelo sindicato
5. Pelo Mov. Sem Terra
6. Pelo Mov. de Mulheres
7. Familiares
8. Amigos
9. Outros:

20. *Você já tentou tirar algum crédito pelo Pronaf, em seu nome?*

1. Sim (vá para a questão 22) 2. Não (vá para a questão 21)

21. *Sendo a resposta negativa, indique por que motivo?*

1. () Não tenho os documentos civis (RG, CPF)
2. () Medo de se endividar
3. () Marido ou companheiro apresentou dificuldades
4. () Falta de quem elaborasse o projeto
5. () Banco não aceitou o projeto (se marcou essa questão, vá para a questão 22)
6. () Outro:

(Se não marcou a alternativa (5), vá direto para o Bloco F, questão 31)

22. *Qual a principal alegação do banco para não aceitar financiar o projeto?*

1. () Falta de recursos
2. () Que não financiava a atividade proposta no projeto
3. () Que o projeto não estava bem feito
4. () Que havia alguém da família (marido, filho) que estava inadimplente com o Pronaf
5. () Que você estava com o nome (sujo) no Serasa, ou seja, devendo para outros
6. () Que o seu marido ou companheiro já havia pego crédito e por isso você não podia pegar crédito

(Se você respondeu a essa questão, passe direto para o bloco f, questão 31)

23. *Se você já tirou o crédito do Pronaf, por qual grupo foi:*

1. () Grupo A
2. () Grupo A/C
3. () Grupo C
4. () Grupo D
5. () Grupo E

24. *Que atividade financiou pelo Pronaf?*

1. () Roça
2. () Aquisição de animais de pequeno porte
3. () Artesanato
4. () Beneficiamento de alimentos (biscoitos, queijos, pães, doces)
5. () Hortas
6. () Máquina de costura
7. () Maquinaria e equipamentos agrícolas
8. () Outros: _____

25. *A Sr.^a contou com ajuda técnica para a elaboração do Projeto?*

1. () Sim 2. () Não

26. *Quem elaborou o projeto?*

1. () Empresa Estadual de Ater (Emater)
2. () Prefeitura
3. () Sindicato
4. () ONG
5. () Empresa privada
6. () Outros

27. *Como foi o atendimento na elaboração do projeto?*

1. () Bom
2. () O/a técnico/a influenciou para fazer outras atividades que você não tinha a intenção inicial de fazer
3. () Pouco tempo para discutir a proposta
4. () O/a técnico/a só conversou com o marido ou companheiro
5. () Outros

28. *No seu projeto, há recursos destinados ao pagamento de assistência técnica?*

1. () Sim 2. () Não

29. *Qual o banco em que você pegou financiamento?*

1. () Banco do Brasil
2. () Banco do Nordeste
3. () Banco da Amazônia
4. () Outro.....

30. *Assinale os documentos que o banco pediu para poder analisar e aprovar o crédito?
(pode ser mais de uma alternativa)*

1. () CPF
2. () DAP
3. () Título da Terra
4. () Contrato de Arrendamento
5. () Certidão de Casamento
6. () Outro.....

31. *Como foi ou está sendo para efetuar o pagamento das parcelas do Pronaf?*

1. () Muito difícil
2. () Difícil
3. () Fácil
4. () Muito fácil

F) PRONAF MULHER – IDENTIFICANDO POSSÍVEIS

ENTRAVES NA OPERACIONALIZAÇÃO:

32. *Você conhece o Pronaf Mulher?*

1. () Sim
2. () Não (se marcou essa, deve encerrar a entrevista)

33. *Como você ficou sabendo do Pronaf Mulher?*

1. () Pelos meios de comunicação (rádio, TV, jornal)
2. () Pelo banco
3. () Pela empresa de assistência técnica
4. () Pelo sindicato
5. () Pelo Mov. Sem Terra
6. () Pelo Mov. de Mulheres
7. () Familiares
8. () Amigos
9. () Outros:

34. *Você já tentou tirar o crédito Pronaf Mulher?*

1. () Sim (vá para a questão 37)
2. () Não (vá para a questão 35)

35. *Sendo a resposta negativa, indique por que motivo?*

1. () Não tem os documentos civis (CPF)
2. () Medo de se endividar
3. () Marido ou companheiro apresentou dificuldades
4. () Falta de quem elaborasse o projeto
5. () Banco não aceitou o projeto (se marcou essa questão, vá para a questão 36)
6. () Outro:.....

36. *O que o banco alegou para não aceitar financiar o projeto?*

1. Falta de recursos
2. Que não financiava a atividade proposta no projeto
3. Que o projeto não estava bem feito
4. Que havia alguém da família (marido, filho) que estava inadimplente com o Pronaf
5. Que você estava com o nome (sujo) no Serasa, ou seja, devendo para outros
6. Que o seu marido ou companheiro já havia pego crédito e por isso você não podia pegar crédito

(Se você respondeu a essa questão, encerre a entrevista)

37. *Se você já tirou o crédito do Pronaf Mulher, por que grupo foi?*

1. Grupo A
2. Grupo A/C
3. Grupo C
4. Grupo D
5. Grupo E
6. Não tirou o crédito

38. *Que atividade financiou pelo Pronaf Mulher?*

1. Roça
2. Aquisição de animais de pequeno porte
2. Artesanato
3. Beneficiamento de alimentos (biscoitos, queijos, pães, doces)
4. Hortas
5. Máquina de costura
6. Maquinaria e equipamentos agrícolas
7. Outros:

39. *Você contou com ajuda técnica para a elaboração do Projeto?*

1. Sim
2. Não

40. *Quem elaborou o projeto?*

1. () Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural
2. () Prefeitura
3. () Sindicato
4. () ONG
5. () Empresa privada
6. () Outros

41. *Como foi o atendimento na elaboração do projeto?*

1. () Bom
2. () O/a técnico/a influenciou para fazer outras atividades que você não tinha a intenção inicial de fazer
3. () Pouco tempo para discutir a proposta
4. () O/a técnico/a só conversou com o marido ou companheiro
5. () Outros

42. *No seu projeto há recursos destinados ao pagamento de assistência técnica?*

1. () Sim
2. () Não

43. *Qual o banco em que você pegou financiamento?*

1. () Banco do Brasil
2. () Bando do Nordeste
3. () Banco da Amazônia
4. () Outro.....

44. *Assinale os documentos que o banco pediu para poder analisar e aprovar o crédito?*

(pode ser mais de uma alternativa)

1. () CPF
2. () DAP
3. () Título da Terra
4. () Contrato de Arrendamento
5. () Certidão de Casamento
6. () Outro.....

45. *Como foi ou está sendo para efetuar o pagamento das parcelas do Pronaf?*

1. () Muito difícil
2. () Difícil
3. () Fácil
4. () Muito fácil

ESPAÇO PARA OBSERVAÇÕES DA ENTREVISTADORA

Qual dificuldade encontrada para o preenchimento do questionário?

.....
.....
.....
.....

Alguma informação relevante adicional?

.....
.....
.....
.....

Outras observações:

.....
.....
.....
.....

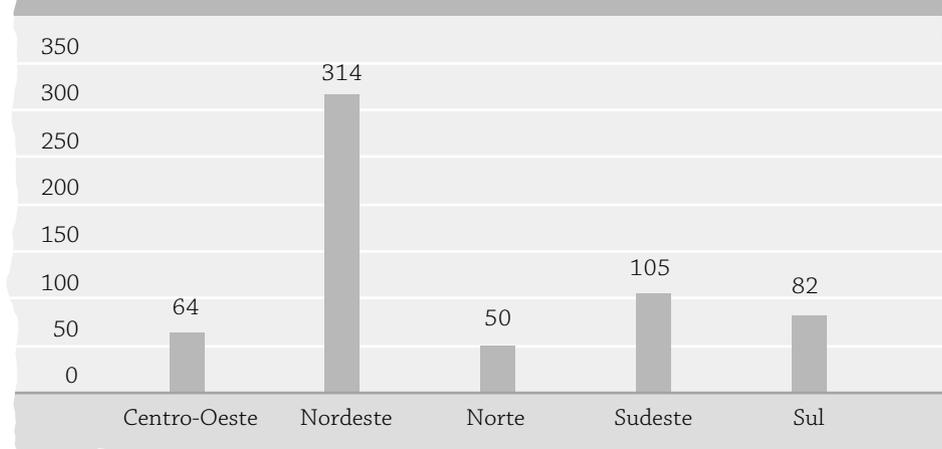
Anexo 3 – Resultados obtidos na sistematização dos questionários do levantamento de dados sobre a Operacionalização da DAP Conjunta, Pronaf e Pronaf Mulher

INTRODUÇÃO

O presente relatório traz sintetizados os resultados obtidos na sistematização dos questionários sobre a “Operacionalização da DAP conjunta, Pronaf e Pronaf Mulher”, desenvolvidos pelo Programa de Promoção da Igualdade em Raça, Gênero e Etnia, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Nossa equipe foi responsável pela conferência, digitação, sistematização e apresentação dos dados contidos nos questionários durante quatro eventos denominados de “Cirandas do PRONAF para as Mulheres Rurais”.

Após a triagem executada pela equipe de sistematização, foram digitados 615 questionários provenientes de 20 unidades da federação de todas as regiões do Brasil (gráfico 01). Estes foram auto aplicados a partir de uma amostra aleatória junto à base dos movimentos sindicais dos trabalhadores rurais, da agricultura familiar e de mulheres agricultoras sob a coordenação do PPIGRE.

GRÁFICO 1: CASOS POR REGIÕES DO BRASIL



Apresentam-se aqui um total de 22 variáveis, que foram definidas pela direção do Programa a fim de facilitar o diagnóstico acerca da operacionalização do Pronaf junto às mulheres agricultoras. Como pode ser observado na tabela 1, que contém o sumário dos casos processados, há grande variação quanto ao total de casos válidos para cada uma das variáveis examinadas. Isto se deve ao fato de que muitas questões não foram respondidas pelas entrevistadas, por não se aplicarem a casos específicos, ou desconhecerem as respostas. Estes cruzamentos estão distribuídos em quatro sessões temáticas: a) caracterização das agricultoras; b) o acesso a DAP conjunta; c) o acesso ao Pronaf; d) o acesso ao Pronaf Mulher.

TABELA 1: SUMÁRIO DOS CASOS PROCESSADOS

CRUZAMENTOS	CASOS					
	VÁLIDOS		NÃO VÁLIDOS		TOTAL	
	F	%	F	%	F	%
Estado civil * Região	603	98,0%	12	2,0%	615	100,0%
Escolaridade * Região	600	97,6%	15	2,4%	615	100,0%
Faixas de idade * Região	612	99,5%	3	,5%	615	100,0%
Número de filhos * Região	607	98,7%	8	1,3%	615	100,0%
Sua família é a proprietária da terra em que trabalha? * Região	607	98,7%	8	1,3%	615	100,0%
Caso não seja proprietária, qual a forma de uso? * Região	255	41,5%	360	58,5%	615	100,0%
Você sabe o que é a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP? * Região	590	95,9%	25	4,1%	615	100,0%
Quem de sua família preencheu a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP? * Região	318	51,7%	297	48,3%	615	100,0%
Onde você fez a DAP? * Região	314	51,1%	301	48,9%	615	100,0%
Qual a principal dificuldade enfrentada para fazer a DAP? * Região	92	15,0%	523	85,0%	615	100,0%
Como você ficou sabendo do Pronaf? * Região	594	96,6%	21	3,4%	615	100,0%
Você já tentou tirar algum crédito pelo Pronaf em seu nome? * Região	593	96,4%	22	3,6%	615	100,0%
Sendo a resposta negativa, indique por que motivo. * Região	336	54,6%	279	45,4%	615	100,0%
Qual a principal alegação do Banco para não aceitar financiar o projeto? * Região	123	20,0%	492	80,0%	615	100,0%
A Sra. contou com ajuda técnica para a elaboração do Projeto? * Região	230	37,4%	385	62,6%	615	100,0%
Como foi o atendimento na elaboração do Projeto? * Região	213	34,6%	402	65,4%	615	100,0%
Como foi ou está sendo para efetuar o pagamento das parcelas do Pronaf? * Região	226	36,7%	389	63,3%	615	100,0%
Você conhece o Pronaf Mulher? * Região	596	96,9%	19	3,1%	615	100,0%
Como você ficou sabendo do Pronaf Mulher? * Região	252	41,0%	363	59,0%	615	100,0%
Você já tentou tirar o crédito Pronaf Mulher? * Região	216	35,1%	399	64,9%	615	100,0%
Sendo a resposta negativa, indique por que motivo. * Região	195	31,7%	420	68,3%	615	100,0%

CARACTERIZAÇÃO DAS AGRICULTORAS

As idades das agricultoras entrevistadas encontram-se agrupadas em cinco faixas de idades apresentadas na tabela 2 para cada uma das regiões e Brasil. Entre as mulheres da região Centro-Oeste predomina a faixa de idade de 35 a 44 anos (32,8%), seguida das faixas de idade de 25 a 34 anos e de 45 a 54 anos, ambas com 20,3%. Na região Nordeste, são maioria as mulheres de 25 a 34 anos (31,15) e mulheres de 35 a 44 anos (27,6%). No Norte do Brasil, a faixa de idade mais significativa também é de 25 a 34 anos (34%). Na região Sudeste, a maior porcentagem (31,4%) é de mulheres de 45 a 54 anos. Na região Sul, também predomina a faixa de idade de 45 a 54 anos entre as entrevistadas. Considerando o total do Brasil, verifica-se o predomínio de agricultoras de 35 a 44 anos (27,1%) acompanhado de perto pela faixa de 25 a 34 anos (26,5%). Levando-se em conta a porcentagem acumulada do total nacional percebe-se que 64,4% das entrevistadas possuem idades inferiores a 44 anos.

TABELA 2 – FAIXAS DE IDADE DAS ENTREVISTADAS

		REGIÃO					BRASIL
		CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
Homem	f	12	27	20	21	31	111
	%	40,0%	17,6%	71,4%	50,0%	47,7%	34,9%
Mulher	f	14	90	7	15	18	144
	%	46,7%	58,8%	25,0%	35,7%	27,7%	45,3%
Casal	f	2	16	1	2	7	28
	%	6,7%	10,5%	3,6%	4,8%	10,8%	8,8%
Filho	f	2	1		1	2	6
	%	6,7%	7%		2,4%	3,1%	1,9%
Filha	f		3				3
	%		2,0%				9%
Todos	f		1				1
	%						3%
Outra combinação	f		7		2	7	16
	%		4,6%		4,8%	10,8%	5,0%
Ninguém	f		8		1		9
	%		5,2%		2,4%		2,8%
Total	f	30	153	28	42	65	318
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A tabela 3 apresenta o estado civil das agricultoras por região e Brasil. Na região Centro-Oeste, 82% das entrevistadas são casadas. No Nordeste, 59,5% são casadas e 35% são solteiras. Na região Norte, 70,8% são casadas e 29,2% são solteiras. No Sudeste, 75,2% das agricultoras são casadas, 13,3% são solteiras e 6,7% são viúvas. No Sul do Brasil, 87,5% são mulheres casadas, apenas 1,35% são solteiras, 7,5% são viúvas e outras 2,5% são separadas. Para o Brasil, temos um predomínio de mulheres casadas com 69,2%, e 23,5% são solteiras.

TABELA 3 – ESTADO CIVIL DAS ENTREVISTADAS

		REGIÃO					BRASIL
		CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
Casada	f	50	184	34	79	70	417
	%	82,0%	59,5%	70,8%	75,2%	87,5%	69,2%
Solteira	f	5	108	14	14	1	142
	%	8,2%	35,0%	29,2%	13,3%	1,3%	23,5%
Amigada	f	2	4		3	1	10
	%	3,3%	1,3%		2,9%	1,3%	1,7%
Viúva	f	2	8		7	6	23
	%	3,3%	2,6%		6,7%	7,5%	3,8%
Divorciada	f	2	5		2		9
	%	3,3%	1,6%		1,9%		1,5%
Separada	f					2	2
	%					2,5%	3%
Total	f	61	309	48	105	80	603
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

PPIGRE/MDA, 2005.

O número de filhos das entrevistadas pode ser visto para regiões e Brasil por grupos na tabela 4. No Centro-Oeste brasileiro, predominam mulheres com três a cinco filhos (43,8%), porém é a região onde se apresenta a maior porcentagem de mulheres com seis a nove filhos (23,4%). No Nordeste, a maioria das mulheres possui até dois filhos (44,1%). Na região Norte, metade das entrevistadas possui de três a cinco filhos. No Sudeste, também predominam agricultoras com três a cinco filhos (47,6%). No Sul, há uma mesma porcentagem de agricultoras com até dois filhos e as com três a cinco filhos (47,65). Nesta região, encontra-se a menor porcentagem de mulheres com maior número de filhos das regiões brasileiras. Para o Brasil, há pequena predominância de agricultoras com três a cinco filhos (43%) em relação aquelas com até dois filhos (41,7%).

TABELA 4 – NÚMERO DE FILHOS DAS ENTREVISTADAS (GRUPOS)

		REGIÃO					BRASIL
		CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
Até 2 filhos	f	19	135	19	41	39	253
	%	29,7%	44,1%	38,0%	39,0%	47,6%	41,7%
De 3 a 5 filhos	f	28	119	25	50	39	261
	%	43,8%	38,9%	50,0%	47,6%	47,6%	43,0%
De 6 a 9 filhos	f	15	45	6	11	4	81
	%	23,4%	14,7%	12,0%	10,5%	4,9%	13,3%
De 10 a mais filhos	f	2	7		3		12
	%	3,1%	2,3%		2,9%		2,0%
Total	f	64	306	50	105	82	607
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

PPIGRE/MDA, 2005.

O nível de escolaridade das agricultoras de cada região e do Brasil é apresentado na tabela 5. Infere-se que, no Centro-Oeste, predominam com 65,1% as agricultoras com o 1º grau incompleto e que 12,7% são analfabetas. No Nordeste, 66,7% tem o 1º grau incompleto e 12,7% possuem o 2º grau completo. Na região Norte, 72% delas possuem o 1º grau incompleto e 14% têm o 2º grau completo. No Sudeste brasileiro, 78,8% das agricultoras possuem o 1º grau incompleto. No Sul do Brasil, 59,7% têm o 1º grau incompleto e 22,1% o 1º grau completo. Percebe-se que, para o total do país, predominam agricultoras com o 1º grau incompleto (68,2%), depois aparecem as com o 2º grau completo (10,7%) e as analfabetas (8%). Ainda pode ser destacado que as porcentagens mais significativas de agricultoras analfabetas encontram-se nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, enquanto as que possuem o 2º grau completo se concentram nas regiões Norte e Sul do Brasil.

TABELA 5 – ESCOLARIDADE DAS ENTREVISTADAS

		REGIÃO					BRASIL
		CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
Analfabeta	f	8	34	2	3	1	48
	%	12,7%	11,1%	4,0%	2,9%	1,3%	8,0%
1º grau incompleto	f	41	204	36	82	46	409
	%	65,1%	66,7%	72,0%	78,8%	59,7%	68,2%
1º grau completo	f	7	22	3	8	17	57
	%	11,1%	7,2%	6,0%	7,7%	22,1%	9,5%
2º grau incompleto	f	5	7	2	3	2	19
	%	7,9%	2,3%	4,0%	2,9%	2,6%	3,2%
2º grau completo	f	2	39	7	6	10	64
	%	3,2%	12,7%	14,0%	5,8%	13,0%	10,7%
Nível superior incompleto	f				2		2
	%				1,9%		3%
Nível superior completo	f					1	1
	%					1,3%	,2%
Total	f	63	306	50	104	77	600
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Buscou-se saber se as famílias das agricultoras eram proprietárias das terras em que trabalham, resultando na tabela 6. No Centro-Oeste, 85,7% delas são proprietárias da terra. Na região Nordeste, aparece a maior porcentagem de não proprietárias do universo estudado (49%). No Norte do Brasil, 83,3% das famílias das entrevistadas são proprietárias. No Sudeste, 80,8% são proprietárias, e no Sul as proprietárias representam 83,8%. Assim 66,6% do total de agricultoras contam com a propriedade da terra em que trabalham com suas famílias.

TABELA 6 – SUA FAMÍLIA É PROPRIETÁRIA DA TERRA EM QUE TRABALHA?

		REGIÃO					BRASIL
		CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
Sim	f	54	159	40	84	67	404
	%	85,7%	51,0%	83,3%	80,8%	83,8%	66,6%
Não	f	9	153	8	20	13	203
	%	14,3%	49,0%	16,7%	19,2%	16,3%	33,4%
Total	f	63	312	48	104	80	607
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

PPIGRE/MDA, 2005.

Entre as agricultoras da região Centro-Oeste, cujas famílias não são proprietárias, predomina (58,3%) a parceria como forma de acesso à terra (tabela 7). Entre as não proprietárias da região Nordeste, é mais freqüente o arrendamento (40%) como forma de acesso à terra. No Norte, por sua vez, predomina a posse (53,8%) como forma de acesso à terra entre as não proprietárias. No Sudeste brasileiro, também é a posse a forma de acesso à terra mais freqüente (43,3%). No Sul do Brasil, o principal meio de acesso à terra entre as não proprietárias é o arrendamento (60%). Para o Brasil, são o arrendamento (35,7%) e a posse (23,5%) os principais meios de acesso à terra entre as agricultoras não proprietárias.

TABELA 7 – CASO NÃO SEJA PROPRIETÁRIA, QUAL A FORMA DE USO?

		REGIÃO					BRASIL
		CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
Arrendamento	f		74	1	7	9	91
	%		40,0%	7,7%	23,3%	60,0%	35,7%
Assalariamento	f		7				7
	%		3,8%				2,7%
Chacreiro ou inquilino	f			2		2	4
	%			15,4%		13,3%	1,6%
Meeiro	f		14		8		22
	%		7,6%		26,7%		8,6%
Parceira	f	7	23		1	2	33
	%	58,3%	12,4%		3,3%	13,3%	12,9%
Posse	f	1	39	7	13		60
	%	8,3%	21,1%	53,8%	43,3%		23,5%
Outra	f	4	28	3	1	2	38
	%	33,3%	15,1%	23,1%	3,3%	13,3%	14,9%
Total	f	12	185	13	30	15	255
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

PPIGRE/MDA, 2005.

O ACESSO À DAP

Foi perguntado às agricultoras se elas conheciam a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Os resultados encontram-se na tabela 8. No Centro-Oeste brasileiro, houve igual distribuição entre as que sabem e as que não sabem o que é a DAP. No Nordeste, 54,4% das entrevistadas não sabiam o que é a DAP. No Norte do Brasil, 54% das agricultoras afirmaram não saber o que era a DAP. No Sudeste, há um equilíbrio entre as que sabem e as que não sabem o que é a DAP. No Sul do Brasil, 75,6% das agricultoras responderam que sabem o que é a DAP, sendo a única região em que predominam respostas positivas para esta pergunta. Por conta desta última região, ocorre um predomínio de menos de 1% a favor das respostas positivas para todo o Brasil, com 50,7% respondendo que conhecem a DAP.

TABELA 8 – VOCÊ SABE O QUE É DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF – DAP?

		REGIÃO					BRASIL
		CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
Sim	f	31	141	23	45	59	299
	%	50,0%	45,6%	46,0%	49,5%	75,6%	50,7%
Não	f	31	168	27	46	19	291
	%	50,0%	54,4%	54,0%	50,5%	24,4%	49,3%
Total	f	62	309	50	91	78	590
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

PPIGRE/MDA, 2005.

A tabela 9 apresenta quem da família preencheu a DAP. Na região Centro-Oeste, 46,7% afirmam que foi a mulher e 40% que foi o homem. No Nordeste do Brasil, predominam as mulheres no preenchimento da DAP (58,8%), a maior porcentagem entre as regiões. Na região Norte, ao contrário, a DAP é preenchida principalmente pelos homens (71,4%). Na região Sudeste, também predominam os homens no preenchimento da DAP (50%). Igualmente no Sul, onde 47,7% das entrevistadas declararam que a DAP foi preenchida pelo homem e 27,7% pelas mulheres. Para o total do Brasil, as mulheres aparecem com 45,36% dos casos de preenchimento da DAP, os homens representam 34,9% e o casal em conjunto é 8,65% do total dos casos analisados.

TABELA 9 – QUEM DE SUA FAMÍLIA PREENCHEU A DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF – DAP?

		REGIÃO					BRASIL
		CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
Homem	f	12	27	20	21	31	111
	%	40,0%	17,6%	71,4%	50,0%	47,7%	34,9%
Mulher	f	14	90	7	15	18	144
	%	46,7%	58,8%	25,0%	35,7%	27,7%	45,3%
Casal	f	2	16	1	2	7	28
	%	6,7%	10,5%	3,6%	4,8%	10,8%	8,8%
Filho	f	2	1		1	2	6
	%	6,7%	7%		2,4%	3,1%	1,9%
Filha	f		3				3
	%		2,0%				9%
Todos	f		1				1
	%						3%
Outra combinação	f		7		2	7	16
	%		4,6%		4,8%	10,8%	5,0%
Ninguém	f		8		1		9
	%		5,2%		2,4%		2,8%
Total	f	30	153	28	42	65	318
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Buscou-se saber em qual instituição foi feito o preenchimento da DAP. As respostas constam na tabela 10. Na região Centro-Oeste, é na empresa de assistência técnica que mais se preencheu a DAP (63,3%). No Nordeste, o local onde ocorre a maior porcentagem de preenchimento é no sindicato (55,45%). Na região Norte, predomina a empresa de assistência técnica (38,5%) e também o sindicato e o Incra com 26,9% cada um. No Sudeste, a DAP é preenchida principalmente no sindicato (56,4%) e também na empresa de assistência técnica (35,9%). No Sul do Brasil, a DAP é preenchida basicamente no sindicato (72,6%). Para o Brasil, predomina o sindicato (54,8%) como o principal local de preenchimento da DAP, seguido das empresas de assistência técnica (36,9%).

TABELA 10 – ONDE VOCÊ FEZ A DAP?

		REGIÃO					BRASIL
		CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
Sindicato	f	11	87	7	22	45	172
	%	36,7%	55,4%	26,9%	56,4%	72,6%	54,8%
Empresa de Assistência Técnica	f	19	59	10	14	14	116
	%	63,3%	37,6%	38,5%	35,9%	22,6%	36,9%
Incra	f		2	7	1		10
	%	1,3%	26,9%	2,6%	3,2%		
Banco	f	1	2		1	4	
	%	,6%	7,7%		1,6%	1,3%	
Outro	f	8		2	2	12	
	%	5,1%		5,1%	3,2%	3,8%	
Total	f	30	157	26	39	62	314
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

PPIGRE/MDA, 2005.

A principal dificuldade enfrentada para o preenchimento da DAP, segundo as agricultoras das regiões Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Sudeste é a “recusa ou a falta de informação das entidades que dão a DAP”, sendo esta a resposta predominante para todo o Brasil.

TABELA 11 – QUAL A PRINCIPAL DIFICULDADE ENFRENTADA PARA FAZER A DAP?

		REGIÃO					BRASIL
		CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
Falta dos documentos civis para preenchimento da DAR.	f		4		1		5
	%		77%		53%		54%
Falta de Bloco de DAR.	f		9		2	1	12
	%		17,3%		10,5%	12,5%	13,0%
Recusa ou falta de informação das entidades que dão a DAR.	f	2	15	7	9		33
	%	100,0%	28,8%	63,6%	47,4%		35,9%
Marido ou companheiro apresentou dificuldades.	f		7	4		1	12
	%		13,5%	36,4%		12,5%	13,0%
Outros	f		17		7	6	30
	%		32,7%		36,8%	75,0%	32,6%
Total	f	2	52	11	19	8	92
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

PPIGRE/MDA, 2005.

O ACESSO AO PRONAF

As agricultoras foram questionadas quanto à forma pela qual ficaram sabendo da existência do Pronaf. A maioria das agricultoras da região Centro-Oeste tomou conhecimento do Pronaf pelo sindicato (68,9%). Entre as entrevistadas do Nordeste, 73,9% souberam do Pronaf por meio do sindicato. Na região Norte, metade das agricultoras souberam do Pronaf pelos sindicatos. No Sudeste, 73,85% das entrevistadas souberam do Pronaf por meio do sindicato. No Sul do Brasil, 46,85% das mulheres tomou conhecimento do Pronaf por meio do sindicato e outras 36,4% pelos meios de comunicação de massa. Assim o sindicato aparece como o principal divulgador da existência do Pronaf entre as agricultoras brasileiras (68%), enquanto os meios de comunicação representam 12,8% do total de casos no Brasil.

TABELA 12 – COMO VOCÊ FICOU SABENDO DO PRONAF?

		REGIÃO					BRASIL
		CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
Pelos Meios de Comunicação (rádio, TV, jornal)	f		35	6	7	28	76
	%		11,4%	13,0%	6,8%	36,4%	12,8%
Pelo Banco	f		1		7	1	9
	%		3%		6,8%	1,3%	1,5%
Pela Empresa de Assistência Técnica	f	7	11	7	2	5	32
	%	11,5%	3,6%	15,2%	1,9%	6,5%	5,4%
Pelo Sindicato	f	42	227	23	76	36	404
	%	68,9%	73,9%	50,0%	73,8%	46,8%	68,0%
Pelo Movimento Sem Terra	f		2	1	1		4
	%		7%	2,2%	1,0%		
Pelo Movimento de Mulheres	f	8	8	7	6	3	32
	%	13,1%	2,6%	15,2%	5,8%	3,9%	5,4%
Familiares	f	3	7	1	1	2	14
	%	4,9%	2,3%	2,2%	1,0%	2,6%	2,4%
Amigos	f		8		3	1	12
	%		2,6%		2,9%	1,3%	2,0%
Outros	f	1	8	1		1	11
	%	1,6%	2,6%	2,2%		1,3%	1,9%
Total	f	61	307	46	103	77	594
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Entre as agricultoras residentes na região Centro-Oeste que conhecem o programa, 68,9% não tentaram acessar o crédito (tabela 13). O Nordeste é a única região onde a maior parte das agricultoras (53,1%) tentou tirar crédito por intermédio do Pronaf. No Norte do Brasil, 83,7% nunca tentaram acessar o crédito. No Sudeste, a maioria (72,7%) jamais tentou tirar crédito pelo Pronaf. No Sul do Brasil, 53,2% declararam que não tentaram acessar o crédito. Para o Brasil, predominam as agricultoras que não buscaram acessar o crédito pelo Pronaf (57,3%).

TABELA 13 – VOCÊ JÁ TENTOU TIRAR ALGUM CRÉDITO PELO PRONAF, EM SEU NOME?

		REGIÃO					BRASIL
		CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
Sim	f	19	162	8	27	37	253
	%	31,1%	53,1%	16,3%	27,3%	46,8%	42,7%
Não	f	42	143	41	72	42	340
	%	68,9%	46,9%	83,7%	72,7%	53,2%	57,3%
Total	f	61	305	49	99	79	593
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

PPIGRE/MDA, 2005.

Buscou-se identificar o motivo pelo qual as agricultoras não haviam buscado acessar o crédito pelo Pronaf, obtendo-se as respostas que formam a tabela 14. O medo de se endividar é constante entre as agricultoras de todas as regiões e também a falta de quem elaborasse os projetos. A categoria “outros”, mais expressiva na região Sul, abarca aquelas mulheres que não tiveram interesse em acessar o crédito.

TABELA 14 – SENDO A RESPOSTA NEGATIVA, INDIQUE POR QUE MOTIVO

		REGIÃO					BRASIL
		CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
Não tenho os documentos civis (RG, CPF)	f	5	1	6			
	%	3,5%	2,3%	1,8%			
Medo de se endividar	f	9	72	20	44	8	153
	%	25,0%	51,1%	57,1%	54,3%	18,6%	45,5%
Marido ou companheiro apresentou dificuldades	f	1	13	1	1	1	17
	%	2,8%	9,2%	2,9%	1,2%	2,3%	5,1%
Falta de quem elaborasse o projeto	f	5	7	12	3	1	28
	%	13,9%	5,0%	34,3%	3,7%	2,3%	8,3%
Banco não aceitou o projeto	f	4	10	1	1	3	19
	%	11,1%	7,1%	2,9%	1,2%	7,0%	5,7%
Outro	f	17	34	1	32	29	113
	%	47,2%	24,1%	2,9%	39,5%	67,4%	33,6%
Total	f	36	141	35	81	43	336
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Buscou-se saber, das entrevistadas que apresentaram projetos a fim de obter o financiamento, quais os motivos alegados pelos bancos para não lhes conceder o crédito (tabela 15). A resposta mais freqüente entre as agricultoras da região Centro-Oeste foi a falta de recursos (71,4%). Na região Nordeste, a principal argumentação dos bancos também foi a falta de recursos (44,7%). Já no Norte do Brasil, a principal alegação é “que não financiava a atividade proposta no projeto” (36,45%). No Sudeste brasileiro, 71,45% das agricultoras afirmaram que a recusa do banco se baseou no argumento de que “alguém da família estava inadimplente com o Pronaf”. Entre as agricultoras da região Sul, 40% afirmam que os bancos alegaram “falta de recursos” e 33,3% que “você estava com o nome sujo no Serasa”. No Brasil, o principal motivo dos bancos para não conceder o crédito do Pronaf para as mulheres foi a “falta de recursos” (38,2%).

TABELA 15 – QUAL A PRINCIPAL ALEGAÇÃO DO BANCO PARA NÃO ACEITAR FINANCIAR O PROJETO?

		REGIÃO					BRASIL
		CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
Falta de recursos	f	5	34	2		6	47
	%	71,4%	44,7%	18,2%		40,0%	38,2%
Que não financia a atividade proposta no projeto	f		11	4	1		16
	%		14,5%	36,4%	7,1%		13,0%
Que o projeto não estava bem feito	f	1	11		2		14
	%	14,3%	14,5%		14,3%		11,4%
Alguém da família estava inadimplente com o Pronaf	f		3	3	10		16
	%		3,9%	27,3%	71,4%		13,0%
Você está com o nome sujo no Serasa	f		9			5	14
	%		11,8%			33,3%	11,4%
O marido ou companheiro já havia pego crédito	f	1	8	2	1	4	16
	%	14,3%	10,5%	18,2%	7,1%	26,7%	13,0%
Total	f	7	76	11	14	15	123
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Quanto à ajuda técnica para a elaboração dos projetos a serem financiados obtivemos a tabela 16. Todas as agricultoras do Centro-Oeste contaram com assistência técnica. No Nordeste, 82,8% dos projetos tiveram apoio técnico. Na região Norte, 63,6% dos projetos contaram com assistência. No Sudeste, 55,6% contaram com ajuda de técnico. No Sul, 100% obtiveram ajuda técnica para formular o projeto para obter o financiamento do Pronaf. Os dados para o Brasil apontam que em 83,5% dos casos a elaboração dos projetos contaram com ajuda técnica.

TABELA 16 – A SR^A CONTOU COM AJUDA TÉCNICA PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO?

		REGIÃO					BRASIL
		CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
Sim	f	17	125	7	10	33	192
	%	100,0%	82,8%	63,6%	55,6%	100,0%	83,5%
Não	f		26	4	8		38
	%		17,2%	36,4%	44,4%		16,5%
Total	f	17	151	11	18	33	230
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

PPIGRE/MDA, 2005.

A avaliação das mulheres sobre a assistência técnica recebida pode ser vista na tabela 17. Na região Centro-Oeste, 62,5% classificam como “bom” e 25% afirmaram que houve “pouco tempo para discutir a proposta”. Entre as agricultoras do Nordeste, 80% afirmam que foi “bom”, opinião unânime entre as entrevistadas da região Norte e também predominante nas regiões Sudeste e Sul. Ou seja, 82,2% do total das agricultoras entrevistadas avaliam positivamente a assistência técnica recebida.

TABELA 17 – COMO FOI O ATENDIMENTO NA ELABORAÇÃO DO PROJETO?

		REGIÃO					BRASIL
		CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
Bom	f	10	110	11	9	35	175
	%	62,5%	80,9%	100,0%	69,2%	94,6%	82,2%
O técnico influenciou para fazer outras atividades	f	1	3			2	6
	%	6,3%	2,2%			5,4%	2,8%
Pouco tempo para discutir a proposta	f	4	17				21
	%	25,0%	12,5%				9,9%
O técnico só conversou com o marido ou companheiro	f	1	2		2		5
	%	6,3%	1,5%		15,4%		2,3%
Outros	f		4		2		6
	%		2,9%		15,4%		2,8%
Total	f	16	136	11	13	37	213
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

PPIGRE/MDA, 2005.

As agricultoras cujas famílias já acessaram o crédito do Pronaf foram questionadas sobre como estava sendo para efetuar o pagamento das parcelas do financiamento. Suas respostas formam a tabela 18. Para 60% das agricultoras do Centro-Oeste brasileiro, o pagamento foi considerado “fácil”. Entre as entrevistadas do Nordeste, 59,35% declararam estar sendo “fácil” honrar este compromisso. No Norte, 50% das mulheres consideraram “fácil” e 33,3% “difícil”. No Sudeste, predomina entre as agricultoras o entendimento de que está sendo “difícil” efetuar o pagamento (43,8%). No Sul, 64,2% afirmam que está sendo “fácil” fazer o pagamento ao Pronaf. No Brasil, predomina a opinião de que é “fácil” efetuar os pagamentos das parcelas (57,5%).

TABELA 18 – COMO FOI OU ESTÁ SENDO PARA EFETUAR O PAGAMENTO DAS PARCELAS DO PRONAF?

		REGIÃO					BRASIL
		CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
Muito difícil	f	2	12	2	3	1	20
	%	20,0%	8,9%	16,7%	18,8%	1,9%	8,8%
Difícil	f	2	35	4	7	16	64
	%	20,0%	25,9%	33,3%	43,8%	30,2%	28,3%
Fácil	f	6	80	6	4	34	130
	%	60,0%	59,3%	50,0%	25,0%	64,2%	57,5%
Muito fácil	f		8		2	2	12
	%		5,9%		12,5%	3,8%	5,3%
Total	f	10	135	12	16	53	226
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

PPIGRE/MDA, 2005.

O ACESSO AO PRONAF MULHER

Buscou-se saber se as agricultoras conheciam a linha de crédito específica para as mulheres chamada Pronaf Mulher (tabela 19). Entre as agricultoras da região Centro-Oeste, a maioria não conhecia esta linha do Pronaf (57,1%). A maior parte das entrevistadas do Nordeste (68,7%) não conhece o Pronaf Mulher, sendo o índice mais significativo de não-conhecimento desta linha entre as regiões. Entre as agricultoras das regiões Norte e Sudeste, predominam as que afirmaram conhecer a linha de crédito do Pronaf Mulher. No Sul do Brasil, 56,8% afirmaram não conhecer esta linha do programa. Para o país como um todo, 59,9% não conheciam a linha de crédito Pronaf Mulher.

TABELA 19 – VOCÊ CONHECE O PRONAF-MULHER?

		REGIÃO					BRASIL
		CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
Sim	f	27	96	26	58	32	239
	%	42,9%	31,3%	54,2%	55,8%	43,2%	40,1%
Não	f	36	211	22	46	42	357
	%	57,1%	68,7%	45,8%	44,2%	56,8%	59,9%
Total	f	63	307	48	104	74	596
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

PPIGRE/MDA, 2005.

As agricultoras que conheciam o crédito especial para as mulheres (Pronaf Mulher) ficaram sabendo dele principalmente por meio dos sindicatos. Esta foi a forma de conhecimento para 77,8% das mulheres da região Centro-Oeste, para 78,8% das agricultoras do Nordeste, para 72% das entrevistadas do Norte, para 70,3% das mulheres do Sudeste e para 59,4% das agricultoras da região Sul. O sindicato é a principal forma de informação sobre esta linha de financiamento entre as agricultoras entrevistadas (73,4%) em todo o Brasil, seguida pelo movimento de mulheres (9,5%) e os meios de comunicação (7,9%).

TABELA 20 – COMO VOCÊ FICOU SABENDO DO PRONAF-MULHER?

		REGIÃO					BRASIL
		CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
Pelos Meios de Comunicação (rádio, TV, jornal)	f	1	11	2	4	2	20
	%	3,7%	10,6%	8,0%	6,3%	6,3%	7,9%
Pelo Banco	f				6		6
	%				9,4%		2,4%
Pela Empresa de Assistência Técnica	f	3	3			1	7
	%	11,1%	2,9%			3,1%	2,8%
Pelo Sindicato	f	21	82	18	45	19	185
	%	77,8%	78,8%	72,0%	70,3%	59,4%	73,4%
Pelo Movimento Sem Terra	f	1	1				2
	%	3,7%	1,0%				,8%
Pelo Movimento de Mulheres	f	1	4	5	8	6	24
	%	3,7%	3,8%	20,0%	12,5%	18,8%	9,5%
Amigos	f		1		1	1	3
	%		1,0%		1,6%	3,1%	1,2%
Outros	f		2			3	5
	%		1,9%			9,4%	2,0%
Total	f	27	104	25	64	32	252
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Entre as agricultoras que conheciam o Pronaf Mulher predominam em todas as regiões brasileiras aquelas que não buscaram acessar o crédito. Elas representam 79,2% das agricultoras que responderam de forma negativa à questão em todo o Brasil.

TABELA 21 – VOCÊ JÁ TENTOU TIRAR O CRÉDITO DO PRONAF-MULHER?

		REGIÃO					BRASIL
		CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
Sim	f	4	19	2	11	9	45
	%	16,0%	22,4%	8,3%	20,8%	31,0%	20,8%
Não	f	21	66	22	42	20	171
	%	84,0%	77,6%	91,7%	79,2%	69,0%	79,2%
Total	f	25	85	24	53	29	216
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

PPIGRE/MDA, 2005.

Por fim, buscou-se saber por quais motivos as agricultoras não haviam buscado acessar o crédito do Pronaf Mulher. Obtivemos, a partir das respostas, a tabela 22. Infere-se que entre as entrevistadas da região Centro-Oeste, 50% alegam a “falta quem elaborasse o projeto”. Entre as agricultoras das outras regiões, predomina como motivo o “medo de se endividar”. Percebe-se ainda que, para o Brasil, predomina como resposta o “medo de se endividar” (31,8%) e a “falta de quem elaborasse o projeto” (18,5%). Para esta questão, as agricultoras que não tiveram interesse em acessar o crédito foram enquadradas na categoria “outros”.

TABELA 22 – SENDO A RESPOSTA NEGATIVA, INDIQUE POR QUE MOTIVO?

		REGIÃO					BRASIL
		CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
Não temos documentos civis (CPF)	f	1					1
	%	5,0%					5%
Medo de se endividar	f	1	22	9	23	7	62
	%	5,0%	26,5%	45,0%	48,9%	28,0%	31,8%
Marido ou companheiro apresentou dificuldades	f		9	1	1	1	12
	%		10,8%	5,0%	2,1%	4,0%	6,2%
Falta de quem elaborasse o projeto	f	10	12	7	4	3	36
	%	50,0%	14,5%	35,0%	8,5%	12,0%	18,5%
Banco não aceitou o projeto	f		10	1	1	5	17
	%		12,0%	5,0%	2,1%	20,0%	8,7%
Outro	f	8	30	2	18	9	67
	%	40,0%	36,1%	10,0%	38,3%	36,0%	34,4%
Total	f	20	83	20	47	25	195
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Anexo 4 – Guia de Uniformização de Procedimentos para a Operacionalização do Pronaf Mulher Safra 2005/06



O OBJETIVO DESSE MATERIAL É UNIFORMIZAR o entendimento para a operacionalização da linha de crédito Pronaf Mulher de maneira que todos àqueles agentes envolvidos no processo de operacionalização da linha Pronaf (instituições financeiras, prestadores de assistência técnica, sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais, ONG, instituições de governo, mulheres agricultoras) possam atuar de forma integrada.

1. O QUE É O PRONAF MULHER?

É uma linha de crédito independente das demais do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – voltada especificamente para as mulheres agricultoras familiares como uma forma de incentivar a sua participação no Programa.

Além do Pronaf Mulher, todas as demais linhas do Pronaf podem ser acessadas pelas mulheres.

2. QUEM PODE ACESSAR O CRÉDITO DAS MULHERES?

Mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadráveis nos grupos A, A/C, B, C, D ou E. Cada unidade familiar terá direito a uma operação da linha especial Pronaf Mulher.

- Grupo A, A/C – mulheres integrantes de unidades familiares assentadas de reforma agrária ou beneficiárias do crédito fundiário
- Grupo B – mulheres integrantes de unidades familiares com renda bruta anual de até R\$ 2 mil
- Grupo C – mulheres integrantes de unidades familiares com renda bruta anual acima de R\$ 2 mil até R\$ 14 mil
- Grupo D - mulheres integrantes de unidades familiares com renda bruta anual acima de R\$ 14 mil até R\$ 40 mil

- Grupo E – mulheres integrantes de unidades familiares com renda bruta anual acima de R\$ 40 mil até R\$ 60 mil

3. O PRONAF MULHER É UMA LINHA DE CRÉDITO DE CUSTEIO OU DE INVESTIMENTO?

Para os Grupos C, D e E, o Pronaf Mulher é uma linha de investimento sendo que até 35% do valor financiado poderá ser utilizado para custeio ou capital de giro associado ao investimento. Por exemplo, no caso de aquisição de animais, uma parte do valor pode ser destinada à aquisição de ração, custeio do milho para silagem, medicamentos, vacinas, sal mineral, limpeza da pastagem etc.

No caso das mulheres dos Grupos A, A/C e B o crédito da linha Pronaf Mulher tem um caráter de microcrédito e portanto poderá ser utilizado para qualquer atividade geradora de renda desenvolvida pela mulher.

4 . QUAIS AS CONDIÇÕES DO PRONAF MULHER EM CADA GRUPO?

Grupos A, A/C ou B

- O financiamento é de até R\$ 1 mil;
- A taxa de juros é de 1% ao ano;
- O prazo de pagamento é de até 2 anos;
- Ainda há outro benefício: um desconto de 25% sobre cada parcela paga até a data do vencimento.

Grupo C

- O financiamento equivale a um mínimo de R\$ 1,5 mil e um máximo de R\$ 6 mil;
- A taxa de juros é de 3% ao ano;
- O prazo de pagamento é de até 8 anos, incluída uma duração máxima de 5 anos de carência, quando a atividade requerer esse prazo e o projeto técnico comprovar a sua necessidade, ou até 3 anos de carência, nos demais casos.
- Ainda há outro benefício: um desconto de R\$700,00 para pagamentos feitos até a data do vencimento.

Grupo D

- O financiamento é de no máximo de R\$ 18 mil;
- A taxa de juros é de 3% ao ano;

- O prazo de pagamento é de até 8 anos, incluída uma duração máxima de 5 anos de carência, quando a atividade requerer esse prazo e o projeto técnico comprovar a sua necessidade, ou até 3 anos de carência, nos demais casos.

Grupo E

- O financiamento equivale a um máximo de R\$36 mil;
- A taxa de juros é de 7,25% ao ano;
- O prazo de pagamento é de até 8 anos, incluída uma duração máxima de 5 anos de carência, quando a atividade requerer esse prazo e o projeto técnico comprovar a sua necessidade, ou até 3 anos de carência, nos demais casos.

Obs: No caso do Pronaf Mulher Grupo E, nas áreas onde operam os Fundos Constitucionais de Desenvolvimento (FNE pelo Banco do Nordeste, FNO pelo Banco da Amazônia e FCO pelo Banco do Brasil), os juros são de 6% ao ano e existe um desconto de 15% desse juros para pagamento feito em dia. No caso do Semi-Árido esse desconto é maior e de 25% dos juros.

5. ASSENTADAS DE REFORMA AGRÁRIA OU BENEFICIÁRIAS DO CRÉDITO FUNDIÁRIO PODEM TOMAR O PRONAF MULHER? QUAIS OS CRITÉRIOS?
Sim. As mulheres nessas condições pertencem aos Grupos A ou A/C e poderão pegar o crédito Pronaf Mulher.

É importante destacar que as mulheres agricultoras integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A ou A/C somente podem ter acesso à linha Pronaf Mulher se a unidade familiar já tiver liquidado pelo menos uma operação de custeio A/C.

Essa é uma forma de garantir que o crédito para as mulheres assentadas ou beneficiárias do programa nacional de crédito fundiário chegará quando a unidade familiar tiver uma estrutura de produção minimamente consolidada pelo acesso a outros créditos do Pronaf destinados a esse público, de maneira que o crédito Pronaf Mulher possa então efetivamente fortalecer o trabalho produtivo que a mulher realiza.

Para os outros Grupos B, C, D e E, não é exigido o pagamento de nenhum outro crédito do Pronaf para ter acesso ao Pronaf Mulher.

6. O PRONAF MULHER PODE SER ACESSADO DE QUE FORMA?
UM GRUPO DE MULHERES PODE ACESSAR AO CRÉDITO?

O crédito Pronaf Mulher pode ser acessado da mesma forma que todas as outras linhas de crédito do Pronaf, ou seja, para um projeto individual ou para um projeto ou coletivo. No caso de um projeto coletivo o valor máximo que poderá ser acessado corresponderá ao teto individual da linha de crédito multiplicado pelo número de beneficiárias do crédito coletivo.

Exemplo:

Uma mulher do Grupo C pode pleitear crédito no Pronaf Mulher para um projeto individual de até R\$ 6.000,00 e dez mulheres do Grupo C podem pleitear para um projeto coletivo, instalação de uma casa de farinha por exemplo, de valor de até R\$ 60.000,00 (10 X R\$ 6.000,00).

7. O QUE PODE SER FINANCIADO PELO PRONAF MULHER? PODE SER FINANCIADA ATIVIDADE IGUAL À DO MARIDO OU DO RESTANTE DA FAMÍLIA?

Qualquer atividade agropecuária ou não agropecuária que a mulher quiser desenvolver no estabelecimento familiar ou local coletivo próximo, poderá ser financiada pelo Pronaf Mulher. Isto vale para três tipos de situações: 1) investimento em atividades que agreguem valor porque beneficiam algum produto já produzido pela unidade familiar; 2) investimentos em outras atividades agrícolas ou não agrícolas ainda não exploradas pela unidade familiar e que não se relacionam com a atividade principal; e 3) Investimentos na mesma atividade já desenvolvida pela unidade familiar e que aumente a produção agregando renda.

Por exemplo:

Se a família tem um investimento em gado leiteiro, a mulher pode financiar equipamentos para a fabricação de queijo;

Se a família trabalha em atividades agrícolas, a mulher poderá investir em uma nova atividade como o galpão para a criação de aves ou o artesanato;

Se a família trabalha na criação de ovinos, a mulher também pode agregar renda à família aumentando esse rebanho e financiando mais animais.

8. SE A MULHER ESTIVER INICIANDO UMA ATIVIDADE
E POR ISSO NÃO TIVER NENHUMA RENDA PRÓPRIA,
ELA PODE ADQUIRIR ESTA LINHA ESPECÍFICA?

Sim, considerando que o projeto técnico é para a mesma desenvolver uma atividade produtiva que permita obter renda.

9. MAS E A CAPACIDADE DE PAGAMENTO QUE SERÁ ANALISADA PARA ACESSAR O PRONAF MULHER É DA MULHER OU DA FAMÍLIA?

O crédito Pronaf é da unidade familiar e assim a análise do crédito incluirá as atividades desenvolvidas e os financiamentos concedidos à unidade familiar. Isso vale tanto para a mulher pegar o crédito como para qualquer outro membro da família que buscar acessar o Pronaf.

No crédito Pronaf Mulher serão observados então a renda atual e futura da família e do projeto da mulher e as dívidas já contraídas pela família.

10. EM CASO DE INADIMPLÊNCIA DA FAMÍLIA JUNTO AO BANCO A MULHER PODE PEGAR O CRÉDITO?

Desde que haja a regularização do crédito *em débito* a família e seus membros podem acessar as linhas do Pronaf, inclusive o Pronaf Mulher. A regularização do débito poderá ocorrer pelo pagamento ou mediante prorrogação da dívida, quando possível. Até dezembro de 2005 famílias com operações dos Grupos A, A/C e B poderão se dirigir aos bancos onde contrataram suas operações e renegociar em até 10 parcelas, sem juros de mora ou multa de inadimplemento, suas parcelas vencidas até 30 de abril de 2005.

11. SE OUTRO MEMBRO DA FAMÍLIA JÁ ACESSOU A LINHA PRONAF NO VALOR MÁXIMO, A MULHER AINDA PODE ACESSAR CRÉDITO PELO PRONAF MULHER? O TETO PREVISTO NO PRONAF MULHER INDEPENDENTE DE OUTROS CRÉDITOS JÁ TOMADOS PELA UNIDADE FAMILIAR?

Sim. O teto de investimento concedido à família *não* impacta no valor a ser financiado à mulher. Com o Pronaf Mulher, a família passa a ter a possibilidade de acesso a mais um crédito, observada a capacidade de pagamento da família.

Por exemplo:

Se a família acessou o Pronaf C investimento no valor de R\$ 6.000,00, ainda poderá a mulher acessar o Pronaf Grupo C no valor de R\$ 6.000,00, desde que a unidade familiar apresente capacidade de pagamento.

12. SE A MULHER JÁ ACESSOU OUTRA LINHA DE CRÉDITO DO PRONAF ELA PODERÁ ACESSAR O PRONAF MULHER?

Sim. Na qualidade de representante da unidade familiar, as mulheres podem pleitear, além do Pronaf Mulher, crédito em TODAS as demais linhas do Pronaf.

13. EXISTE UMA DAP ESPECÍFICA PARA O PRONAF MULHER?

A DAP é documento necessário para acessar o crédito Pronaf e a partir da Safra 2004-2005 o seu modelo exige obrigatoriamente a assinatura conjunta do homem e da mulher que são os titulares da família. É com esse modelo de dupla titularidade, que a família utiliza para todas as operações de crédito Pronaf, que a mulher deve acessar o Pronaf Mulher.

Para mulheres agregadas à unidade familiar, ou seja, mulheres não enquadradas no Pronaf Jovem e não titulares da unidade familiar, existe um modelo de DAP específico que permite que elas acessem ao crédito Pronaf Mulher. Esse modelo de DAP específico deverá ser assinada pela beneficiária e por um dos titulares da família a qual ela se vincula. Vale ressaltar que somente *uma* mulher por família poderá ter acesso ao Pronaf Mulher.

Outro lembrete é que para os Grupos A e A/C a DAP é por operação, ou seja, para cada operação realizada pelas famílias desses grupos, inclusive operações de Pronaf Mulher, será sempre exigida uma DAP nova no modelo de titularidade conjunta ou, no caso de mulher agregada à família, no modelo específico.

14. QUAIS AS GARANTIAS EXIGIDAS PARA ACESSAR A LINHA PRONAF MULHER? A PARTIR DE QUE VALOR É EXIGIDA GARANTIA REAL?

Tendo em vista que a exigência de garantias é uma relação entre o agente financeiro e a família tomadora de crédito, existem procedimentos diferenciados entre os bancos segundo a política de risco adotada por cada instituição:

Banco da Amazônia – Atualmente quando o crédito é individual e lastreado com recursos do FNO – Fundo Constitucional da Região Norte, não são exigidas garantias reais, apenas o aval. Todavia, em caso de crédito grupal ou coletivo são exigidas garantias reais.

Banco do Nordeste – é exigido aval de pessoa com renda suficiente para garantir a operação.

Banco do Brasil – são exigidas as garantias usuais do crédito rural mas vale ressaltar que o gerente da agência poderá dispensar a garantia, considerando os riscos do cliente, da operação e do mercado.

Nos casos das mulheres dos Grupos A, A/C e B é exigida apenas a garantia pessoal da tomadora. Nos Grupos C, D e E a garantia deverá ser negociada com o banco.

15. É PRECISO QUE O MARIDO OU COMPANHEIRO ASSINE O CONTRATO DE CRÉDITO? EM QUE CASOS ISSO É EXIGIDO?

Não, no entanto há um caso em que ele deverá assinar o contrato e esse é o caso em que for oferecida a garantia real ou o aval do marido.

16. É PRECISO ABRIR CONTA NO BANCO PARA RECEBER OS RECURSOS DO CRÉDITO PRONAF?

Sim. Porém as agências estão orientadas a efetuar abertura de conta corrente específica para os beneficiários e beneficiárias do Pronaf, que é isenta de tarifas bancária, incidindo apenas a CPMF.

Anexo 5 - Contatos das/os participantes das Cirandas



CIRANDA NORDESTE

NOME: Fabio Alves Torres

MUNICÍPIO: Iguaracy

ESTADO: PE

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Ecosol Pajeú

NOME: Valberto Amaral da Silva

MUNICÍPIO: Iguaracy

ESTADO: PE

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Coopagel

NOME: Lúcia Maria de Lira e Silva

MUNICÍPIO: Garanhuns

ESTADO: PE

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetape

NOME: Sônia Maria Massa Ramalho

MUNICÍPIO: Recife

ESTADO: PE

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Incra

NOME: Maria Aparecida Melo do Nascimento

MUNICÍPIO: Recife

ESTADO: PE

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetape

NOME: Maria Benício de Pontes

MUNICÍPIO: Araçagi

ESTADO: PB

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: MMTR-NE

NOME: Luzia Soares Ferreira

MUNICÍPIO: Alagoa Grande

ESTADO: PB

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: MMTR

NOME: Maria Gizelei Ferreira

MUNICÍPIO: Itabi

ESTADO: SE

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: MMTR-NE

NOME: José Herculano Sobrinho

MUNICÍPIO: Salvador

ESTADO: Bahia

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: BNB

NOME: Rosenice Josefa do Espírito Santo

MUNICÍPIO: Vitória de Santo Antão

ESTADO: PE

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetraf-PE

NOME: Maria do Socorro Marcus de Almeida

MUNICÍPIO: Paratama

ESTADO: PE

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetraf-PE

NOME: Maria Lúcia Pereira Santos

MUNICÍPIO: Inhambupe

ESTADO: BA

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: MMTR

NOME: Gildete Calumbi da Silva Moura

MUNICÍPIO: Salvador

ESTADO: BA

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: DFDA-MDA

NOME: Eliane de Souza Oliveira

MUNICÍPIO: P. Tancredo Neves

ESTADO: BA

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: FETRAF, Instituto da Economia Solidária

NOME: Marineide Dias Morais

MUNICÍPIO: Retirolândia

ESTADO: Bahia

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: MMTR (no município) e MMTR-NE

NOME: Cleide Monteiro da Cruz

MUNICÍPIO: Salvador

ESTADO: SE

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: MMTR-NE

NOME: Evandro Luiz Alves Oliveira

MUNICÍPIO: Santa Maria da Vitória

ESTADO: BA

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: EBDA

NOME: Edmundo José Ramos Ribeiro

MUNICÍPIO: Morro do Chapéu

ESTADO: BA

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: EBDA

NOME: Patricia Alves Vieira

MUNICÍPIO: Salvador

ESTADO: BA

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetag-BA

NOME: Helena de Souza Cruz

MUNICÍPIO: Salvador

ESTADO: BA

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetag-BA

NOME: Josefa Rita da Silva

MUNICÍPIO: Salvador

ESTADO: BA

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetag-BA

NOME: João Farias de Paiva Junior

MUNICÍPIO: Recife

ESTADO: PE

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: DFDA-PE

NOME: Antonio Alves da Fonseca Barros

MUNICÍPIO: Recife

ESTADO: PE

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: IPA PR

NOME: Leonidia Maria Menezes de Fransa

MUNICÍPIO: Aracaju

ESTADO: SE

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Banco do Nordeste do Brasil S/A

NOME: Valquiria Alencar de Sousa

MUNICÍPIO: João Pessoa

ESTADO: PB

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Centro de Mulher 8 de Março

NOME: Josefa Costa Martins

MUNICÍPIO: Soledade

ESTADO: PB

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Centro de Direito a Vida

NOME: Hérica Regina Lopes Jondim

MUNICÍPIO: João Pessoa

ESTADO: PB

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Emater

NOME: Mauricélia de Sousa Silva

MUNICÍPIO: João Pessoa

ESTADO: PB

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: -

NOME: Maria Eliana Lima dos Santos

MUNICÍPIO: Conceição do Coité

ESTADO: BA

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetraf-BA

NOME: Josefa Rita da Silva

MUNICÍPIO: Sobradinho

ESTADO: BA

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: STR. M.L.M FETA – BA

NOME: Jucelina Martins do Amaral

MUNICÍPIO: São José do Egito

ESTADO: PE

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: MMTR-NE-PE

NOME: Maria Solange da Silva Alves

MUNICÍPIO: Timbaúba

ESTADO: PE

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: MMTR-NE-PE

NOME: Maria do Carmo Batista Santos

MUNICÍPIO: S.Cristovam

ESTADO: SE

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetase-Sindicato

NOME: Genaudo Lucas de Sales

MUNICÍPIO: Maceió

ESTADO: AL

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetag-AL

NOME: Rilda Maria Alves Jesuino

MUNICÍPIO: Maceió

ESTADO: AL

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetag-AL

NOME: Marileide Geronimo de Oliveira

MUNICÍPIO: Girau do Ponciano

ESTADO: AL

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetag-AL

NOME: José Honório da Silva

MUNICÍPIO: Recife

ESTADO: PE

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Banco do Nordeste

NOME: Cristiane Lima Santos de Moura

MUNICÍPIO: Serra Talhada

ESTADO: PE

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: MMTR-NE

NOME: Maria Lucia Santos de Moura

MUNICÍPIO: São Cristovam

ESTADO: SE

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Movimento Sindical – Fetase

NOME: Francisca Cristina do Nascimento

MUNICÍPIO: Fortaleza

ESTADO: CE

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Cetra

NOME: José Inácio Sodré Rodrigues

MUNICÍPIO: –

ESTADO: MA

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: DFDA – MA

NOME: Maria Josana de Lima

MUNICÍPIO: Riachuelo

ESTADO: RN

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetra-RN

NOME: Maria de Fátima Alves

MUNICÍPIO: Lajes

ESTADO: RN

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetraf

NOME: Ana Maria Medeiros

MUNICÍPIO: -

ESTADO: RN

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: MMTRI-NE

NOME: Valdirene Ferreira Mendonça

MUNICÍPIO: Alcântara

ESTADO: MA

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetraf

NOME: Silvianete Matos Carvalho

MUNICÍPIO: Pedreiro

ESTADO: MA

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Assema

NOME: Maria Soletto Félix Pinto

MUNICÍPIO: Itapipoca

ESTADO: CE

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: MMTR

NOME: Rosane Ribeiro Camara dos Santos

MUNICÍPIO: Pureza

ESTADO: RN

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: MMTR-NE

NOME: Maria de Fátima Pessoa Lope

MUNICÍPIO: Natal

ESTADO: RN

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetarn

NOME: Maria Gomes do Nascimento

MUNICÍPIO: Itaneira

ESTADO: PI

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetag-PI

NOME: Alexandra Maria Bastos Diogo Mendes

MUNICÍPIO: Irauçuba

ESTADO: CE

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetraf/CE

NOME: Neide Batista Silva

MUNICÍPIO: Crato

ESTADO: CE

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: MMTR-NE. / STR – Crato

NOME: Luciano Bezerra da Silva

MUNICÍPIO: Fortaleza

ESTADO: CE

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Consultor SAF CE/BR

NOME: Rosenilde Gregoria dos Santos costa

MUNICÍPIO: Viana

ESTADO: MA

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: MIQCB

NOME: Maria do Socorro Oliveira

MUNICÍPIO: Natal

ESTADO: RN

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: DFDA

NOME: Maria Elizabetha Fernandes

MUNICÍPIO: Natal

ESTADO: RN

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetarn

NOME: Maria da Guia da Silva Araújo

MUNICÍPIO: Acari

ESTADO: RN

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: STR Acari (Fetarn)

NOME: Cláudia Lopez da Costa Silva

MUNICÍPIO: Mossoró

ESTADO: RN

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Centro Feminista

NOME: Rosmarl Barbosa Malheiros

MUNICÍPIO: São Luís

ESTADO: MA

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetag-MA

NOME: Cíldia Barbosa de Souza

MUNICÍPIO: São Luís

ESTADO: MA

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetaema-MA

NOME: Francisca Antonio Sales

MUNICÍPIO: Peritoró

ESTADO: MA

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais

NOME: Severino Mario da Silva

MUNICÍPIO: Pio IX

ESTADO: PI

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: MMTR

NOME: Dirlândia Maria de Holanda

MUNICÍPIO: Morrinhos

ESTADO: CE

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetraf-CE

NOME: Valter Moura de Carvalho

MUNICÍPIO: Terezina

ESTADO: PI

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: DFAA – PI

NOME: Juvenal Carneiro de Sá Alencar

MUNICÍPIO: São Luís

ESTADO: MA

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: BNB

NOME: Cicera de Andrade Pontes

MUNICÍPIO: Fortaleza

ESTADO: CE

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Cetra

NOME: Maria Luiza Mendes da Silva

MUNICÍPIO: Esperatina

ESTADO: PI

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Cepes

NOME: Patricia Amalia Castro Araujo

MUNICÍPIO: Teresina

ESTADO: PI

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetag-PI

NOME: Vanuza Nunes dos Santos

MUNICÍPIO: Barras

ESTADO: PI

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: STR de Barras

NOME: Maria do Socorro Nascimento Barbosa

MUNICÍPIO: Mirinzau

ESTADO: MA

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetaema

NOME: Jose Wilson Cabral

MUNICÍPIO: Natal

ESTADO: RN

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Emater-RN

NOME: Ana Maria dos Santos Costa

MUNICÍPIO: José de Freitas

ESTADO: PI

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetraf

NOME: Ana Meire Alencar

MUNICÍPIO: Esperantina

ESTADO: PI

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Grupo de Mulheres

NOME: José William Aquino de Souza

MUNICÍPIO: Fortaleza

ESTADO: CE

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Emater-CE

NOME: Adriana Paula Gaudin de Oliveira

MUNICÍPIO: Fortaleza

ESTADO: CE

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Esplar

NOME: Bernaudina Antonia da Silva

MUNICÍPIO: Altos

ESTADO: PI

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetraf

NOME: Manoel Simão Reinaldo Gomes

MUNICÍPIO: Teresina

ESTADO: PI

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetag-PI

NOME: Maria Lucia Dantas Nogueira

MUNICÍPIO: Teresina

ESTADO: PI

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Emater-PI

NOME: Dalva Melo Cavalcante Teles

MUNICÍPIO: Fortaleza

ESTADO: CE

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Emater-CE

NOME: Manoel Oliveira da Costa

MUNICÍPIO: Teresina

ESTADO: PI

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Incra

NOME: Regina Lourdes Carvalho de Araujo

MUNICÍPIO: Teresina

ESTADO: PI

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Inter-PI

NOME: Lucas Bittencourt da Silva

MUNICÍPIO: Teresina

ESTADO: PI

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Emater-PI

NOME: Laurencia Celia Capibaribe

MUNICÍPIO: Fortaleza

ESTADO: CE

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: BNB

NOME: Wania Braga Monte

MUNICÍPIO: Fortaleza

ESTADO: CE

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Cepac

NOME: Artur Matos dos Santos Júnior

MUNICÍPIO: Fortaleza

ESTADO: CE

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Banco do Brasil

NOME: Sergio M. Pinheiro

MUNICÍPIO: Fortaleza

ESTADO: CE

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Esplar

NOME: Francisco Nelsieudes Sombra Oliveira

MUNICÍPIO: Fortaleza

ESTADO: CE

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Delegacia Federal do MDA

NOME: Dorival Silva Araujo

MUNICÍPIO: São Luís

ESTADO: MA

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: -

NOME: Rita Elizabeth G.C. Assunção

MUNICÍPIO: Natal

ESTADO: RN

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: BNB

.....
NOME: Antonio Duarte de Almeida (Graça)
.....

MUNICÍPIO: Fortaleza
.....

ESTADO: CE
.....

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetraece
.....

.....
NOME: Jose Wilson de Souza Gonçalves
.....

MUNICÍPIO: Fortaleza
.....

ESTADO: CE
.....

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetraece
.....

.....
NOME: Antonio Alves de Souza
.....

MUNICÍPIO: Fortaleza
.....

ESTADO: CE
.....

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetraece
.....

.....
NOME: Paulo Vitor M. R. Junior
.....

MUNICÍPIO: Fortaleza
.....

ESTADO: CE
.....

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Esplar
.....

.....
NOME: Maria Rosa de Souza Rodrigues
.....

MUNICÍPIO: Fortaleza
.....

ESTADO: CE
.....

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetraece
.....

CIRANDA SUDESTE

.....
NOME: Rita da Cruz Santos
.....

MUNICÍPIO: Cural de Dentro
.....

ESTADO: MG
.....

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetraf-MG/STR
.....

NOME: Evina Teixeira da Cruz

MUNICÍPIO: Nedina

ESTADO: MG

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: -

NOME: Amilton Ribeiro França

MUNICÍPIO: Montes Claros

ESTADO: MG

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Banco do Nordeste

NOME: Celi Alves Wagner

MUNICÍPIO: Jaguaré S. Mateus

ESTADO: ES

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Sindicato – Fetaes

NOME: Sonja Maria Correia da Costa Barros

MUNICÍPIO: Brasília

ESTADO: DF

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Banco do Brasil/Dirag

CELULAR: (61) 9972-8415

NOME: Débora Dutra

MUNICÍPIO: Salinas

ESTADO: MG

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Coopesal

NOME: Maria da Graça Lima Bragança

MUNICÍPIO: Belo Horizonte

ESTADO: MG

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Emater – MG

NOME: Rosa Regina da Conceição

MUNICÍPIO: Vitória

ESTADO: ES

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetaes

NOME: Maurilio Antunes Concic

MUNICÍPIO: Belo Horizonte

ESTADO: MG

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Banco do Brasil

NOME: Jose Braz Venturim

MUNICÍPIO: Vitória

ESTADO: ES

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Incaper/Seag – ES

NOME: Cristiane Pereira Mendonça

MUNICÍPIO: Niterói

ESTADO: RJ

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Emater- Rio

NOME: Sonia Emi Sato

MUNICÍPIO: Regente Feijó

ESTADO: SP

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetaesp

NOME: Mirian Lima Pereira

MUNICÍPIO: Castilho

ESTADO: SP

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetraf

NOME: Ana Aparecida Rebeschim

MUNICÍPIO: Registro

ESTADO: SP

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: FAF-SP

NOME: Darci Ferreira da Cruz

MUNICÍPIO: Pinheiral

ESTADO: RJ

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetaj-RJ

NOME: Sonia Maria Sampaio

MUNICÍPIO: Pacaembu

ESTADO: SP

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetaesp

NOME: Maria Antonieta Amaral

MUNICÍPIO: Belo Horizonte

ESTADO: MG

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetaemg

NOME: Geralda do Carmo Perreira

MUNICÍPIO: Belo Horizonte

ESTADO: MG

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetaemg

NOME: Leandro Soares Moreira

MUNICÍPIO: Belo Horizonte

ESTADO: MG

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetaemg

CIRANDA SUL

.....
NOME: Cleonice Fabiane Back
.....

MUNICÍPIO: Tiradentes do Sul
.....

ESTADO: RS
.....

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetraf-Sul/Cut
.....

.....
NOME: Maria Isabel Fernandes
.....

MUNICÍPIO: Jóia
.....

ESTADO: RS
.....

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: MST
.....

.....
NOME: Neiva Vívian
.....

MUNICÍPIO: Piratini
.....

ESTADO: RS
.....

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: MST
.....

.....
NOME: Miriam Fuckner
.....

MUNICÍPIO: Curitiba
.....

ESTADO: PR
.....

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Emater-PR
.....

.....
NOME: Maria Saydloushi(marucha)
.....

MUNICÍPIO: -
.....

ESTADO: PR
.....

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetaep
.....

.....
NOME: Denise Fátima Knerok
.....

MUNICÍPIO: -
.....

ESTADO: PR
.....

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetraf-Sul/Cut
.....

NOME: Iraci Luisa Paulus

MUNICÍPIO: Santa Cruz do Sul

ESTADO: RS

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetag

NOME: Regina Lescio Barbato

MUNICÍPIO: Curitiba

ESTADO: PR

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetaep

NOME: Delma Tucco

MUNICÍPIO: São João da Urtiga

ESTADO: RS

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetraf-Sul/Cut

NOME: Johanna G.H de Aragão

MUNICÍPIO: Porto Alegre

ESTADO: RS

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Emater-RS

NOME: Adriana Boeing

MUNICÍPIO: Rio Fortuna

ESTADO: SC

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: STR-Rio Fortuna

NOME: Valdecir Zomih

MUNICÍPIO: Porto Alegre

ESTADO: RS

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetae-RS

NOME: Celso de Almeida Freitas

MUNICÍPIO: Porto Alegre

ESTADO: RS

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Emater-RS

NOME: Deolinda Cecília Pickler

MUNICÍPIO: Porto Alegre

ESTADO: RS

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Emater-RS

NOME: André B Toschh

MUNICÍPIO: Poá

ESTADO: RS

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Sicreai

NOME: Agnes M Schipanski Weiwanko

MUNICÍPIO: Porto União

ESTADO: SC

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetrae-SC

NOME: Cleusa M Santana Tomasi

MUNICÍPIO: Facinta Machado

ESTADO: SC

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetae-SC

NOME: Maria do Socorro de Souza

MUNICÍPIO: DF

ESTADO: DF

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Contag

NOME: Solange M. Rosa Coelho

MUNICÍPIO: Curitiba

ESTADO: PR

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: Fetaep

Anexo 6 – Agendas estaduais



TOCANTINS

Emissão da DAP

PROBLEMAS

- Demora na atualização da emissão de DAP por parte do Incra – Pronaf A;
- Emissão de DAP no sistema eletrônico não disponibilizado aos parceiros, apenas para o Ruraltins;
- Falta de informação sobre a DAP;
- Alterações freqüentes nos modelos das DAPs.

SOLUÇÕES

- Cumprir o prazo estabelecido pelo Incra para o Pronaf A;
- Disponibilizar no sistema eletrônico para os demais parceiros;
- Fazer divulgação em seminários, encontros, reuniões e outros espaços de comunicação;
- Definições de prazos de vigência mínimos (mudanças através de anexos) quando do prazo de vigência.

RESPONSÁVEIS

- Incra;
- MDA/ Delegacia Federal;
- Parceiros: Ater, STRs, Fetaet, organizações da sociedade civil, MDA/Delegacia Federal, Cedrus, SEE Pronaf;
- MDA.

PRAZOS

- Final de abril;
- Até junho (antes do lançamento do Plano Safra);
- De imediato e de forma contínua;
- Prazo mínimo de 2 (dois) anos.

Elaboração do projeto

PROBLEMAS

- Número insuficiente de técnicos para atender às demandas;
- Falta de qualificação (pouca) na elaboração de projetos para as mulheres agricultoras;
- Falta de informações para as mulheres (desconhecimento do programa);
- Falta nivelamento da interpretação das normas do Pronaf.

SOLUÇÕES

- Contratação de técnicos para atender às demandas;
- Qualificação e capacitação dos técnicos;
- Divulgar e discutir o Pronaf Mulher com as agricultoras;
- Nivelamento das normas entre os parceiros.

RESPONSÁVEIS

- Empresas e prestadoras de Ater, MDA (Recursos);
- Gestor e parceiros;
- Gestor.

PRAZOS

- Imediato para todos

Acesso ao financiamento

PROBLEMAS

- Falta de compromisso do agente financeiro com o crédito da agricultura familiar;
- Inadimplência;
- Pouca qualificação para analisar projetos para a agricultura familiar por parte dos agentes financeiros;
- Falta de documentação;
- Falta de recursos.

SOLUÇÕES

- Maior comprometimento dos agentes financeiros com a agricultura familiar;
- Abrir espaços de discussão entre os atores para buscar soluções;
- Qualificar e capacitar os analistas dos agentes financeiros;
- Sensibilização para o acesso ao Programa de Documentação Gratuita;
- Disponibilização de recursos.

RESPONSÁVEIS

- Bancos (agentes financeiros);
- MDA – criar espaços de discussão sobre a inadimplência;
- Agentes financeiros;
- Parceiros e Incra;
- MDA.

PRAZOS

- Imediato para todos.

AMAZONAS***Emissão da DAP***

PROBLEMAS

- Dificuldade do preenchimento da DAP por parte dos órgãos emissores;
- Distribuição insuficiente de Manuais de Preenchimento das DAPs enviadas ao estado;
- Informações atualizadas não chegam em tempo hábil.

SOLUÇÕES

- Enviar maior número de exemplares dos manuais;
- Criar uma estratégia utilizando os meios/instrumentos para que as informações cheguem o mais rápido possível.

RESPONSÁVEIS

- SAF;
- Secretaria Estadual Pronaf.

PRAZOS

- Imediato e curto prazo.

Elaboração do projeto

PROBLEMAS

- Linha de financiamento existente inadequada à realidade;
- Disponibilidade de recursos financeiros insuficientes e incompatíveis com a realidade;
- Pouco preparo por parte dos técnicos das empresas de Ater (pública e privada) para elaboração dos projetos;
- Poucos recursos humanos para atender às demandas (técnicos);

- Poucos recursos humanos por parte dos agentes financeiros relacionados ao Pronaf;
- Legislação ambiental vigente.

SOLUÇÕES

- Criar linhas de financiamento compatíveis com a realidade da nossa região;
- Disponibilização de recursos financeiros oportunos e suficientes;
- Capacitação dos técnicos que operacionalizam crédito rural (da Ater pública e privada);
- Disponibilização de pessoal qualificado pelos agentes financeiros para atender o público da agricultura familiar.

RESPONSÁVEIS

- MDA;
- MDA / agentes financeiros;
- Agentes Financeiros.

PRAZOS

- Médio a longo prazo.

Acesso ao financiamento

PROBLEMAS

- Dificuldades de regularização fundiária;
- Regularização ambiental;
- Falta de documentação pessoal dos agricultores/as;
- Inadimplência dos assentados, especialmente aqueles remanescentes do Procerá (Fundão);
- Acesso restrito ao crédito por falta de infra-estrutura nos assentamentos (estradas etc);
- Deficiência na organização dos produtores/as.

SOLUÇÕES

- Legalização dos assentados no lote;
- Conscientização por parte dos produtores em reivindicar;
- Sensibilização dos órgãos competentes;
- Firmar parcerias com os governos (estadual, federal, municipal, movimentos sociais) para a realização sistemática de campanhas de documentação;
- Renegociação de dívidas;
- Desvinculação do Pronaf Mulher da unidade familiar;
- Firmar parcerias entre os governos para implantar infra-estruturas.

RESPONSÁVEIS

- Incra (federal), governos estadual e municipal;
- Movimentos sociais, empresas de Ater (pública e privada);
- Movimentos sociais, Incra e governo estadual;
- Incra, agentes financeiros, órgãos de Ater, movimentos sociais;
- MDA e parceiros.

PRAZOS

- Imediato e curto prazo.

MATO GROSSO DO SUL

Emissão da DAP

PROBLEMAS

- Falta de conhecimento do objetivo da DAP;
- Centralização da emissão da DAP pelo Idaterra para Pronaf C e Mulher;
- DAP eletrônica para o MSTTR e movimentos sociais.

SOLUÇÕES

- Maior divulgação e popularização do objetivo da DAP;
- Idaterra – Elaborar os projetos. Sindicato – emitir a DAP;
- Manter a DAP manual e a eletrônica.

RESPONSÁVEIS

- Fetagri-MS e FAF/MS;
- MDA;
- MDA.

PRAZOS

- Até setembro de 2005;
- Até maio de 2005;
- Até maio de 2005.

Elaboração do projeto

PROBLEMAS

- Falta de maior conhecimento dos técnicos sobre o Pronaf Mulher e os projetos a serem financiados;
- Poucos técnicos;
- Falta de prioridade de elaboração de projeto do Pronaf Mulher;
- Falta de garantia da comercialização.

SOLUÇÕES

- Capacitar os técnicos e exigir maior compromisso com os/as agricultores/as familiares;
- Concurso para a contratação de mais técnicos;
- Continuar descentralizando a assistência técnica através de movimentos sociais;

- Garantia de comercialização dos produtos da agricultura familiar pelo governo;
- Ampliar itens de compra do PAA/Conab.

RESPONSÁVEIS

- MDA/ Idaterra;
- MDA/ Idaterra;
- MDA/ Idaterra;
- MDA/ Idaterra.

PRAZOS

- Antes do próximo Plano Safra;
- Ainda no ano de 2005;
- Ainda no ano de 2005.

Acesso ao financiamento

PROBLEMAS

- Inadimplência do companheiro;
- Garantia junto ao banco.

SOLUÇÕES

- Não considerar a inadimplência de financiamento feito pelo companheiro para fins de acessar o Pronaf Mulher;
- Dispensa pelo banco da garantia de que os riscos do Pronaf sejam assumidos pela União.

RESPONSÁVEIS

- MDA/Banco do Brasil;
- MDA/Banco do Brasil.

PRAZOS

- Até maio de 2005.

A C R E

Emissão da DAP

PROBLEMAS

- Confecção manual por deficiência de informática na Ater pública;
- Demora na emissão pelo Incra;
- Demora na aprovação dos PDSA.

SOLUÇÕES

- Informatização dos escritórios da Ater pública;
- Descentralização na emissão pelo Incra;
- Agilizar elaboração/aprovação dos PDSAs.

RESPONSÁVEIS

- Seater;
- Incra;
- Coordenação Estadual do Pronaf;
- Câmara Técnica de Crédito Rural.

PRAZOS

- Junho/julho

Elaboração do projeto

PROBLEMAS

- Ater insuficiente;
- Análise de projetos centralizada na capital, Banco da Amazônia;
- Projetos elaborados manualmente – Banco do Brasil.

SOLUÇÕES

- Ampliação e capacitação da Ater pública;
- Interiorização da análise de projetos pelo Banco da Amazônia;
- Instalação CFC – Banco do Brasil.

RESPONSÁVEIS

- Seater;
- Banco da Amazônia;
- Banco do Brasil.

PRAZOS

- Junho/Julho

Acesso ao financiamento

PROBLEMAS

- Documentação dos agricultores familiares;
- Desconhecimento das normas do Pronaf Mulher (bancos, movimentos sociais, Ater);
- Desnivelamento na interpretação das normas do Pronaf.

SOLUÇÕES

- Campanha de documentação (Projeto Cidadão);
- Campanha de conscientização;
- Reuniões de nivelamento sobre Pronaf Mulher e demais.

RESPONSÁVEIS

- Seater, Movimento;
- Movimento sindical, Ater;
- Poder Judiciário;
- Seater, movimento.

PRAZOS

- Agosto

PARÁ

Emissão da DAP

PROBLEMAS

- Pouco conhecimento do que é a DAP de modo geral, inclusive pelas mulheres e do Pronaf Mulher;
- Falta de documentação;
- Alto índice de analfabetismo dos produtores;
- A cultura machista que predomina na zona rural, impedindo a mulher de ter acesso à informação.

SOLUÇÕES

- Fazer efetivar a bititularidade;
- Fazer articulação conjunta entre movimento social, agentes financiadores, assistência técnica e MDA, por meio de seminários de formação, cursos regionalizados de preparação e conhecimento de diversos processos com objetivo de nivelar os procedimentos do acesso ao crédito.

RESPONSÁVEIS

- Movimento social;
- Movimento sindical;
- Emater;
- MDA.

PRAZOS

- Até julho de 2005 (capacitação)

Elaboração do projeto

PROBLEMAS

- Falta de informação e formação para os técnicos na elaboração dos projetos;
- Falta de diálogo entre agricultores, Ater e bancos;
- Desconhecimento da realidade por parte dos técnicos;
- Falta de concepção de gênero na prática da Ater;
- Técnicos não incorporaram na prática cotidiana transversalidade de gênero da nova política da Ater.

SOLUÇÕES

- Incorporar política de gênero;
- Diálogo entre agente financeiro, assistência técnica, Inbra, movimento social e sindical.

RESPONSÁVEIS

- Incra;
- Movimento social e sindical;
- Assistência técnica.

PRAZOS

- Permanente

Acesso ao financiamento

PROBLEMAS

- Falta de documentação;
- Alto índice de analfabetismo na zona rural, sendo em maior número mulheres;
- Relação de poder na unidade familiar;
- Endividamento da família criado pelo marido;
- Pouca divulgação das linhas de crédito existentes;
- A demanda por crédito é maior que os recursos financeiros disponibilizados nos programas;
- Deficiência do quadro de pessoal dos agentes financeiros para atender ao crédito rural;
- Desconhecimento por parte dos agentes financeiros do funcionamento das linhas de crédito;
- Infra-estrutura como estrada, comercialização, transporte, armazéns e energia.

SOLUÇÕES

- Campanha de documentação além das áreas dos assentamentos e constituir os comitês onde não existem com a participação ampla dos movimentos sociais;
- Formação de gênero entre os parceiros envolvidos na questão do crédito rural (banco, assistência técnica etc);
- Buscar alternativas para refinar as dívidas junto aos agentes financeiros;
- Capacitação de lideranças, movimentos e técnicos envolvidos;
- Política do governo que atende à demanda existente hoje e futura do crédito rural;

- Aumentar e capacitar o quadro funcional dos agentes financeiros;
- Articular as políticas públicas para atender ao crédito rural.

RESPONSÁVEIS

- Incra;
- Movimento social e sindical;
- Ater;
- MDA;
- Governos federal, estadual e municipal.

PRAZOS

- Maio a julho de 2005 (início da capacitação).

AMAPÁ

Emissão da DAP

PROBLEMAS

- Pronaf A: Incra não atende às portarias;
- Falta de documentação (CPF, CI, CPT, Registro de Nascimento e outros);

SOLUÇÕES

- Atender às portarias;
- Campanha de intensificação de documentação para trabalhadoras.

RESPONSÁVEIS

- Incra;
- Ater;
- Representação sindical;
- Incra (parceiros: Fetagri, Cartório, GEA)

PRAZOS

- Imediato

Elaboração do projeto

PROBLEMAS

- Ater deficitária.

Obs.: Serv. União, Estado e contrato (não há quadro)

SOLUÇÕES

- Capacitação;
- Concurso público;
- Reestruturação física e material.

RESPONSÁVEIS

- GEA;
- União;
- Município;
- Parceiros (bancos, Fetagri, ONGs).

PRAZOS

- Imediato;
- Médio prazo;
- Longo prazo.

Acesso ao financiamento

PROBLEMAS

- Fundiário;
- Infra-estrutura;
- Índice elevado de inadimplentes (interferência no acesso da mulher);
- Legislação ambiental.

SOLUÇÕES

- Regularização fundiária;
- Abertura e manutenção de estradas como BR, AP e vicinais;
- Repactuação, renegociação.

RESPONSÁVEIS

- Incra, Terrap;
- GEA, União e Município;
- Produtores e bancos (Fetagri);

PRAZOS

- Imediatos;

Obs.: ZEE, APLs e Clusters

MATO GROSSO

Emissão da DAP

PROBLEMAS

- Documentação;
- Informação;
- Credibilidade;

- Endividamento da família;
- Falta conhecimento de questões do gênero para Ater;
- Demora do recebimento das DAPs nos órgãos Responsáveis (STRs e Ater);
- Baixo auto-estima;
- Medo de endividamento;
- Analfabetismo.

SOLUÇÕES

- Mutirões: documentação, cidadania, divulgação de direitos, linhas de crédito, auto-estima e relações de gênero;
- Programas de alfabetização rural adequados à realidade das mulheres (não ser no horário de trabalho na roça);
- Capacitação de lideranças locais, parceiros, DAPs em tempo hábil.

RESPONSÁVEIS

- Associações, STRs, CMDRS;
- Governo do Estado – CEDRS;
- Ater/ Empaer;
- Incra;
- Fetagri;
- MDA – Secretaria de Políticas para as Mulheres.

PRAZOS

- 90 dias

Obs.: integração de ações de entidades envolvidas e órgãos dos governos federal, estadual e municipal.

Elaboração do projeto

PROBLEMAS

- Número reduzido de técnicos/as;
- Falta qualificação;
- Falta de informação;
- Falta de infra-estrutura;
- Falta comprometimento;
- Falta discussão viabilidade econômica do projeto (família/ Ater/ STRs/BB);
- Sustentabilidade agroeconomia;
- Dívidas.

SOLUÇÕES

- Adequar o número de técnicos à demanda da região;
- Capacitação nas relações de gênero, na sustentabilidade do projeto/econômico/ agroecológico;
- Renegociação da dívida da família para acessar o Pronaf Mulher;
- Capacitação técnica de elaboração de projetos/normativas e legislação vigente;
- Nivelamento/Ater/ STRs/Banco do Brasil e Basa.

RESPONSÁVEIS

- MDA/ Governo do estado e municípios;
- Ater/ STRs/ Fetagri.

PRAZOS

- 90 dias (Capacitação);
- 30 dias (Elaboração de projetos).

Acesso ao financiamento

PROBLEMAS

- Dívida do Pronaf;
- Falta credibilidade do agente financeiro na capacidade de pagamento dos projetos;
- Falta de documentação;
- Falta recursos;
- Falta garantias;
- Envolvimento das instituições na elaboração (financeiras).

SOLUÇÕES

- Desvincular o Pronaf Mulher das dívidas contraídas pelo esposo/companheiro;
- Envolvimento das instituições afins (governamental e não-governamental);
- Viabilidade econômica do projeto/garantia de comercialização (liberar de outras garantias);
- Emissão de DAPs específicas Pronaf Mulher;
- Capacitação de instituições financeiras para atender esse público.

RESPONSÁVEIS

- Governo federal/estadual;
- Instituições financeiras.

PRAZOS

- 30 dias (para liberar projetos que já estão no banco).

RORAIMA***Emissão da DAP***

PROBLEMAS

- Inca – falta demarcação das parcelas (topografia) no Pronaf A;
- As outras linhas são emitidas pela Dater, que é administrada com politicagem e aí a dificuldade e a relação dos STTRs com a secretaria, pois elas (as DAP) são usadas para fins políticos;
- Com muita luta só se consegue para o Pronaf B.

SOLUÇÕES

- Discutir com o Inca o plano operacional;
- Fazer força tarefa de demarcação e documentação nos lotes;
- Disponibilizar recursos.

RESPONSÁVEIS

- MDA – Inca - Dater;
- Movimentos sociais;
- STTRs – Delegacia Regional – MDA.

PRAZOS

- Quanto antes possível. Início já, concluir até dezembro de 2005.

Elaboração do projeto

PROBLEMAS

- Falta técnicos;
- Falta conhecimento dos técnicos com o novo Programa de Assistência Técnica e também na questão gênero;
- Falta relação com movimentos sociais, STTRs e agência financeira.

SOLUÇÕES

- Injetar mais recursos para assistência técnica;
- Que haja uma discussão mais ampla com os movimentos e STTRs, empresas, Dater e agentes financeiros.

RESPONSÁVEIS

- Governo do Estado (Dater);
- Governo federal (Incra e MDA);
- Delegacia Regional;
- Movimentos sociais – STTRs.

PRAZOS

- Início agora e contínuo.

Acesso ao financiamento

PROBLEMAS

- Falta analista nos bancos;
- Falta uma aproximação maior dos bancos com a assistência técnica, pois o sistema muda constantemente e os bancos não repassam para os técnicos;
- Os bancos desconhecem o Pronaf Mulher;
- Falta interesse em investir na agricultura familiar.

SOLUÇÕES

- Bancos serem mais flexíveis e sentarem com a assistência técnica, movimentos sociais, STTRs e agricultores.

RESPONSÁVEIS

- Bancos;
- Dater;

- Movimentos sociais – STTRs;
- Delegacia Regional – MDA e Incra.

PRAZOS

- Início já até setembro de 2005.

GOIÁS

Emissão da DAP

PROBLEMAS

- Preenchimento da DAP ainda manual;
- Ainda não existe no sistema a DAP eletrônica, sendo que já foi feito o cadastro junto ao MDA desde o ano passado.

SOLUÇÕES

- MDA se comprometa em colocar no sistema eletrônico em todos os órgãos do movimento sindical;
- Realizar encontros regionais para solução de alguns problemas (mudanças nas DAPs - ainda operam no modo antigo).

RESPONSÁVEIS

- MDA;
- Contag;
- BB;
- Ater.

PRAZOS

- Até 30/05/05.

Elaboração do projeto

PROBLEMAS

- Procurar uma empresa de assistência técnica;
- Número insuficiente de técnicos;
- Desconhecimento de técnicos em relações de gênero;
- Falta conhecimento específico de cada município;
- Falta de documentos.

SOLUÇÕES

- Uma melhor política para admissão de técnicos;
- Presença do técnico na propriedade para melhor conhecimento do projeto;
- Informar sobre a Campanha de Documentação da Mulher (Incra).

RESPONSÁVEIS

- Pela elaboração e acompanhamento, o técnico;
- Pela execução do projeto, a produtora.

PRAZOS (PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO)

- Individual – 10 dias;
- Grupos – 30 dias.

Acesso ao financiamento

PROBLEMAS

- Ainda é pequeno;
- Falta divulgação do programa (pelos órgãos responsáveis);
- Dificuldades dos funcionários do BB em esclarecer e trabalhar a questão de gênero;
- Desinformação da mulher em relação ao crédito;
- Garantias;
- Soluções;

- Integração nos estados entre: Fetag, BB e o Conselho Estadual do Pronaf;
- Integração nos municípios entre STRS, BB e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS);
- Criação para fundo de aval – Pronaf Mulher.

RESPONSÁVEIS

- Governo;
- MSTTR.

PRAZOS

- Até 30/05/05.

RONDÔNIA

Emissão da DAP

PROBLEMAS

- DAP só para homens;
- A maioria é assinada só pela Emater (assistência técnica);
- Os STRs lutam pelo crédito, divulgam, renegociam a dívida e não têm o controle;
- O ministério não dispõe das informações necessárias no sistema;
- Nem todos os STRs são credenciados.

SOLUÇÕES

- Que a DAP seja assinada pela assistência técnica e pelos STRs;
- Que os STRs agilizem o credenciamento;
- Que o ministério disponibilize mais informações no sistema;
- DAP seja assinada pelo homem e pela mulher.

RESPONSÁVEIS

- MDA;
- MSTTR;
- Assistência Técnica.

PRAZOS

- Até junho de 2005.

Elaboração do projeto

PROBLEMAS

- Assistência técnica não conhece o Pronaf Mulher;
- Recusa fazer os projetos;
- Acompanhamento dos projetos;
- Falta técnico qualificado.

SOLUÇÕES

- Realizar seminário estadual com todos os atores para uniformizar as informações e agendas de trabalho;
- Que os técnicos respeitem as demandas diversificadas apresentadas pelas mulheres.

RESPONSÁVEIS

- Fetagro/STRs;
- Contag;
- MDA;
- Ater/Ates.

PRAZOS (PARA REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS)

- Junho de 2005.

Acesso ao financiamento

PROBLEMAS

- As agências financeiras nunca têm recursos disponíveis;
- Falta de informação nas agências sobre o programa;
- Inadimplência dos companheiros;
- Não-reconhecimento da viabilidade do projeto.

SOLUÇÕES

- Que os bancos respeitem as demandas locais reconhecendo as diversificações e realidades;
- Oriente e disponibilize recursos para agências atender às demandas;
- Divulgar o programa nos meios de comunicação.

RESPONSÁVEIS

- Agências Financeiras;
- MDA;
- MSTTR;
- Ates.

PRAZOS

- Até junho de 2005;
- Divulgação permanente.

DF E ENTORNO***Emissão da DAP***

PROBLEMAS

- Falta de documentação das propriedades que é emitida pelo Inca e pelo GDF;
- Pouco conhecimento dos(as) agricultores(as).

SOLUÇÕES

- Maior divulgação por parte dos STRs e Emater;
- Uma audiência com o Inca e o GDF para discutir sobre a regularização das propriedades rurais do DF e entorno.

RESPONSÁVEIS

- Delegacia do MDA juntamente com a federação do entorno.

PRAZOS

- 30 a 60 dias.

Elaboração do projeto

PROBLEMAS

- Pouca assistência técnica;
- Falta auxílio aos grupos de mulheres com relação à elaboração dos projetos;
- Muita burocracia dos bancos;
- Falta da documentação de titularidade da terra e documentos pessoais;
- Exclusão das mulheres quando os técnicos vão às propriedades.

SOLUÇÕES

- Tudo isso depende de uma audiência com o Inca, GDF e Emater.

RESPONSÁVEIS

- Delegacia do MDA;
- Federações de cada estado.

PRAZOS

- 30 a 60 dias.

Acesso ao financiamento

PROBLEMAS

- Falta de documento de titularidade, porque sem ela não acessa o financiamento;
- Pouca divulgação do Pronaf Mulher;
- Muita burocracia com os bancos recusando os projetos;
- Falta de capacitação.

SOLUÇÕES

- Um trabalho de divulgação dos STRs, Emater com a parceria do Incra, GDF e bancos;
- Cursos de capacitação dos dirigentes sindicais, movimentos sociais e agricultoras;
- Seminários, cursos, oficinas etc.

RESPONSÁVEIS

- Federações;
- MDA;
- Ematers;
- Incra;
- Ibama;
- Bancos;
- Secretaria de Agricultura de cada estado.

PRAZOS

- 15 a 30 dias (cursos).

ESPÍRITO SANTO

Emissão da DAP

PROBLEMAS

- Falta de formulários em blocos para atender a eventual emergência na falta do modelo eletrônico;
- Impossibilidade de envio das DAPs elaboradas diretamente ao MDA;
- Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais não estão incluídos no modelo eletrônico de emissão de DAP;
- A mulher trabalhadora rural desconhece a nova DAP.

SOLUÇÕES

- Solicitar blocos à SAF;
- Criar linha de comunicação;
- Incluir STRs no modelo eletrônico;
- Promover vários encontros em todo estado

RESPONSÁVEIS

- Fetaes / SAF;
- Fetaes, STR e MDA;
- Fetaes e MDA;
- Fetaes, MDA e Incaper

PRAZOS

- Fevereiro 2005;
- Março de 2005;

- Fevereiro de 2005;
- Março a julho de 2005.

Elaboração do projeto

PROBLEMAS

- Deficiente assistência técnica para as mulheres rurais;
- Falta de conhecimento da mulher com relação à dinâmica dos Projetos (informação, documentação);
- Falta de informação da mulher sobre o empreendedorismo rural (desestímulo à projetos de investimento);
- Pouca aproximação das representações da mulher com a Ater.

SOLUÇÕES

- Disponibilizar assistência técnica qualificada para a trabalhadora rural;
- Promover encontros sobre Pronaf Mulher;
- Promover encontros sobre Pronaf Mulher;
- Criar parcerias com as instituições de Ater.

RESPONSÁVEIS

- Fetaes, MDA e Incaper;
- Fetaes, MDA e Incaper;
- Fetaes, MDA e Incaper;
- Fetaes, MDA e Incaper.

PRAZOS

- Março a dezembro;
- Março a dezembro;
- Março a dezembro;
- Março de 2005.

Acesso ao financiamento

PROBLEMAS

- Falta de documentação;
- Discriminação, com a mulher, por parte do agente financeiro em relação a garantias;
- Exigências de aval e seguro de vida;
- Discriminação do marido com relação ao trabalho da mulher;
- Discriminação dos próprios STRs e da Ater com relação ao trabalho da mulher;
- Deficiência de assistência técnica para o Grupo A do Pronaf.

SOLUÇÕES

- Otimizar a campanha de documentação e incentivar a trabalhadora rural para obtenção de sua documentação;
- Promover encontros entre agentes financeiros e STRs;
- Promover encontros entre agentes financeiros e STRs;
- Promover encontros para discutir gênero;
- Promover encontros para discutir gênero;
- Disponibilizar assistência técnica ao grupo A.

RESPONSÁVEIS

- Fetaes, MDA e Incaper;
- Fetaes, MDA e agente financeiro;
- Fetaes, MDA e agente financeiro;
- Fetaes, MDA e Incaper;
- Fetaes, MDA e Incaper;
- Fetaes, MDA e Incra.

PRAZOS

- A partir de março 2005;
- Março a dezembro;

- Março a dezembro;
- Março a dezembro;
- Março a dezembro;
- Março a dezembro.

RIO DE JANEIRO

Emissão da DAP

PROBLEMAS

- Ausência do formulário DAP nos sindicatos;
- Conhecimento da DAP pelo nome de carta de aptidão;
- Necessidade de levantamento de informações (DAP) - mulheres.

SOLUÇÕES

- Confirmação das informações;
- Comunicação ao MDA quanto à necessidade de emissão das DAPs;
- Esclarecer as pessoas de que a carta de aptidão é o mesmo que DAP;
- Aplicação do questionário.

RESPONSÁVEIS

- Entidades emissoras de DAP;
- Entidades emissoras de DAP;
- Responsabilidade da federação;
- Responsabilidade da federação.

PRAZOS

- De 21/02 a 14/03;
- Até 14/03;
- Ação diária;
- Até 19 de maio (envio ao MDA).

Elaboração do projeto

PROBLEMAS

- Falta de profissionais nos sindicatos;
- Carência de técnicos da Ater pública;
- Falta de informação sobre a realidade local para a elaboração adequada do projeto.

SOLUÇÕES

- Reinvidicação de concurso público;
- Reinvidicação de concurso público;
- Elaboração de diagnóstico da realidade local.

RESPONSÁVEIS

- Movimentos sociais;
- Movimentos sociais;
- Ater (capacitação no tema).

PRAZOS

- Pauta do 8 de março;
- Pauta do 8 de março;
- Até novembro de 2005.

Acesso ao financiamento

PROBLEMAS

- Falta de informação do movimento sindical e das mulheres sobre a questão.

SOLUÇÕES

- Levantamento dos dados de acesso das mulheres.

RESPONSÁVEIS

- Movimento Social.

PRAZOS

- Imediato.

MINAS GERAIS

Emissão da DAP

PROBLEMAS

- Falta de conhecimento da DAP, principalmente em relação à portaria 75, por parte dos operadores do Pronaf (5 modelos);
- Dificuldade de preenchimento da nova DAP;
- Burocracia na DAP (cinco modelos);
- Falta de documentação das mulheres;
- Maior garantia para as entidades emissoras da DAP (assinatura única por parte do emissor);
- Falta de conhecimento para bloqueio da DAP no caso de irregularidades comprovadas.

SOLUÇÕES

- Divulgação e distribuição de materiais;
- Capacitação das lideranças sindicais e entidades de Ater;
- Seminários regionais sobre o Pronaf para a Mulher.

RESPONSÁVEIS

- STRs, Fetaemg, BNB, BB, MDA, SEE do Pronaf;
- MDA, Fetaemg, Emater;
- Fetaemg, Emater.

PRAZOS

- Divulgação e distribuição da cartilha do Pronaf para as mulheres imediatamente;
- Capacitação das lideranças - até maio;
- Seminários regionais até junho.

Elaboração do projeto

PROBLEMAS

- Prefeiturização da Emater - convênio com as prefeituras;
- Falta de corpo técnico e infra-estrutura;
- Técnicos pouco capacitados e/ou preparados para elaborar projetos fora da atividade primária (agropecuária) - gestão, artesanato, agroindústria e comercialização;
- Falta de discussão técnica e de interesse dos profissionais com a agricultura familiar para definição da atividade a ser financiada;
- Falta de seriedade na elaboração de projetos - técnico entendendo o projeto como um mero instrumento para compor a burocracia exigida pelos bancos.

SOLUÇÕES

- Capacitação técnico-metodológica com uma visão de todas as cadeias produtivas;
- Compromisso com as empresas de Ater de atendimento a agricultura familiar;
- Buscar apoio (formato e recursos) para projetos junto à coordenação de agregação de renda da SAF;
- Desprefeiturização dos escritórios da Emater;
- Maior agilidade na implantação do Pronater e dos seminários da nova política de Ater.

RESPONSÁVEIS

- MDA, Emater;
- Governo estadual;
- STRs;
- CMDRS;
- Fetaemg;
- Cooperativas de técnicos.

PRAZOS

- Imediato.

Acesso ao financiamento

PROBLEMAS

- Falta de identificação e organização de uma demanda organizada das trabalhadoras que visam a acessar o Pronaf;
- Capacidade operacional das agências;
- Falta de conhecimento do Pronaf pelos agentes financeiros;
- Falta de padronização nas exigências das garantias pedidas pelos bancos;
- Morosidade na avaliação das propostas / projetos pelos bancos;
- Venda de produtos dos bancos sem prévio esclarecimento dos agricultores;
- Falta de documentação em relação à posse da terra;
- Preferência dos bancos de atender às entidades ao invés do/a agricultor/a individualmente;
- Disponibilização de recursos do Pronaf para os bancos privados.

SOLUÇÕES

- Organização das demandas;
- Capacitação dos agentes financeiros com ênfase nos gerentes locais;
- Padronização nas exigências das garantias pedidas pelos bancos;
- Maior agilidade na avaliação das propostas pelos bancos;
- Ampliação de parceiras e maior interação com os STRs;
- Maior empenho do Incra e Iter, Ministério do Trabalho e outros na implementação da campanha de documentação;
- Ampliação no número de agentes financeiros para operar com o Pronaf;
- Exigir que os recursos aplicados pelos bancos privados sejam repassados para os bancos públicos ou cooperativas de crédito.

RESPONSÁVEIS

- Agentes financeiros;
- STRs;
- Fetaemg;
- Emater;
- MDA;
- Governo estadual;
- MDA.

PRAZOS

- Organização das demandas (abril);
- Capacitação dos agentes financeiros (março 2005).

SÃO PAULO

Emissão da DAP

PROBLEMAS

- Falta de informação de quem preenche a DAP;
- Falta de acesso à DAP eletrônica;
- Falta de formulário da DAP.

SOLUÇÕES

- Maior conscientização do que é a DAP para agricultores e emitentes;
- Reinvidicar o acesso à DAP eletrônica.

RESPONSÁVEIS

- Cati, Itesp, MDA.

PRAZOS

- Abril e maio.

Elaboração do projeto

PROBLEMAS

- Falta de técnicos capacitados na elaboração de projetos com perspectiva de gênero;
- Falta de interesse do técnico;
- Machismo;
- Falta de compromisso da Cati e do Itesp com a agricultura familiar;
- Disputa entre Itesp e Cati;
- Medo das mulheres de se endividar;
- Legislação da agroindústria;
- Talão de nota do produtor só no nome do homem.

SOLUÇÕES

- Melhor divulgação do Pronaf Mulher;
- Trabalhar capacitação dos técnicos - PNATER
- Criação do Conselho Estadual;
- Conhecer melhor as políticas do Plano Nacional de Ater (como ter acesso aos recursos);
- Coletar um número maior de questionários;
- Apresentar os dados no seminário estadual do GT Ater e nos nove seminários regionais.

RESPONSÁVEIS

- MDA/Delegado;
- Incra;
- Movimentos sociais;
- Cati;
- Itesp;
- SAF-SP.

PRAZOS

- Até abril.

Acesso ao financiamento

PROBLEMAS

- Agentes financeiros desconhecem/não priorizam a agricultura familiar.

SOLUÇÕES

- Apresentar demandas;
- Seminários coletivos entre movimentos e agentes financeiros.

RESPONSÁVEIS

- MDA/Delegado;
- Incra;
- Movimentos sociais;
- Cati;
- Itesp;
- SAF-SP;
- STRs;
- Fetags;
- Agentes financeiros;
- Entidades de Ater.

PRAZOS

- Abril a junho.

RIO GRANDE DO NORTE***Emissão da DAP***

PROBLEMAS

- Emissão eletrônica somente para Emater;
- Problemas de preenchimento;
- Perfil da trabalhadora;
- Falta de informação da DAP/Distribuição.

SOLUÇÕES

- Parceria STR/Emater;
- Capacitação/informação/distribuição das DAPs;
- Solicitar e distribuir manuais de preenchimento das DAPs;
- Denúncias sobre DAPs indevidas;
- Formar e capacitar;
- Experiência de GT de Gênero.
- Reunião Estadual para discutir a criação de grupos de trabalho em regiões do estado.

RESPONSÁVEIS

- Fetarn/Fetra;
- Delegacia do MDA;
- Emater;
- Centro Feminista 8 de março;
- Sindicatos.

PRAZOS

- Ao longo do ano.

Elaboração do projeto

PROBLEMAS

- Gênero/discussão;
- Falta conhecimento do Pronaf Mulher dos técnicos/agricultoras e agricultores familiares;
- Falta entendimento entre as entidades de Ater (potencializar relação entre sindicatos, Emater com relação a DAP);
- Agentes financeiros não se apropriaram do Pronaf Mulher.

SOLUÇÕES

- Discutir no GT (gênero e Ater) um seminário;
- Participação da Fetarn nas reuniões semanais da Emater para falar de gênero;
- Plano estadual de Ater;
- Gerentes regionais do Pronaf das agências/participação nos grupos de trabalho.

RESPONSÁVEIS

- MDA/ONG/Emater/movimentos sociais, MDA/SOF;
- Emater/Fetarn;
- Sape/MDA/Emater/movimentos sociais;
- BNB.

PRAZOS

- Mai/jun/05;
- Março;
- Março;
- Fevereiro.

Acesso ao financiamento

PROBLEMAS

- Medo do endividamento;
- Planilhas para elaboração;
- Inadimplência da unidade familiar;
- Aceitação dos bancos e Ater do Pronaf Mulher;
- Xerox (cópia) dos projetos.

SOLUÇÕES

- Discutir com as mulheres sobre viabilidade do projeto e sua sustentabilidade;
- Planilha específica do Pronaf Mulher;
- Priorizar gestão e organização - capacitação do grupo;
- Estudo do Pronaf pelo movimento de mulheres para que possa se apropriar do programa e se fortalecer na discussão junto a Ater e agentes financeiros.

RESPONSÁVEIS

- Aters e movimentos sociais e sindicais;
- MDA e bancos;
- Movimentos, Aters/ONGs;
- Emater.

PRAZOS

- Fevereiro a dezembro de 2005.

CEARÁ***Emissão da DAP*****PROBLEMAS**
.....

- Desconhecimento sobre a DAP;
- Os agentes não estão capacitados no preenchimento da DAP;
- As mulheres não têm conhecimento do conteúdo da DAP;
- Falta de formulários e/ou quantidade insuficiente.

SOLUÇÕES
.....

- Capacitação e divulgação;
- Realização de seminário;
- Formação;
- Articulação Fetrace, Delegacia do MDA, SEE do Pronaf, por definição de demanda.

RESPONSÁVEIS
.....

- Fetrace, Esplar, Ater/PDHC, MMTR, delegacias do MDA, bancos;
- Fetrace/Emater e delegacia do MDA;
- Fetrace, Esplar, Cetra, MMTR, Fetraf;
- Fetrace, DFMDA, SEE do Pronaf.

PRAZOS
.....

- A partir de abril.

Elaboração do projeto**PROBLEMAS**
.....

- Desconhecimento dos técnicos e técnicas com relação ao Pronaf Mulher e à inserção das mulheres na agricultura familiar;

- Não há um processo de sensibilização das mulheres para criação das demandas;
- As planilhas não estão adaptadas à linha agroecológica;
- Falta de técnicos para a elaboração de projetos.

SOLUÇÕES

- As entidades promovam capacitação para os técnicos/as;
- Capacitação de multiplicadores por região;
- Adaptação das planilhas a partir de uma articulação entre técnicos elaboradores e agentes financeiros;
- Articulação para definição das demandas (mapeamento).

RESPONSÁVEIS

- Emater, MDA, Esplar, Delegacia, Cetra, PDHC;
- Fetraece, STRs, MMTR, Ongs, PDHC;
- Bancos, Emater e ONGs, Fetraece;
- Fetraece, Fetraf, Emater.

PRAZOS

- Ao longo do ano.

Acesso ao financiamento

PROBLEMAS

- Falta de documentação (sobretudo da terra);
- Desconhecimento dos/as funcionários/as dos bancos com relação à inserção da mulher na agricultura familiar;
- Inadimplência dos parceiros.

SOLUÇÕES

- Dar continuidade à campanha de documentação;

- Capacitação para os quadros de funcionário do banco;
- Articulação dos bancos e SAF para elaboração de saídas.

RESPONSÁVEIS

- Fetraece, Fetraf, Incra, PDHC;
- MDA, SAF, bancos;
- Bancos, SAF.

PRAZOS

- Ao longo do ano.

PIAUI

Emissão da DAP

PROBLEMAS

- Falta de formulários;
- Não liberação da DAP eletrônica;
- Período de mudanças da DAP;
- Credenciamento da DAP e entidades no MDA.

SOLUÇÕES

- Cobrar da Secretaria Executiva do Pronaf e Delegacia do MDA formulário e programa eletrônico de emissão da DAP, Manual do Cadastrador;
- Idem;
- Não deve ocorrer no início do plano de safra;
- Abrir novos prazos para cadastramento e estadualizar o cadastramento.

RESPONSÁVEIS

- SEE do Pronaf, DFDA, MDA;

- SEE do Pronaf, DFDA, MDA;
- MDA;
- Emater, Fetag, Fetraf.

PRAZOS

- Fevereiro e março.

Elaboração do projeto

PROBLEMAS

- Falta de divulgação e a regularização junto aos agentes financeiros;
- Elaboração de projetos das especificidades das mulheres;
- Projetos não levam em conta a aptidão agrícola e as potencialidades locais.

SOLUÇÕES

- Socialização das informações junto aos agentes financeiros ao mesmo tempo em que essas informações chegam ao movimento;
- Capacitação do corpo técnico das Ater (oficiais e ONGs) em gênero;
- Capacitação - envolver as comunidades na discussão e levar em consideração os critérios de financiamento.

RESPONSÁVEIS

- MDA/agentes financeiros;
- Emater, ONGs, Sebrae;
- Emater, bancos, ONGs, DFA e entidades representativas.

PRAZOS

- De fevereiro até final do ano.

Acesso ao financiamento

PROBLEMAS

- Disponibilidade dos recursos junto aos agentes financeiros;
- Os bancos só priorizam as atividades que têm uma cadeia produtiva completa (artesanato fica de fora, por exemplo);
- Pronaf Infra-estrutura (Problemas de documentos dos municípios) e garantia da safra, problema de adesão dos municípios;
- Baixa apresentação de projetos nas linhas D e E;
- Falta de documentação pessoal por parte das mulheres;
- Problemas de regularização fundiária (endividamento - acesso ao crédito).

SOLUÇÕES

- Que o governo libere o recurso dentro do período agrícola;
- Flexibilidade por parte do agente financeiro para essas atividades sem cadeia produtiva completa e que se possa estar trabalhando na formação dessa cadeia;
- Articulação dos municípios e mobilização da sociedade local;
- Divulgação e planejamento e elaboração de projetos;
- Cobrança da execução do programa de documentação, mutirão;
- Estado deve legalizar as terras.

RESPONSÁVEIS

- MDA e bancos;
- Bancos;
- MDA, SDR, Delegacia, entidades representativas;
- Emater, bancos, movimentos;
- Incra, Interpi;
- MDA, Interpi, Incra.

PRAZOS

- Dentro do período agrícola;
- Contínuo;

- Fevereiro a março;
- Fevereiro em diante;
- De março em diante;
- Contínuo.

M A R A N H ã O

Emissão da DAP

PROBLEMAS

- Falta de acesso ao formulário da DAP;
- Pouco prazo para o cadastramento das instituições que emitem a DAP;
- Falta de acesso às normas específicas da DAP;
- Número reduzido de entidades que emitem DAP;
- Cobrança na emissão da DAP e emissão para não-pronafianos/as;
- Negação da assinatura da DAP para aqueles que, além de trabalhadores rurais, exercem outra profissão (exemplo das professoras).

SOLUÇÕES

- Implantar o sistema da DAP nos estados e municípios;
- Envolver a delegacia do MDA na divulgação do MDA;
- Aumentar o prazo para o credenciamento (de 10 para 30 dias);
- Idem;
- Aumentar o número de organizações inclusive de mulheres;
- Discussão interna por parte dos sindicatos e suas organizações.

RESPONSÁVEIS

- SAF, MDA, Delegacia;
- SAF/MDA;
- Fetags, STRRs;

PRAZOS

- A partir de março.

Elaboração do projeto

PROBLEMAS

- Elaboradores e financiadores não respeitam a demanda dos agricultores;
- Padronização da Ater nos projetos com demandas diferenciadas;
- Falta de assistência técnica (o que se dá é somente visitas técnicas);
- Excesso de documentação para compor o projeto;
- Exigência de documentos da terra;
- Desatualização dos documentos pessoais.

SOLUÇÕES

- As organizações devem levar suas propostas, e os elaboradores devem ouvir as agricultoras;
- Possibilitar que os movimentos de mulheres tenham acesso ao programa de Ater nas suas áreas de atuação;
- Simplificar a lista de documentos e uniformizar as exigências entre os agentes financeiros;
- Trabalhadoras mantendo seus documentos atualizados;
- Articulação da DFMDA com o Incra para cumprir programa.

RESPONSÁVEIS

- CAFs e organizações que demandam;
- Agentes financeiros;
- MDA;
- Trabalhadoras;
- Incra;
- DFMDA;
- Comitê de documentação.

PRAZOS

- Ao longo do ano.

Acesso ao financiamento

PROBLEMAS

- Impedimento de professoras (trabalhadoras rurais também) para acessar o crédito;
- Falta de definição do que pode ser financiamento;
- Inadimplência.

SOLUÇÕES

- Discussão interna no movimento sindical - depois ampliar para as organizações envolvidas;
- Elaboração de nota técnica a partir da demanda das mulheres;
- Renegociação da dívida para acessar novos créditos.

RESPONSÁVEIS

- Fetags, STRRs;
- MDA;
- Organizações e agentes financeiros.

PRAZOS

- Ao longo do ano.

ALAGOAS***Emissão da DAP*****PROBLEMAS**
.....

- Falta de estrutura da Seagri: técnicos insuficientes, equipamentos de informática e rede;
- Falta de informatização dos STRs;
- Problemas com CPFs.

SOLUÇÕES
.....

- Projeto de informatização da Seagri para atender ao Sisdap e capacitação para técnicos da Seagri sobre a DAP e o Pronaf em geral;
- Projeto de informatização dos STRs para atender ao Sisdap e capacitação para técnicos das STRs sobre a DAP e o Pronaf em geral.

AÇÕES
.....

- Parceria entre MDA e Seagri;
- Parceria entre MDA e Fetag;
- Ainda para 1. e 2. Parceria Seagri e MDA e Fetag e agentes financeiros – eventos setoriais distribuídos por todo o estado (10 eventos);
- Recadastramento nos STRs com informatização; Mídia: Seagri.

PAPEL DE CADA AGENTE
.....

- MDA – financiamento/ Seagri – execução;
- MDA – financiamento/ Fetag – execução;
- Ainda para 1. e 2. Execução conjunta por todos os parceiros;
- Viabilizada a informatização dos STRs, realizar campanha com associados; mídia: Seagri.

AGENDA

- Encaminhar projeto até março/2005;
- Encaminhar projeto até março/2005;
- Execução conjunta para março/abril de 2005;
- Agosto de 2005 em diante.

Elaboração do projeto

PROBLEMAS

- Falta de técnicos (Seagri e empresas privadas);
- Qualidade dos projetos;
- Modelo agrícola;
- Técnico é quem define tudo, e não a família de agricultores;
- Descontinuidade da Ater durante a execução do projeto;
- Despreparo dos técnicos para atuar na agricultura familiar;
- Cultura machista;
- Desconhecimento da linha Pronaf Mulher.

SOLUÇÕES

- Criação da Agência de Desenvolvimento Rural: Ater e pesquisa;
- Criação de sistema de monitoramento da qualidade da Ater pelo Cedaфра;
- Ampliação do credenciamento de técnicos e empresas privadas para Ater;
- Fortalecimento das organizações das trabalhadoras rurais;
- Divulgação do Pronaf Mulher.

AÇÕES

- Em andamento – Seagri – Governo do Estado de Alagoas;
- Em discussão no Cedaфра (permitir controle até descredenciamento);
- Divulgar nova Resolução do Cedraфра;
- Enfatizar foco em gênero nas ações de Ater e demais do Pronaf;
- Envolver as organizações nas ações acima;
- Campanha de mídia, eventos específicos e inclusão do tema nos demais eventos.

PAPEL DE CADA AGENTE

- MDA - acompanhamento;
- Governo do Estado – execução;
- Cedaфра – todos os segmentos;
- Seagri e segmentos do Cedaфра;
- Integrar Departamento Ater/Seagri nas questões de gênero com capacitação de técnicos e divulgação;
- Integrar serviços Ater pública e privada com movimentos sociais para tratar das questões de gênero;
- Mídia – Seagri;
- Eventos – Seagri, agentes financeiros, MDA, movimentos sociais.

AGENDA

- Até junho de 2005;
- Até junho de 2005;
- Imediato;
- Permanente;
- Permanente com ênfase no 1º semestre/2005.

Acesso ao financiamento

PROBLEMAS

Área de problema: da entrega do projeto à sua contratação (relação com instituições financeiras)

- Prazo longo;
- Falta de pessoal;
- Demora na liberação de recursos;
- Falta de informação;
- Falta de recursos quando das liberações.

SOLUÇÕES

- Maior integração entre as partes envolvidas;
- Priorização dos projetos do Pronaf – Mulher.

AÇÕES

- Reunir parceiros envolvidos;
- Realizar oficinas de nivelamento entre Ater e instituições financeiras.

PAPEL DE CADA AGENTE

- Cedafra, através de sua Câmara Técnica, e demais segmentos.

AGENDA

- Permanente.

BAHIA

Emissão da DAP

PROBLEMAS

- Falta de informação;
- Falta de capacitação;
- Assinatura individual da instituição.

SOLUÇÕES

- Emissão da DAP não apenas para acessar o crédito, mas para servir como banco de dados;

- Campanha da DAP em todo o estado para produtores/as;
- Procurar mais informações na SEE do Pronaf sobre a DAP – CD, formulários.

AÇÕES

- Encaminhar as DAPs para as organizações;
- Capacitar os técnicos das federações e STRs e EBDA.

PAPEL DE CADA AGENTE

- EMDA, Delegacia do MDA.

AGENDA

- DAP – de fevereiro a março realizar capacitação.

Elaboração do projeto

PROBLEMAS

- Falta de técnicos;
- Interferência dos mesmos, falta de discussão com produtores/as.

SOLUÇÕES

- Concurso público para a EBDA;
- Capacitação para os produtores locais (dias de campo, capacitação coletiva);
- Capacitação para técnicos de ABDA, empresas privadas e STRs (sindicatos contratar técnicos para Ater).

AÇÕES

- Dia de campo com os produtores/as, seminários, cursos;

- Seminário regional para divulgação do Pronaf Mulher – Cirandas dentro dos estados;
- Cursos de assistência técnica.

PAPEL DE CADA AGENTE

- Cooperativas, sindicatos, bancos, EBDA.

AGENDA

- Abril a maio.

Acesso ao financiamento

PROBLEMAS

- Falta de conhecimento das agências – tratamento diferenciado para o/a pronafiano/a;
- Intempestividade do crédito (dinheiro nas agências – Pronaf B – projeto não é entregue no momento oportuno – banco sem recursos humanos para atender à demanda na época).

SOLUÇÕES

- Montar o cronograma das agências, qualificação dos funcionários dos bancos, fornecer a relação de documentos necessários ao/à agricultor/a; rever o limite para exigência de garantia real.

AÇÕES

- Elaborar um cronograma de qualificação (bancos) para treinamento de seus funcionários;
- Cartilha informativa com a documentação e as linhas e em linguagem adequada para o entendimento do público.

PAPEL DE CADA AGENTE

- EBDA, MDA, entidades, movimentos sociais, bancos.

AGENDA

- Fevereiro a junho (bancos), junho a dezembro;
- Março a maio.

PERNAMBUCO

Emissão da DAP

PROBLEMAS

- Divulgação insuficiente por parte dos sindicatos e IPA;
- Falta de formulários impressos;
- A área de jurisdição do IPA problemática (menor que a dos sindicatos).

SOLUÇÕES

- Divulgação e apropriação da Portaria 75;
- Fornecimento dos formulários em quantidade suficiente e em tempo hábil;
- Encaminhar à discussão junto à diretoria do IPA.

AÇÕES

- Seminários e reuniões para socializar as informações;
- Solicitar a delegacia do MDA e ao SEE do Pronaf o envio dos formulários.

PAPEL DE CADA AGENTE

- IPA - discutir com os técnicos a Portaria 75;
- Sindicatos devem capacitar os seus técnicos nessa emissão;
- MDA agilizar o envio dos formulários.

AGENDA (ÚNICA PARA TODAS AS AÇÕES)

- Março: fazer três encontros regionais no estado com o apoio dos bancos para discutir com os dirigentes sindicais uma série de questões de política agrícola - em um dos dias desses encontros, será avaliado o resultado dessa Ciranda;
- Datas: 15 mata; 23 agreste; 30 sertão (todos em março).

Elaboração do projeto

PROBLEMAS

- Falta de informação, sobretudo das linhas novas (mulher, jovem, semi-árido);
- Falta de técnicos;
- Os projetos não refletem a realidade dos/as agricultoras/es;
- Planilha dos bancos (BB e BNB) – atividades rurais não-agrícolas;
- Burocracia (documentos).

SOLUÇÕES

- Promover a divulgação;
- Contratação imediata de profissionais de Ater;
- Qualificação profissional e condição de trabalho aos profissionais;
- Adequação e simplificação;
- Uniformização e simplificação das exigências.

AÇÕES

- Promover encontros, reuniões e distribuição de materiais;
- Contratação (concurso), reunião ampliada com entidades envolvidas para que se busque alternativas com entidades governamentais e não-governamentais;
- Capacitação com todos e todas envolvidos;
- Reuniões com agentes financeiros e técnicos;
- Uniformização e maior divulgação do *check list*.

PAPEL DE CADA AGENTE

- MDA - articular institucionalmente e disponibilizar o material;
- Bancos - socializar informações para as agências (videoconferências);
- Entidades sindicais maior apropriação das informações, processo participativo;
- Aperfeiçoar o canal com técnicos e técnicas.

AGENDA (ÚNICA PARA TODAS AS AÇÕES)

- Ao longo do ano.

Acesso ao financiamento

PROBLEMAS

- Calendário agrícola - intempestividade da concessão do crédito (falta de recursos humanos nas agências e da vigilância sanitária no Estado - existem apenas quatro profissionais que dão o atestado médico);
- Inadimplência da família;
- Capacidade de endividamento no limite;
- Linha de financiamento descontextualizada da realidade; ex: Pronaf Jovem e o Mulher no ano passado, o cota-parte, semi-árido (ONGs têm recursos a fundo perdido).

SOLUÇÕES

- Ampliar os recursos humanos nos bancos, no estado - vigilância sanitária - (enquadrar o pessoal do IPA para fornecer os atestados sanitários).

AÇÕES

—

PAPEL DE CADA AGENTE

—

AGENDA (ÚNICA PARA TODAS AS AÇÕES)
.....
—**S E R G I P E*****Emissão da DAP***PROBLEMAS
.....

- Falta de formulários (no momento de transição, mudanças);
- Centralização dos formulários (sistema somente na Emdagro);
- Falta de sintonia/articulação com STRs e Ater;
- Quantidade de técnicos insuficientes para atender às demandas.

SOLUÇÕES
.....

- Estabelecer prazo maior de validade da DAP antiga durante o período de transição;
- Estipular datas que sejam divulgadas entre as agricultoras, as Ater e sindicatos – montar calendários conjuntos para atendimento nos municípios somente para emissão de DAP.

AÇÕES
.....
—PAPEL DE CADA AGENTE
.....
—AGENDA
.....
—

Elaboração do projeto

PROBLEMAS

- Falta de conhecimento da realidade do/a agricultor/a organização/capacitação/planejamento - (projetos-padrão e sem discussão com a comunidade, elaborados sem participação das agricultoras);
- Falta de inovações/informações quanto a elaboração do projeto;
- Falta de comprometimento das instituições elaboradoras no acompanhamento;
- Não-contemplação de projetos coletivo.

SOLUÇÕES

- Aumento e qualificação no quadro de técnicos das empresas de Ater – falta de formação em gênero;
- Traçar estratégias de elaboração dos projetos com participação dos agricultores/as;
- Estimular projetos coletivos.

AÇÕES

- Envolver os atores locais na estruturação do processo de crédito;
- Estruturar e organizar estudo de mercado na elaboração do projeto;
- Buscar parcerias com ONGs para organização/capacitação e elaboração de projetos com apoio da SAF (agregação de valor);
- Orientar e conscientizar os agricultores/as para rejeitar projetos padrões.

PAPEL DE CADA AGENTE

- MDA; STRs; bancos, empresas de Ater.

AGENDA

- Ao longo do ano.

Acesso ao financiamento

PROBLEMAS

- Facilidade no processo de crédito durante últimos meses do ano para atingir as metas dos bancos;
- Falta de priorização dos bancos com relação à época correta dos créditos de investimento e custeio (custeio deveria ser elaborado em março e os créditos de investimento posteriormente - falta de planejamento dos parceiros);
- Devolução dos projetos de forma incorreta (extravio dos documentos, perdem-se documentos nos bancos e tem-se de mobilizar a base novamente);
- Falta de estruturação/organização dos parceiros locais das demandas do crédito;
- Priorização/facilidade de acesso ao crédito para a pesca em detrimento da agricultura (estruturação da Seap e proximidade com as colônias - sindicatos e Ematers mais distantes e desarticuladas);
- Pouca divulgação do Pronaf junto às trabalhadoras rurais, mais ainda do Pronaf Mulher.

SOLUÇÕES

- Recursos liberados segundo o calendário agrícola.

AÇÕES

- Elaborar um plano de ação conjunta com relação a elaboração de projetos e encaminhamento aos bancos no prazo do calendário agrícola;
- Todas as entidades devem estar divulgando o Pronaf e Pronaf Mulher (rádios comunitárias, MDA).

PAPEL DE CADA AGENTE

AGENDA

- Ao longo do ano.

SANTA CATARINA***Emissão da DAP*****PROBLEMAS**
.....

- Problema de enquadramento (famílias que arrendam terra e pegam crédito somente para a área em que são proprietárias);
- Dificuldade na mudança no modelo da DAP para o Pronaf Mulher.

SOLUÇÕES
.....

- Discutir o módulo fiscal – Pronaf Mulher ser acessado independentemente de a mesma propriedade já ter pego o crédito Pronaf;
- Fazer a conscientização para que os sindicatos e Epagris estejam informados sobre a nova DAP.

AGENTES ENVOLVIDOS
.....

- MDA – que cada região possa ter suas normas conforme suas características regionais (arrendamento).

AGENDA
.....

- Agendar com o MDA;
- Aguardar as mudanças que ocorrerão com a reforma sindical;
- Aguardar a discussão de módulo rural/fiscal.

Elaboração do projeto**PROBLEMAS**
.....

- Desde que haja a documentação e o enquadramento, o projeto é elaborado sem problemas.

SOLUÇÕES

AGENTES ENVOLVIDOS

AGENDA

Acesso ao financiamento

PROBLEMAS

- Falta de interesse das pessoas em ir buscar mais informações;
- Medo da família de adquirir o financiamento e não conseguir pagar a dívida;
- Algumas agências do BB fazem acordo com lojas de máquinas agrícolas, e esses projetos são liberados rapidamente, ao passo que quem faz para investir em sua propriedade não tem recurso;
- Quem é antigo/a beneficiário/a do programa tem preferência com relação aos novos beneficiários/as. Quem está começando só tem acesso se sobrar recurso;
- Dificuldade de liberação de recursos das unidades centrais para as agências locais (BB);
- Algumas agências se negam a admitir que têm recursos para o Pronaf Mulher.

SOLUÇÕES

- Incentivar a família a buscar mais informações, participar das reuniões e atividades. Epagris e sindicatos se comprometerem a mandar as informações para as pessoas, preferencialmente por escrito;
- Divulgar experiências bem-sucedidas;
- Denunciar formalmente para a superintendência do banco;
- Que as entidades levantem a demanda antes do início da safra, negociem com as gerências e informem também à superintendência;
- As entidades municipais façam a solicitação para a superintendência;

- Que as entidades informem à superintendência do banco e às delegacias do MDA. Promovam a dotação de recurso específico para a linha Pronaf Mulher.

AGENTES ENVOLVIDOS

- MDA;
- Epagri;
- Bancos;
- Sindicatos.

AGENDA

- Ao longo do ano, segundo a necessidade.

Obs.: Foi montada uma Agenda de trabalho sobre o Pronaf Mulher dentro do Estado e da pesquisa do MDA (19 de abril).

PARANÁ

Emissão da DAP

PROBLEMAS

- Falta de conhecimento;
- Falta de documentação;
- Atualização/validade da DAP (6 anos).

SOLUÇÕES

- Divulgação em programas de rádio, jornais internos, informativos;
- Propaganda da TV;
- Encontro (mulheres e homens).

AGENTES ENVOLVIDOS

- Ater;

- Movimentos;
- Delegacia do MDA.

AGENDA

- A partir de abril.

Elaboração do projeto

PROBLEMAS

- Ter propostas;
- Sensibilidade/conhecimentos, capacidade física da Ater;
- Acompanhamento da execução dos projetos pela Ater (legislação – marketing – comercialização);

SOLUÇÕES

- Divulgação de experiências (MDA);
- Divulgação com mulheres com formação;
- Capacitação/formação (Dater/Emater);
- Contratação (cobrar movimentos);
- Disponibilização de pessoal que domine o tema comercialização, apoio pós-projeto, etc (MDA).

AGENTES ENVOLVIDOS

- MDA/Delegacias;
- Movimentos;
- Emater.

AGENDA

- A partir de abril.

Acesso ao financiamento

PROBLEMAS

- Relação de poder;
- Vontade política.

SOLUÇÕES

- Formação da família em gênero e geração;
- Reunião com delegacias, movimentos, Emater – oficializando dificuldades.

AGENTES ENVOLVIDOS

- Estruturação pelo MDA (recursos financeiros e humanos).

AGENDA

- Abril (movimentos articulam) – 26/04.

RIO GRANDE DO SUL

Emissão da DAP

PROBLEMAS

- Não foram identificados maiores problemas.

SOLUÇÕES

AGENTES ENVOLVIDOS

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Elaboração do projeto

PROBLEMAS

- Muita burocracia (projeto das mulheres são tão burocráticos quanto os dos homens);
- Falta de técnicos para elaboração dos projetos.

SOLUÇÕES

- Emater levará o problema de falta de técnicos para a Diretoria.

AGENTES ENVOLVIDOS

- Emater.

AGENDA

- Em 4 de abril será apresentado o problema na Emater.

Acesso ao financiamento

PROBLEMAS

- Interpretação diferenciada das normas na ponta (movimentos, Ater e bancos).

SOLUÇÕES

- Roteiro de perguntas consensuado com os agentes financeiros e vídeo.

AGENTES ENVOLVIDOS

- MDA.

AGENDA

- Abril.

8. Siglas citadas nesta publicação

- ABDA – Associação Brasileira de Direito Agrário
APL – Arranjos Produtivos Locais
Ater – Assistência Técnica e Extensão Rural
Basa – Banco da Amazônia
BB – Banco do Brasil
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
Cati – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
Cedafra – Conselho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Reforma Agrária de Alagoas
CEDRS – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
Cepac – Centro de Estudos Pesquisa e Assessoria Comunitária
Cepes – Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômicos-Sociais
Cetra – Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador
CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
Condraf – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Coopagel – Cooperativa dos profissionais em atividades gerais
CPF – Cadastro de Pessoas Físicas
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf
Dater – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
DFDAs – Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário
EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A.
Ecosol – Cooperativa de Crédito de Economia Solidária do Pajeu
Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Emdagro – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
Empaer – Empresa Mato-Grossense de Pesquisa e Extensão Rural
Epagri – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.
Esplar – Centro de Pesquisa e Assessoria

- FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
- Fetae – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado
- Fetaes – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo
- Fetaet – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins
- Fetagri - PA – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará
- Fetagri-MS – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Mato Grosso do Sul
- Fetagri-RJ – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
- Fetape – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
- Fetarn – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte
- Fetase – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Sergipe
- Fetag-PI – Federação dos Trabalhadores Rurais no estado do Piauí
- Petraece – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará
- Fetraf – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
- Fetragri – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Mato Grosso do Sul
- GDF – Governo do Distrito Federal
- GEA – Grupo de Estudos de Ambientais
- Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- Idaterra – Instituto de Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão Rural
- Incaper – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
- Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INSS – Instituto Nacional de Seguro Social
- Interpi – Instituto de Terras do Piauí
- IPA – Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária
- Itesp – Instituto de Terras do Estado de São Paulo
- MCR – Manual de Crédito Rural
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

- MDA/SOF – Ministério do Desenvolvimento Agrário/
Sempreviva Organização Feminista
- MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Côco Babaçu
- MMTR-NE – Movimento da Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
- MST – Movimento dos Sem Terra
- MSTTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores
e das Trabalhadoras Rurais
- NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
- ONG – Organização não-governamental
- PAA/Conab – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
- PDHC – Projeto Dom Helder Câmara
- PDSA – Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá
- PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar
- PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
- PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
- PPIGRE – Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia
- Procera – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
- Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- Pronater – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
- Ruraltins – Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins
- SAPE – Seminário de Aprofundamento em Pesquisas Éticas
- Seagri – Secretaria da Agricultura e Pecuária
- SEAP – Secretaria de Especial de Aquicultura e Pesca
- Seater – Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal
- Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- SEE do Pronaf – Secretaria Executiva Estadual Programa Nacional
de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- Sicreai – Sistema de Crédito Cooperativo
- Sisdap – Sistema Informatizado para Emissão da Declaração de Aptidão
ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- Terrap – Instituto de Terras do Amapá
- Unicamp – Universidade de Campinas
- ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico



Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

UM NOVO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PARA O PAÍS PASSA PELA transformação do meio rural em um espaço com qualidade de vida, acesso a direitos, sustentabilidade social e ambiental.

Ampliar e qualificar as ações de reforma agrária, as políticas de fortalecimento da agricultura familiar, de promoção da igualdade e do etnodesenvolvimento das comunidades rurais tradicionais. Esses são os desafios que orientam as ações do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) voltado para a produção e a difusão de conhecimento que subsidia as políticas de desenvolvimento rural.

Trata-se de um espaço de reflexão, divulgação e articulação institucional com diferentes centros de produção de conhecimento sobre o meio rural, nacionais e internacionais, como núcleos universitários, instituições de pesquisa, organizações não governamentais, centros de movimentos sociais, agências de cooperação.

Em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o NEAD desenvolve um projeto de cooperação técnica intitulado “Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável”, que abrange um conjunto diversificado de ações de pesquisa, intercâmbio e difusão.

EIXOS ARTICULADORES

- Construção de uma rede rural de cooperação técnica e científica para o desenvolvimento
- Democratização ao acesso às informações e ampliação do reconhecimento social da reforma agrária e da agricultura familiar

O NEAD busca também

- Estimular o processo de autonomia social
- Debater a promoção da igualdade
- Analisar os impactos dos acordos comerciais
- Difundir a diversidade cultural dos diversos segmentos rurais

PROJETO EDITORIAL

O projeto editorial do NEAD abrange publicações das séries Estudos NEAD, NEAD Debate, NEAD Especial e NEAD Experiências, o Portal NEAD e o boletim *NEAD Notícias Agrárias*.

PUBLICAÇÕES



Reúne estudos elaborados pelo NEAD, por outros órgãos do MDA e por organizações parceiras sobre variados aspectos relacionados ao desenvolvimento rural.



Inclui coletâneas, traduções, reimpressões, textos clássicos, compêndios, anais de congressos e seminários.



Apresenta temas atuais relacionados ao desenvolvimento rural que estão na agenda dos diferentes atores sociais ou que estão ainda pouco divulgados.



Difunde experiências e iniciativas de desenvolvimento rural a partir de textos dos próprios protagonistas.

PORTAL

Um grande volume de dados é atualizado diariamente na página eletrônica www.nead.org.br, estabelecendo, assim, um canal de comunicação entre os vários setores interessados na temática rural. Todas as informações coletadas convergem para o Portal NEAD e são difundidas por meio de diferentes serviços.

A difusão de informações sobre o meio rural conta com uma biblioteca virtual temática integrada ao acervo de diversas instituições parceiras. Um catálogo *on line* também está disponível no Portal para consulta de textos, estudos, pesquisas, artigos e outros documentos relevantes no debate nacional e internacional.

BOLETIM

Para fortalecer o fluxo de informações entre os diversos setores que atuam no meio rural, o NEAD publica semanalmente o boletim *NEAD Notícias Agrárias*. O informativo é distribuído para mais de 10 mil usuários, entre pesquisadores, professores, estudantes, universidades, centros de pesquisa, organizações governamentais e não governamentais, movimentos sociais e sindicais, organismos internacionais e órgãos de imprensa.

Enviado todas as sextas-feiras, o boletim traz notícias atualizadas sobre estudos e pesquisas, políticas de desenvolvimento rural, entrevistas, experiências, acompanhamento do trabalho legislativo, cobertura de eventos, além de dicas e sugestões de textos para fomentar o debate sobre o mundo rural.

Visite o Portal **www.nead.org.br**

Telefone: (61) 3328 8661

E-mail: nead@nead.gov.br

Endereço: SCN, Quadra 1, Bloco C, Ed. Brasília Trade Center, 5º andar, Sala 506

Brasília/DF CEP 70711-901

O TEXTO DESTA LIVRO FOI COMPOSTO EM CHAPARRAL
PRO, COM TÍTULOS EM CONGA BRAVA STENCIL, E
IMPRESSO SOBRE PAPEL OFFSET EM OUTUBRO DE 2005.
